UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Tio Sam dançando frevo:

A presença estadunidense nos periódicos do Recife (1937 a 1942).

EMANUELLE LINS DE ANDRADE

RECIFE

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Tio Sam dançando frevo:

A presença estadunidense nos periódicos do Recife (1937 a 1942).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE pela aluna **Emanuelle Lins de Andrade**, para obtenção do título de Mestre na área de Cultura e Memória do Norte e Nordeste, tendo como orientador o Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.

RECIFE
2010

Andrade, Emanuelle Lins de
Tio Sam dançando frevo : a presença estadunidense nos periódicos do Recife (1937 a 1942) / Emanuelle Lins de Andrade. -- Recife: O Autor, 2010.
138 folhas, il., fig.,

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2010.

Inclui bibliografia e anexos

1. História. 2. Jornais. 3. Imprensa. 4. Estado novo(Recife) – Estados Unidos. I. Título.

981.34 CDU (2. ed.) UFPE
981 CDD (22. ed.) BCFCH2010/108

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA EMANUELLE LINS DE ANDRADE

Às 14h do dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Emanuelle Lins de Andrade** intitulada "***Tio Sam dançando frevo: A presença estadunidense nos periódicos recifenses (1937 a 1942)***", em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Paulo de Morais Rezende (orientador), Marc Jay Hoffnagel e Maria Angela de Faria Grillo. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 26 de agosto de 2010

Prof. Dr. Antonio Paulo de Morais Rezende

Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel

Profª. Drª. Maria Angela de Faria Grillo

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

Agradecimentos

Agradeço a todos que me ajudaram a chegar até aqui, meus professores, meus amigos, e minha família. Agradeço especialmente: ao professor Dr. Antonio Paulo Rezende, meu orientador desde a época da graduação, à FACEPE, pelo apoio financeiro necessário à realização deste trabalho, ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE, à solicitude dos funcionários dos arquivos pesquisados e às contribuições feitas pela professora Dr. Maria Ângela de Farias Grillo e pelo professor Dr. Marc Jay Hoffnagel.

"A notícia, aprendemos no jornalismo, é o imediatismo. O fato, compreendemos na escola, é a história. A notícia de ontem, entretanto, dadas as suas dimensões e atemporaneidades, se faz história."

Lêda Maria Rivas C. Rios, "O Diário de Pernambuco e a II Guerra".

Ai love iú
Forget isclaine maine Itapiru
Forget faive ander uda ai shel
No bonde Silva Manuel (money well)
[…]
ai, Jesus!
Abacaxi, whiskey of chuchu
Malacheta independenci day
No strit flash me estrepei (step way)
[…]

Lamartine Babo, "Canção pra inglês ver".

Resumo

Durante o Estado Novo, a aproximação do governo ora com os Estados Unidos ora com a Alemanha criava espaço para a mídia expor suas antipatias e simpatias em relação aos dois maiores parceiros econômicos do Brasil. Em 1942, contudo, esse cenário é modificado. O alinhamento do Brasil para com os EUA e o rompimento das relações com o eixo impôs uma unicidade na maneira como os norte-americanos deveriam ser retratados: como amigos e aliados. Três dos mais importantes jornais do Recife, durante a administração Vargas, o jornal Diário de Pernambuco, o Jornal do Commercio, e a Folha da Manhã, retrataram a partir de 1942 os Estados Unidos de maneira positiva, porém alguns dentre esses jornais apresentaram um posicionamento diverso nos anos anteriores. O objetivo desse trabalho é a compreensão dos diferentes modos como os EUA foram representados pelos jornais do Recife e os interesses que cercavam os grupos responsáveis por suas linhas editoriais.

Palavras-chave: Jornais, Imprensa, Recife, Estado Novo, e EUA.

Abstract

During the Estado Novo, the government's approach now with the United States now with Germany was creating space for the media to expose their antipathies and sympathies for the two largest economic partners of Brazil. In 1942, however, this scenario is modified. The alignment of Brazil to the U.S. and the severance of relations with the axis imposed uniformity in how Americans should be portrayed: as allies and friends. Three of the most important newspapers in Recife during the Vargas administration, the newspaper Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, and Folha da Manhã, portrayed from 1942, the United States in a positive way, but some of these newspapers had a different position in previous years. The aim of this work is to understand the different ways how the U.S. were represented by the newspapers of Recife and concerns that surrounded the groups responsible for their editorial lines.

Keywords: Newspapers, Press, Recife, New State, and USA.

Lista de Ilustrações

Fig.01– Artigo elogioso à política de boa vizinhança de Roosevelt.....p.34
Fig.02– Propaganda do sabonete Lever.....p.35
Fig.03– Artigo sobre o desejo do Estado em formar um novo tipo de brasileiro, mais bravo e nacionalista.....p.47
Fig.04 – Artigo sobre a competição alemã e americana pelo mercado brasileiro.....p.49
Fig.05– Propaganda de lanternas que retrata a disputa alemã e americana pelo mercado brasileiro.....p.49
Fig. 06– Artigo sobre oportunidades estudantis oferecidas aos brasileiros nos EUA.....p.66
Fig.07– Artigo sobre a chegada de Carmen Miranda ao Brasil depois de sua estada nos EUA.....p.69
Fig.08– Propaganda de filme americano contra o nazismo……p.70
Fig.09– Propaganda de filme americano contra os países do eixo……p.70
Fig.10– Artigo sobre a continuação da propaganda de produtos americanos que não mais estão à venda por causa da guerra.....p.71
Fig.11– Artigo sobre a arregimentação de imigrantes alemães pelo nazismo, e o perigo que isso traz para o Brasil.....p.77
Fig.12– Artigo sobre o perigo da imigração alemã, com suas teorias nazistas, para o nacionalismo e a unidade do Brasil.....p.77
Fig.13– Destaque do editorial da Folha sobre a aliança entre os judeus e os comunistas.....p.86
Fig.14– Propaganda contra a quinta coluna.....p.91
Fig.15 – Página dedicada a mostrar o poder defensivo da Inglaterra. p.95
Fig.16– Artigo sobre a estrela de cinema Gary Cooper.....p.100
Fig.17– Propaganda de filmes americanos.....p.101
Fig.18– Artigo sobre uma possível intenção dos EUA de conquistar os países da América do sul, especialmente o Brasil.....p.109
Fig.19–Declaração de um marechal alemão sobre a falta de interesse do seu país em invadir o continente americano.....p.109
Fig.20– Propaganda da Pan American Airways.....p.121

Lista de Siglas

ADP – Programa de Desenvolvimento de Aeroportos

AP – Associated Press

APEJE – Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social.

DP – Diário de Pernambuco

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

JC – Jornal do Commercio

NSDAP – Partido Nacional Socialista Alemão

OCIAA – Office of the Coordinator of Inter-American Affairs

UP – United Press

USO – United Service Organizations

Sumário

Introdução…….....p.10

I capítulo: Relações diplomáticas e culturais entre os Estados Unidos e a América Latina.

1.1 Império do Tio Sam? …….....p. 17

1.2 Política externa e relacionamento entre os EUA e a América Latina …….....p.23

1.3 Tio Sam chega ao Brasil…….....p.36

II capítulo: O Estado Novo, o jogo duplo de Vargas e a americanização do Brasil.

2.1 O Estado Novo…….....p.44

2.2 O duplo jogo de Vargas…….....p.49

2.3 A preponderância americana.....p.57

2.4 O projeto de americanização…….....p.64

III capítulo: A presença estadunidense nos periódicos recifenses (1937 a 1942).

3.1 Agamenon Magalhães e a Folha da Manhã: uma tendência nazi-fascista…….....p.80

3.2 Diário de Pernambuco: uma trincheira contra o Estado Novo e em defesa dos EUA..p.91

3.3. Jornal do Commercio: germanófilo ou neutro?…….p.107

Considerações Finais…….p.124

Anexos…….....p126

Fontes…….....p.129

Referências…….....p130

Introdução

Essa dissertação teve início em um projeto de pesquisa do Pibic/CNPq, orientado pelo professor Dr. Antonio Paulo Rezende, intitulado "Registros Históricos da Solidão e da Modernidade no Recife dos anos 1930", desenvolvido durante dois anos da graduação por mim e outro bolsista (Hugo Augusto Medeiros) à época. Ao entrar em contato direto com jornais e revistas do Recife durante a década de 30, não pude deixar de perceber quão numerosos eram os artigos ou as propagandas as quais tratavam a cerca dos Estados Unidos da América, ou, mesmo, provinham de lá. Parecia haver um contato estreito entre a imprensa nacional e a estadunidense, bem como uma presença da cultura americana no seio da cultura recifense.

Tal descoberta levou-me a ler livros os quais tratavam sobre as relações culturais entre o Brasil e os EUA durante os anos 30 e 40, leituras que me despertaram interesse acerca desse relacionamento. O resultado final da leitura, em conjunto com uma pesquisa mais aprofundada dos jornais, foi a elaboração dessa dissertação, realizada sob a orientação do professor Dr. Antonio Paulo e com bolsa da FACEPE.

Com esse estudo pretendo analisar como os EUA eram representados na imprensa do Recife entre os anos de 1937 e 1942. 1937 foi escolhido como marco inicial da pesquisa pela questão de ser o ano em que se processou a instauração do Estado Novo, período no qual se intensificou uma política nacionalista vendo os estrangeiros, como uma ameaça à soberania nacional. Entretanto, paralelamente, a tal política nacionalista no plano interno, o Estado Novo desenvolveu no plano externo uma política que prezou pelo estreitamento das relações internacionais brasileiras, com a intenção de fomentar a modernização do país. A ambiguidade da postura governamental que defendeu o nacional, mas que, ao mesmo tempo, se pôs a favor de uma aproximação, com as potências internacionais, ainda pode ser vista na política econômica externa do Brasil desse período, que foi caracterizada por uma *equidistância pragmática*[1] nas relações com os EUA e a Alemanha. Em um período onde uma articulação política, econômica, ou ideológica ajudava a definir ou enquadrar o mundo em dois blocos, o dos países liberais e o dos países nazi-fascistas (o que gerava uma constante tensão nas relações internacionais), a

[1]Termo utilizado por Gerson Moura (1980) para descrever a política econômica externa do Brasil (entre os anos de 1935 a 1942) a qual flutuava ora em direção aos EUA ora em relação à Alemanha, mas, sempre buscando não se comprometer com nenhum país exclusivamente.

aproximação do Brasil, ora com os Estados Unidos ora com a Alemanha, ajudava a criar, no país, uma pluralidade de representações acerca de um dos maiores parceiros econômicos do Brasil, naquela época, os EUA.

Pluralidade representativa agudizada pela questão da administração estado-novista, apesar do seu jogo político-econômico com os EUA e a Alemanha, da sua equidistância pragmática, ter se apropriado de ideologias originariamente pertencentes aos regimes nazi-fascistas na composição do novo governo. Ou seja, no plano externo Vargas buscava vantagens para o Brasil, no campo comercial, industrial e político, contanto que o país lucrasse, o presidente não se prendia a forma de governo ou ideologia seguida pela nação com quem estava a negociar[2]. Mas, internamente, o governo Vargas adotava políticas que se assemelhavam a dos governos totalitários europeus como: aliança com as forças armadas; uso da violência e repressão para calar a oposição; nacionalismo, anti-semitismo e xenofobismo; existência de um forte poder centralizador; supressão das liberdades civis; estado como mediador de interesses dos grupos no poder; controle e uso da imprensa para doutrinar as massas e legitimar o regime, entre outras medidas. Todavia, o mesmo governo negava qualquer identificação, ou simpatias, com os sistemas europeus, com o intuito de poder jogar livremente com os EUA e com a Alemanha.

Esse paradoxo, por parte da administração varguista, permitiu que fossem constituídos na imprensa nacional discursos favoráveis ou contrários a ambos os parceiros comerciais do Brasil. Em Pernambuco, a imprensa mostrou a mesma divisão presente nos meios midiáticos nacionais, alguns jornais tomaram uma posição pró-eixo, enquanto outros se mostraram simpáticos aos EUA e a uma aliança comercial e política entre o Brasil e aquele país.

O jornal oficioso Folha da Manhã por pertencer ao interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, que marcou a sua administração com medidas totalitárias, e apresentava uma simpatia por esse tipo de regime, construiu na maioria das vezes representações positivas acerca dos governos nazi-fascistas europeus, ao mesmo tempo em que tinha uma tendência de criticar os Estados Unidos da América pela sua liberal-democracia[3]. Alemanha, Itália, Espanha e Portugal eram exemplos de governos baseados na ordem e autoridade, exemplos que o Brasil deveria seguir. Já os EUA, com o seu liberalismo e democracia, com a sua falta de centralização estatal e demasiada liberdade individual, eram o baluarte que levou o mundo ao caos político e econômico, e,

[2] Ver McCann (1995) e Hilton (1975).
[3] Cf. ALMEIDA; 2001.

particularmente, o Brasil - o Estado Novo teria sido instalado para corrigir os erros causados pelo regime liberal instaurado durante a primeira república.

Já o Diário de Pernambuco, pertencente à Sociedade Anônima dos Diários Associados de Assis Chateaubriand - cuja antipatia por Vargas e pelo regime autoritário instaurado com o Estado Novo é conhecida – e dirigido pelo francófilo Aníbal Fernandes, assumia uma postura anti-totalitária[4]. O DP fez oposição tanto à ditadura nacional como às ditaduras europeias, ao mesmo tempo em que defendeu os governos de cunho liberal-democrata como os Estados Unidos, sendo esse país tomado pelo periódico como o modelo de liberdade, de democracia, e de pan-americanismo solidário que o Brasil deveria seguir.

E, enquanto o Diário e a Folha mostraram suas simpatias de uma maneira mais clara, o Jornal do Commercio fez uso de um discurso aparentemente imparcial e conciliador que escondia sua simpatia pelo regime nazista. Esse cuidado do JC, em evitar uma exposição mais explícita de suas tendências, era devido à preocupação da família Pessoa de Queiroz em manter o jornal como um negócio lucrável e, portanto, comprometido em evitar parcialidades que, promovendo desagrados, pudessem vir a causar uma diminuição das vendas do jornal.

No entanto, a partir de 1942 os posicionamentos da Folha, do Diário, e do Commercio, bem como de toda a imprensa brasileira mudou. Quando, em janeiro daquele ano, o Brasil, na Conferência de Ministros, realizada no Rio de Janeiro, se aliou aos EUA contra o eixo, os meios de comunicação nacionais foram proibidos de mostrar qualquer simpatia pelos regimes totalitários sob pena de serem acusados de quinta colunismo[5], ou de traição à pátria. Quem falasse mal do aliado brasileiro, os EUA, incorreria à mesma pena, podendo receber tratamento policial.

Assim, 1942 foi escolhido como o ano final do recorte deste trabalho, porque foi, a partir desse período que, os EUA passaram a ter uma influência inquestionável sobre o Brasil, tanto no nível político-econômico (devido ao comprometimento do governo de Getúlio em se unir aos EUA contra os países do Eixo em troca de benefícios), como em nível cultural (se teve um aprofundamento da política estadunidense de americanização do país).

O que se busca aqui é tentar mostrar como os EUA foram representados de

[4] Cf. RIOS; 1988.

[5] De acordo com Cordeiro (2005, p.14), a expressão "quinta coluna" foi usada, tanto para denominar os brasileiros simpatizantes do fascismo ou nazismo, como um instrumento de acusação contra qualquer pessoa que manifestasse ideias diferentes das defendidas pelo governo à época em que se aliou aos Estados Unidos.

maneira diversa, de acordo com os interesses dos grupos detentores dos meios de comunicação em questão, ou segundo as mudanças históricas vividas pelo país durante o Estado Novo. Essas findaram por alterar as representações dos EUA como um símbolo do materialismo, individualismo, avareza e desordem, promovidas por alguns jornais, para um consenso na retratação dos EUA como o bastião do progresso, liberdade e paz mundial.

No primeiro capítulo, foram abordados os seguintes assuntos: a tradição cultural imperialista dos EUA; a associação entre democracia e imperialismo dentro da república americana; a política externa invasiva dos EUA na América Latina; a mudança dos métodos adotados pela política externa americana com a instauração da política de boa vizinhança com o intuito de assegurar a preponderância estadunidense no continente; e as relações Brasil-EUA antes e durante o governo Roosevelt. A abordagem desses assuntos tem o objetivo de levar o leitor a compreender como foi possível para uma democracia como a americana desenvolver uma política que terminou por impor a supremacia estadunidense às todas as nações do continente.

O nacional-desenvolvimentismo adotado pelo Estado Novo, o qual ao mesmo tempo em que defendia o nacional abria espaço para a penetração estrangeira; o jogo duplo de Vargas com os EUA e a Alemanha que visava obter o máximo de vantagens possíveis para o Brasil; a preponderância americana conseguida através da impossibilidade germânica de negociar com o Brasil pelo bloqueio inglês; são questões analisadas, no segundo capítulo, com o intuito de expor como o Brasil foi aberto, durante o Estado Novo, para uma invasão política e cultural americana realizada principalmente através do projeto de americanização posto em prática pelo Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. Assim, enquanto o primeiro capítulo analisa como os EUA puderam desenvolver uma política imperialista em relação ao Brasil durante a administração Roosevelt, o segundo capítulo narra como a administração Vargas abriu espaço para a implantação dessa política imperialista americana.

O terceiro e último capítulo é dedicado ao estudo das representações dos EUA, nos jornais do Recife tanto, durante o período em que aquela nação disputava com a Alemanha pela supremacia no Brasil, como no período em que a vitória americana foi assegurada, 1942. Os jornais recifenses analisados são aqueles citados anteriormente: DP, JC e Folha da Manhã. Além da abordagem da imprensa, em Recife, considerações acerca desta cidade e do seu regime estado-novista são também tecidas.

Tio Sam dançando frevo: a presença estadunidense nos periódicos recifenses (1937 a 1942) busca entender as diferentes representações dos EUA nos jornais. Logo, neste

trabalho, o jornal não é somente fonte, mas também objeto de estudo, devendo-se a sua escolha como objeto pela compreensão da sua capacidade de intervenção social, da sua habilidade de estender a realidade fictícia criada pela sua própria tipografia para o mundo real, como, também, por ele constituir, na época abordada, o centro vital de informação/divulgação e um dos principais veículos de comunicação (BARBOSA, 2007).

Tudo passava pelo jornal. O jornalismo servia para facilitar a aquisição de um emprego público, o acesso a um lugar na política, ou a consagração intelectual (BARROS, 1985). O Estado Novo utilizava-o para divulgar suas ideias e doutrinar as massas, o Office The Coordination usava-o para americanizar as populações. E, se somar-se a isso a declaração de Luca (In: PINSKY, 2005) sobre o papel da imprensa de anunciar os novos hábitos, as demandas culturais e os projetos para o futuro, considerar-se-á o seu uso indispensável para um objetivo secundário dessa dissertação, o entendimento de como se expandiu a influência dos Estados Unidos nos jornais do Recife e de como se processou a penetração americana nessa sociedade. Pois, se o jornal anuncia novos hábitos culturais, ele é um dos melhores instrumentos para a avaliação de como a cultura americana foi ganhando espaço na vida dos recifenses.

Segundo Tânia Regina de Luca (op.cit.), até a década de 70, muitos historiadores brasileiros tinham restrições quanto aos periódicos, por os considerarem como registros fragmentários do presente, efetivados através de certos interesses. Repudiava-se a imprensa como fonte de pesquisa do passado por considerá-la subjetiva demais, e muito ligada aos interesses de determinados grupos políticos. No entanto, hoje a maioria dos historiadores julgam que nenhum documento histórico é objetivo, e que nenhuma escrita ou narração pode fugir à parcialidade. Mas, assim como na utilização de qualquer fonte histórica, tem-se que fazer uso da imprensa de maneira crítica e com cautela. Por isso, decidiu-se seguir alguns dos métodos de Luca para trabalhar com os periódicos: identificação do grupo responsável pela linha editorial, e de suas ligações com diferentes poderes e interesses financeiros; o motivo que levou à decisão de dar publicidade a uma notícia e não à outra; entender qual a função social do impresso; e, por fim, o uso de criticidade na análise dos periódicos.

Para se analisar as representações dos EUA nos jornais do Recife fez-se uso do conceito de representações trabalhado por Chartier[6] o qual as entende como classificações que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. De

[6] Ver Chartier (2002).

acordo com esta visão, as representações variam segundo as disposições dos grupos, sendo marcadas por interesses, e desejo de poder e de dominação. Elas ainda produziriam estratégias e práticas as quais tendem a impor uma autoridade ou a legitimar escolhas, o que põe as representações no campo da luta, já que parte de um grupo tentaria impor ao restante do grupo ou a outros grupos sua concepção de mundo social.

Utilizando esse conceito de representações dentro da análise dos jornais, observa-se que estas variavam de acordo com os interesses dos grupos que estavam à frente dos jornais e do que eles procuravam legitimar, o que produzia uma disputa pela hegemonia simbólica entre as diferentes representações.

Tendo abordado o objetivo, o conteúdo e a metodologia usada na dissertação, creio ser necessária a exposição de mais um item. O que pode ser visto por alguns como uma demasiada atenção ao contexto internacional, foi considerado por mim como vital, já que a intensificação das representações dos EUA nos jornais do Recife foi resultado de uma política imperialista americana a qual produziu durante a administração Roosevelt um projeto de americanização, com a intenção de combater a influência eixista nos países da América Latina. E, em relação ao que pode ser tomado como omissão da minha parte acerca de não ter dedicado um capítulo exclusivamente ao Recife, foi na realidade uma escolha em procurar evitar repetições desnecessárias, já que no capítulo sobre a imprensa recifense busco tecer análises sobre a cidade e a sua conjuntura política. Sendo feitas essas observações só me resta desejar uma leitura instrutiva e agradável.

Capítulo I:

Relações diplomáticas e culturais entre os Estados Unidos e a América Latina

1.1 Império do Tio Sam?

A amplitude da esfera da influência norte-americana é de difícil demarcação em um mundo regido pela globalização econômica, política e cultural. Torna-se complexo delimitar onde se começa a esfera de influência de uma nação. Todavia, esse estreitamento das relações, em âmbito mundial, não implica em uma total homogeneização uso de influência entre todas as nações, ou no desaparecimento de alguns centros que exercem preponderância sobre outros. Globalização não é sinônimo de democratização, e a preponderância estadunidense nesse processo é notória.

De acordo com Walter Russell Mead (2006), os Estados Unidos não são somente uma das maiores potências da atualidade, mas, a única. Referindo-se ao poder alcançado por aquele país depois da Segunda Guerra Mundial e a sua liderança no jogo das relações internacionais, o autor afirma:

> Churchill defendeu o Império Britânico contra Hitler e Hiroito, mas não foi páreo para Franklin D. Roosevelt. Stalin conquistou a hegemonia sobre as arruinadas extensões do Leste Europeu, mas os Estados Unidos mantiveram a inquestionável liderança de um bloco de países que incluía as mais ricas, dinâmicas e intelectualmente avançadas sociedades do mundo... O país não apenas venceu a Guerra Fria, ele difundiu seu idioma, sua cultura e seus produtos pelo mundo inteiro - o dólar norte-americano tornou-se o padrão das finanças internacionais; a língua americana, a língua franca dos negócios internacionais; e a cultura e os produtos de consumo norte-americanos dominaram a mídia e os mercados mundiais. Os Estados Unidos não são apenas a única Grande potência: seus valores constituem um consenso global, e o país domina, em grau sem precedentes, a formação da primeira civilização verdadeiramente global que o nosso planeta já conheceu. (MEAD, 2006. P.31-32)

Para Walter Russell Mead, essa preponderância norte-americana é tão inquestionável, que o autor afirma ser a saúde do sistema mundial dependente da sabedoria e da capacidade de antevisão da política externa dos EUA, bem como do apoio do povo estadunidense ao seu governo. Ele não critica a posição hegemônica norte-americana, mas defende a continuação desse poderio e a formulação de uma estratégia para o exercício da liderança mundial estadunidense em tempo de paz.

Contudo, mesmo admitindo essa hegemonia estadunidense, Russel Mead toma os EUA como um dos países mais democráticos do mundo, sendo a participação

popular a responsável pelo aspecto belicoso e expansionista da política externa norte-americana. De acordo com o autor:

> A ideia, comum em nossos dias, de que democracias não fazem guerras de agressão não era aceita por nossos predecessores. O crescimento da democracia nos Estados Unidos e na Europa caminhou passo a passo com enorme aumento da belicosidade nas relações internacionais. Como já vimos, foi difícil para os políticos norte-americanos e ingleses evitarem que a inflamada opinião pública levasse seus países à guerra por causa dos problemas de fronteiras no Oregon em 1840 e da questão de Trent em 1861... A opinião pública de todos os países europeus mais importantes saudou entusiasticamente o irrompimento da guerra em 1914; e em todas as grandes crises diplomáticas nos 50 anos decorridos entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial, em todos os países mais ou menos democráticos, ela consistentemente apoiou a linha de ação mais belicosa e colocou em risco a vida política dos que propunham uma solução de compromisso. (MEAD, 2006. P.80)

Apesar de Mead fazer citação de alguns presidentes americanos que adotaram medidas expansionistas, ele explica o aspecto hegemônico e expansionista da política externa estadunidense mais como um fator inerente à democracia. Entretanto, outros estudiosos apresentam uma visão diversa da de Mead, estando Noam Chomsky entre eles.

Chomsky (AMERICAN EMPIRE, 2005) não justifica as ações imperialistas norte-americanas como consequências da democracia, mas, pelo contrário, explica como o governo americano tenta, há séculos, angariar respaldo popular para suas ações através da disseminação da ideia dos EUA desejarem, somente, civilizar e democratizar as demais nações. A divulgação e a aceitação desse suposto altruísmo e benevolência dos norte-americanos são fundamentais para o suporte e a extensão da sua hegemonia.

Chomsky não define a atual posição dos EUA como império, pois, o termo é muito impreciso, sendo usado em diferentes maneiras. Porém, o autor reflete que independentemente da forma de poder exercida pelos EUA, a questão importante é a de sua participação entre os grandes sistemas militares e, consequentemente, entre os maiores poderes. Segundo Chomsky, a força militar é o mecanismo usado pelos EUA para o exercício do controle e da dominação.

Malgrado a sua afirmação de ser temerária a classificação dos EUA como império, o autor atesta que a política americana está o tempo todo buscando, conscientemente, dominar e controlar todos os ramos que lhe interessam, podendo se encontrar este tipo de atitude desde o tempo dos pais fundadores. Estes falavam

abertamente sobre "the rising American Empire", e desejavam uma expansão dos EUA para o Pacífico, Canadá, e partes dos territórios espanhóis na América Central.

Já o escritor Edward Said (1996) classificou os EUA como um império[7], porém, considerou o termo "Imperialismo" como muito vago, serviria para mascarar as heterogeneidades das formas de dominação. Entretanto, não deixou de apontar a validade de se usar tal terminologia para a designação da prática, da teoria e das atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante.

Após citar os mais poderosos impérios ocidentais entre os séculos XIX e XXI, Said menciona os Estados Unidos como a maior potência imperial desde a Segunda Guerra Mundial[8]. Esse império americano poderia ser visto com obviedade na América Latina, tendo suas origens vinculadas a uma herança europeia.

Warner Van Alystine (1973) analisou, também, a origem do Império Americano. Segundo Alystine, os EUA são uma "criatura" da tradição romano-britânica, e, como tal, concebida como um império. O crescimento americano de pequenas comunidades, ao longo da costa, para um poder mundial mostra a expansão do seu desejo imperial.

O autor, ainda, vai mais além ao declarar ter sido o estado americano, desde sua origem, um império e uma monarquia, cujo rei era representado pelo presidente da república, o qual por um período de tempo tinha acesso a um poder ilimitado, pois a constituição não definia linhas limítrofes para sua atuação, o que o capacitava a agir, inclusive, contra a vontade do povo. Todavia, lendas e tradições, as quais remontam à constituição e à independência americana, requerem que os Estados Unidos se mostrem antimonárquico e anti-imperial, proibindo qualquer referência a uma interpretação da história norte-americana que não louve a pátria como uma terra da democracia e da liberdade.

O único período da história americana a que se concede a possibilidade do uso do termo império é o de 1898 a 1912, durante a época da política do "big stick" de

[7]Edward Said analisa o imperialismo europeu e norte americano, através do conceito de Michael Doyle sobre império. Para Doyle (DOYLE apud SAID, 1996. P.40): "O império é uma relação, formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo não é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império". Ou seja, para Doyle, assim como para Edward Said, que trabalha com o conceito do autor anteriormente citado, não se classifica como império, somente, as potências as quais possuem colônias ou protetorados, mas, toda relação onde a soberania política de outro estado é posta em xeque, ou onde qualquer vínculo de dependência pode ser visualizado.

[8] Cf. SAID; 1996. p.91.

Theodore Roosevelt. Mesmo assim, tal período é visto não como uma regra, mas como uma exceção, uma aberração histórica, que desviou o país das suas sagradas tradições. Para Alystine, esse tipo de análise histórica é resultado de uma crença que toma a constituição de um império como fruto exclusivo do domínio físico de possessões.

No entender de Warner Van Alstyne, se, atualmente, a definição dos EUA como um império, é julgada herética, nos dias dos pais fundadores da república americana, este não era o caso. George Washington, Benjamin Franklin e outros estadistas viam os EUA como um império em ascensão e se referiam a eles nestes termos. Os Estados Unidos eram avaliados como o sucessor do Império Britânico no novo mundo, sendo o propósito da guerra pela independência o da criação de um Império Americano.

Considerava-se ser o destino do país crescer em território, população e poder. Assim sendo, a conquista de novos territórios, o domínio ou extermínio de povos nativos eram examinados não como atos de agressão ou violência, mas como o cumprimento de um destino, como um passo fundamental para a América chegar a ser o que deveria ser: um império. O desenvolvimento desse Império Americano, bem como dessa crença no destino imperial, foram suportados e mascarados pela ideia de os EUA serem a "Israel americana de Deus". Esta teria a missão de curar os males da civilização, logo, as ações beligerantes, frente aos outros povos, justificavam-se não pelos interesses americanos, mas, pelo seu altruístico desejo em levar ilustração e sabedoria a outros territórios.

Após a análise dos autores citados, entende-se o império americano como uma decorrência de uma atitude imperialista norte-americana, que encontra sua razão de ser na própria constituição dos Estados Unidos. Ou seja, a política e a economia estadunidenses, hoje possuidoras de um poder aparentemente global, foram influenciadas, desde o princípio, por uma herança cultural imperialista.

É digno de nota o fato de muitos aspectos da cultura americana, que são considerados como imperialistas, serem herdeiros de momentos históricos ou ideologias também tomadas como diretamente responsáveis por certos tons democráticos dos EUA. É complexa a relação entre a democracia americana e as atitudes imperialistas desta nação, parecendo que, muitas vezes, ambas não somente partilham a mesma herança cultural, como a democracia é usada como uma justificativa para o desejo de dominação norte-americana.

Robert M. Crunden (1994), ao trabalhar com a história da cultura americana, refere-se à partilha da mesma base intelectual por diferentes aspectos desta cultura. Segundo este autor, a cultura estadunidense é o resultado de uma mistura peculiar de

cristianismo, capitalismo e democracia, sendo que parte da abertura de tal cultura a estes dois últimos sistemas é derivada de uma prévia relação com o puritanismo, o qual exerceu um papel cultural dominante no período da colonização, chegando inclusive a suplantar as outras influências culturais. Avaliando uma implícita orientação democrática do puritanismo, Crunden (1994, p. 20) declara sobre os puritanos:

> Eles davam pouca importância aos talentos derivados da educação e da cultura e enfatizavam a clareza da mensagem para todos. Se a mente do cristão médio era a meta da prédica e se o cristão podia votar pelo pregador e conseguir que Deus abençoasse os resultados do seu voto, então o homem era igual ao mais fino dos aristocratas.

Destarte, se não existia diferenças entre aristocratas e o restante do povo, todos eram iguais. Estabelecida a igualdade, não existiria respaldo para uma hierarquização de cunho político, social, econômico ou religioso. Os germens da democracia já podem ser visualizados nesse tipo de concepção religiosa. E, atendo-se, posteriormente, às relações entre o puritanismo e o capitalismo, o autor afirma sobre o sistema político-econômico que corroboraria a dominação capitalista: *"O liberalismo moderno não foi de forma alguma uma meta dos puritanos, mas, estava sem dúvida, implícito em todo o seu posicionamento"* (Ibidem).

Entretanto, um dos aspectos mais interessantes e importantes, para o nosso foco de análise, refere-se à ideia de "God's chosen people". Tal ideia pode ser visualizada num discurso analisado por Crunden como um dos formadores do pensamento político americano:

> Devemos considerar que seremos uma cidade na colina, com os olhos de todos os povos voltados para nós; de modo que, se nós agirmos falsamente com o nosso Deus, neste trabalho que assumimos, provocando Sua retirada, a interrupção da Sua ajuda, nós estaremos criando uma lenda [sic] e ela se espalhará pelo mundo (John Winthrop apud CRUNDEN; 1994, p. 23).

Na análise de Crunden, a visão da colônia como uma cidade na colina a qual serviria de exemplo, para toda a humanidade, firmou uma política externa americana antes mesmo de a colônia ter estabelecido a sua primeira cidade. Esse messianismo norte-

americano foi um dos maiores influenciadores e justificadores do expansionismo e da beligerância americana frente aos outros povos. Os EUA podiam conquistar e dominar, ao seu bel prazer, porque eles constituíam o povo escolhido por Deus, cuja missão era levar a palavra divina para os infiéis.

Mesmo quando o puritanismo original dos colonos dividiu seu espaço com uma pluralidade religiosa, esta ainda se apresentava, em sua maioria, vinculada ao conceito de democracia, às necessidades econômicas e à ideia de povo eleito por Deus. Durante o século XIX, a ligação da religião com a economia e a política, também continuou.

A Guerra de Secessão, conhecida pelo desejo político do Norte em unificar os estados sobre a sua direção, bem como por seu interesse econômico em expandir o mercado interno através da transformação do escravo em consumidor; é analisada por Crunden como uma guerra santa, cuja disputa entre o norte e o sul se derivou do problema da sanção divina da escravidão. Para o autor, os nortistas identificavam a escravidão com a fraqueza e o demônio, enquanto os sulistas viam a escravidão como uma instituição sancionada pela Bíblia. Essa querela teológica se mostrava insolúvel, e findou por levar ao desenlace da guerra civil.

Ao se referir a marcha para o oeste, na primeira metade do século XIX, o autor explica que uma das justificativas usadas para a expansão territorial, ainda, foi de cunho espiritual: fazia-se imprescindível a cristianização daquela região geográfica ameaçada de se tornar pagã, cabendo aos norte-americanos como um povo escolhido por Deus, a tarefa de impedir esse desvirtuamento espiritual. A religiosidade norte-americana fundamentou e incentivou a expansão e a dominação dos EUA ao revesti-las de uma missão moral e religiosa. Logo, a expansão para oeste não era, somente, baseada em um desejo econômico de conquistar novos territórios, mas, também, em um desejo religioso de evangelização.

Apesar de, como já foi dito, o interesse do historiador Robert M. Crunden ser o de mostrar a cultura americana como tendo bases numa mistura entre o cristianismo, o capitalismo e a democracia, o autor acaba por fazer referências a atitudes imperialistas americanas as quais tiveram como suporte ideias religiosas, principalmente, a de povo escolhido por Deus. Ou seja, as atitudes imperialistas dos EUA podem ser visualizadas desde o início da formação daquele país, sendo tais ações suportadas ou influenciadas pela própria herança cultural americana.

A definição do poder americano na contemporaneidade, saber se os EUA ainda são hoje a maior potência econômica, ou se estão entre as maiores; a conceituação

dos Estados Unidos como uma poderosa república democrático-expansionista, ou como o único remanescente império da atualidade, são questões importantes de serem abordadas, na medida em que o trabalho se volta para a análise das representações e influências de um dos supostos maiores poderes da atualidade. A presença cotidiana dos Estados Unidos, em âmbito global, torna mais forte as pré-concepções acerca do modo como vem se processando tal presença, ou como ela foi processada, tornando vital para qualquer estudo histórico referente àquela nação o conhecimento mínimo sobre o seu expansionismo, sua política externa e o seu fundamento cultural.

Já a desmistificação da ideia de imperialismo e democracia americana serem opostos, é, particularmente, significativa na medida em que, como será exposto adiante, foi durante uma fase na qual os Estados Unidos empenharam-se em propagandear uma política aparentemente amigável e promotora da liberdade e democracia continental que se efetuou o domínio político, econômico e cultural dos EUA sobre a América Latina.

1.2 Política externa e relacionamento entre os EUA e a América Latina

Uma questão tão polêmica quanto a definição de os Estados Unidos serem um império, ou quando este foi fundado, é uma que se relaciona diretamente com ambas as indagações anteriores, a da política externa. Para o autor Robert M. Crunden (1994), até a guerra contra a Espanha, no final do século XIX, os EUA mantiveram uma política externa considerada como isolacionista, a qual só teve fim com a deflagração da Segunda Guerra Mundial. Tal política, segundo Crunden, se baseava numa *"noção de que o país devia se desenvolver por si próprio, isolando-se das guerras e das monarquias que afrontavam o resto do mundo."* (Crunden; 1994, p. 283). Os Estados Unidos tinham como meta o não envolvimento ou o não comprometimento com negócios ou países estrangeiros.

De acordo com Robert Crunden, durante a década de 20 do século passado, os EUA recuavam de pavor e irritação diante de qualquer problema externo. Nem mesmo os caóticos anos trinta, com seu desenvolvimento do nazi-fascismo e deflagração da Segunda Guerra, não foram capazes de levar a política americana a se interessar mais pelas questões internacionais. Mesmo a postura do presidente Franklin D. Roosevelt, pró-britânica e favorecedora da venda de material bélico aos aliados, não pôde tirar o país do seu isolacionismo. O rompimento, com esse tipo de política externa, ocorreu somente no ano

de 1941 com o ataque japonês a base americana de Pearl Harbor, no Havaí.

Já para Walter Russel Mead (2006), a ideia da política externa norte-americana como isolacionista, até a primeira metade do século XX, é baseada em um mito. Este foi largamente difundido, entre os anos de 20 e 30, em resposta à crise econômica gerada após o término da Primeira Guerra e após o crack da bolsa de valores de Nova York. Segundo Mead, os americanos queriam arranjar um culpado para tal situação, e a resposta foi encontrada no mito do isolacionismo virtuoso. Esse mito tomava como tradicional o não envolvimento do país em assuntos estrangeiros e firmava a Doutrina Monroe como a fundadora de uma política americana direcionada somente para os interesses do continente americano. Pautava-se, ainda, no discurso de despedida do presidente Washington, o qual se opunha a formação de alianças dos EUA com outros países e defendia o desenvolvimento de relações econômicas sem comprometimentos políticos.

O autor acredita se dever a sobrevivência desse mito, nos tempos atuais, a atuação dos líderes políticos durante a Segunda Guerra e a Guerra Fria. Os líderes políticos desses momentos, precisando agir às pressas para fundamentar o comprometimento do país com assuntos estrangeiros, atuaram no sentido de corroborar o mito do isolacionismo, ao mesmo tempo, em que enfatizavam que ações históricas impunham o abandono de tal isolacionismo e o engajamento do país em questões internacionais com a finalidade de se proteger a paz mundial.

Tentando evidenciar a inverossimilhança do mito do isolacionismo virtuoso, Mead mostra ao longo do seu livro, *Uma orientação Especial*, como a política externa americana exerceu um papel fundamental na história dos Estados Unidos. Isso aconteceu desde a sua colonização, ocupando a Inglaterra o foco central das relações da política externa dos EUA, entre o período colonial e a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, apesar da preeminência inglesa, isto não significa dizer que as relações internacionais americanas não se preocupavam com outros países. Mead, com intuito de corroborar a ideia do envolvimento dos EUA no âmbito internacional, antes mesmo do começo do século passado, expõe uma pequena lista acerca de intervenções estadunidenses na América Latina:

> Os Estados Unidos também se envolveram intensamente na América Latina. Já em 1832, eles enviaram uma esquadra às Ilhas

> Falklands, para subjugar uma guarnição argentina que hostilizara navios mercantis norte-americanos. A guerra contra o México constituiu-se, por certo, no maior exemplo de intervenção, mas, por ocasião da Guerra Civil, forças norte-americanas já haviam entrando em ação no Haiti (1799, 1800, 1817-1821), em Trípoli (1815), nas Ilhas Marquesas (1813-1814), na Flórida Espanhola (1806-1810, 1812,1813, 1814, 1816-1818, 1817), no que é hoje República Dominicana (1800), em Curaçao (1800), nas Ilhas Galápagos (1813), em Cuba (1822), em Porto Rico (1824), na Argentina (1833, 1852, 1853), e no Peru (1835-1836). Entre a Guerra Civil e a guerra contra a Espanha, os fuzileiros navais foram enviados a Cuba, ao Uruguai, à Argentina, ao Chile, à Colômbia e ao Haiti (MEAD, 2006, p. 50).

Tais intervenções, cuja maioria tinha finalidades econômicas imediatas e expansionistas, constituem o que pode ser contemplado como a política externa norte-americana daquele período. Mead combate a concepção continentalista, segundo a qual somente a "alta política" constituiria o reino da política externa, e toma as questões econômicas como fazendo parte deste reino. Partindo dessa ideia, o autor alega que, desde da instauração da república até os primeiros anos do século XX, os EUA devotavam grande atenção para as relações internacionais. Para os americanos a prosperidade e a felicidade da família norte-americana média dependiam necessariamente da política externa do país. Daí o fato de muitos dos primeiros presidentes americanos terem servido como secretários de estado ou diplomatas no exterior, pois *"Os sucesso alcançados na política externa eram considerados uma das mais fortes qualificações para um candidato à presidência..."*. (Ibidem. p. 34-35).

Joseph Smith (2005), por outro lado, explica que os EUA só começaram a se preocupar com as suas relações estrangeiras a partir da década de 1870. Antes disso, o país buscava uma política que evitasse alianças e interferências nos "affairs" das dinastias europeias, uma política que primasse pela unilateralidade e independência norte-americana. Todavia, Smith não toma o não estabelecimento de alianças como um total isolamento americano durante os primeiros decênios da república.

Segundo o autor, durante os anos finais do século XVIII e boa parte do XIX, os Estados Unidos também se concentraram em uma atividade diplomática para com os centros de poder da Europa ocidental, com a finalidade de constituir relações amigáveis. Contudo, os norte-americanos queriam ser vistos como possuidores de uma política estrangeira diferenciada da dos europeus. A política europeia era julgada como elitista e repressiva, enquanto os americanos se auto-representavam como os detentores de uma virtude e uma moral superior. Assim, apesar de se buscar o estabelecimento de uma

diplomacia com a Europa, acreditava-se que qualquer aliança com ela danificaria essa superioridade americana, além, de obviamente, suprimir a liberdade de ação dos EUA.

Se um comprometimento com as potências europeias não era desejável, com o resto da América era tido quase como inaceitável. Os Estados Unidos, ao respeitarem os poderes das dinastias ocidentais sobre as colônias americanas, dispunham da habilidade em negociar com ambas, daí o país não se mostrar nem um pouco interessado em se envolver nos problemas dos seus vizinhos políticos. Mas, ainda aqui, Joseph Smith chama a atenção para inúmeras atuações estadunidenses no continente americano. Para o autor, não obstante a posição dos EUA de não se envolverem em questões concernentes a América Latina ou as potências europeias, para o país era importantíssima a sua defesa nacional contra uma possível ação europeia que viesse a prejudicar os seus interesses. É tendo isso em foco, que os EUA procuraram expandir seu território sobre possessões europeias fronteiriças, ou que permitissem o acesso a recursos naturais. Sob a bandeira da defesa da segurança nacional os Estados Unidos realizaram sua expansão imperialista, acreditando que, somente, através da anexação de territórios, com uma consequente aquisição de uma preeminente posição no hemisfério ocidental, o país poderia se defender dos tirânicos poderes europeus[9].

O continente americano era um meio através do qual os Estados Unidos poderiam crescer e se afirmar no ocidente. Não se queria o envolvimento com as outras repúblicas vizinhas, apenas suas terras, seus recursos, ou, no máximo, acordos comerciais. Esse período de neutralidade começou a se modificar, entre a segunda e a terceira década do século XIX, devido a uma política de diplomacia seletiva. A vitória de algumas colônias sobre suas metrópole influenciou os EUA a reconhecerem a independência de alguns estados latino-americanos, esperava-se que tal reconhecimento levasse o país a obter vantagens econômicas e políticas.

Apesar dessa diplomacia seletiva e da mensagem do presidente Monroe ao congresso em dois de dezembro de 1823, declarando que qualquer tentativa europeia de agressão contra os novos governos independentes da América Latina seria tomada como uma manifestação não amigável contra o próprio EUA; até 1870, os políticos e os diplomatas americanos, geralmente, mostravam uma completa indiferença pela América Latina. De acordo com o Smith, esse desinteresse era resultado tanto de problemas políticos domésticos, de atitudes de personalidades oficiais, como da política de não alianças desenvolvida pelos Estados Unidos[10].

[9] Cf. SMITH; 2005, p.4
[10] Cf. SMITH; 2005, p.41.

Porém, diferentemente de Walter Russel Mead que avalia as atitudes expansionistas dos EUA, bem como suas ações econômicas no continente americano, como constituintes de uma política externa americana, Joseph Smith parece crer que uma política externa americana só se desenvolveu no final do século XIX. As soluções dos problemas internos americanos resultantes da guerra civil; o desenvolvimento econômico americano com uma consequente necessidade de mercados externos; o clamor por uma posição preeminente na política do hemisfério ocidental; e a possibilidade da construção do canal do Panamá por uma força europeia, no caso a França; atuaram no sentido de por fim a apatia nas relações internacionais dos EUA, e pelo reavivamento da doutrina Monroe.[11] Na América Latina, a mudança do posicionamento americano pôde ser notada, tanto no seu envolvimento na Guerra do Pacífico, como no desenvolvimento do Pan-americanismo.

Uma disputa local entre o Chile e a Bolívia, acerca das taxas de exportação do nitrato boliviano para os mercadores chilenos, levou ambos os países a uma guerra, que teve uma posterior adesão do Peru ao lado boliviano. Não obstante a destruição causada pelo Chile à marinha peruana e a sua apropriação de possessões de nitrato da Bolívia, ele não apresentava condições de manter sua ocupação militar, o que levou os três países a um impasse. Frente a esta dificuldade, o secretário do Departamento de Estado, Blaine, viu como inevitável a interferência americana, mesmo que indesejada, para por fim a Guerra do Pacífico. Tal interferência, no entanto, findou por mostrar-se desnecessária – já que após a remoção de Blaine, o seu sucessor abandonou a política anterior, deixando os três países, envolvidos na guerra, resolverem os seus problemas, o que aconteceria pouco depois– e por causar uma suspeita acerca das intenções americanas nos assuntos da América Latina.

Com relação ao pan-americanismo, Joseph Smith destaca terem existido dois tipos durante o XIX. O da primeira metade foi formado sob a influência de Simón Bolívar, que queria formar uma federação de estados latino-americanos com a intenção de substituir a unidade do Império Espanhol nessa parte do continente, e fazer frente contra uma

[11]Quando o controle do Império Espanhol sobre suas possessões no continente americano se mostrou em dissolução, a Espanha recebeu apoio da Santa Aliança a qual se propunha a interferir militarmente, se preciso, para salvaguardar o direito espanhol no Novo Mundo. Frente a essa possibilidade de interferência europeia no continente americano, os Estados Unidos sentiram-se ameaçados, o que levou o presidente Monroe a fazer uma declaração ao congresso em 1823. De acordo com Joseph Smith, a declaração punha uma grande ênfase na separação entre o Novo Mundo e o Velho Mundo, e também clamava que a América Latina tinha se juntado aos Estados Unidos na rejeição da política monarquista europeia. Tomava-se qualquer tentativa de levar o sistema político europeu para a América como perigosa à paz e a segurança americana. E, apesar de Smith considera a mensagem de Monroe como tendo pouca validade histórica, o autor mostra como ao longo do tempo ela foi adquirindo o estatus de doutrina, passando a ser venerada como uma política tradicional americana.

possível retaliação da Espanha. Os Estados Unidos, por sua posição de neutralidade perante a guerra pela independência da América Latina, não foram inicialmente convidados para participar dos congressos pan-americanos. Todavia, com o passar do tempo, os EUA passaram a ser chamados a comparecerem à conferência, porém não mostravam nenhum interesse em participar delas, ou, tampouco, em se envolver nos assuntos da América Latina.

Como foi dito, devido a mudanças políticas e econômicas, durante o último quarto do século XIX, a política estadunidense frente ao pan-americanismo mudou radicalmente. O governo passou a ver essa doutrina como um instrumento capaz de impor a influência política e econômica norte-americana no continente. E, apesar do termo ter sido teoricamente usado no final do século XIX *"... para descrever uma política que buscou desenvolver um hemisfério de prósperas, seguras, e democráticas nações irmãs"*[12] [tradução nossa] (Ibidem, p.47), o autor conclui que na prática seu uso serviu para mitigar a influência europeia na América, através do estabelecimento de uma política de alianças informais e da união comercial de todas as repúblicas americanas[13].

Foi nesse momento, segundo Smith, que a política externa americana entrou em ação. Ela atingiu uma força e uma beligerância sem precedentes, na história da política externa americana, durante o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909) com a sua política do "Big Stick", também conhecida como "Roosevelt Corollary" da doutrina Monroe, que veio a público através de um incidente envolvendo a Venezuela.

Uma ameaça de intervenção na Venezuela pela Alemanha, Itália e Grã-Bretanha, pelo não pagamento dos débitos daquele país, mostrou-se perigosa para o presidente americano. Roosevelt parecia crer que uma vez aberto um precedente para intervenção europeia na América Central, a autoridade e o poder estadunidense no continente estariam ameaçados. Com a intenção de evitar a presença europeia no continente americano e resolver os problemas financeiros entre a Europa e os países da América Central, Theodore Roosevelt, na sua mensagem anual ao congresso, no dia 6 de dezembro de 1904, declarou que os países da América Latina que conduzissem seus negócios com eficiência e decência, mantendo estabilidade política e pagando seus débitos, não precisariam temer uma intervenção dos EUA. Por outro lado, os Estados Unidos outorgavam a si mesmos o dever de intervir, caso os governos agissem irresponsavelmente,

[12] No original: "to describe a policy that sought a hemisphere of prosperous, secure and democratic sister nations".

[13]Para Smith, esse pan-americanismo além de ser uma tentativa de pôr a doutrina Monroe em ação, era um reflexo do desejoso dos líderes norte-americanos em aliviar a depressão econômica do seu país (Ibidem, p.48).

e mantivessem uma posição crônica de incompetência. [14]

Roosevelt atribuía aos EUA o papel de polícia internacional, pondo, primeiramente, a América Central, e depois, toda a América Latina, sob a guarda dos Estados Unidos. Esse tipo de atitude, por parte do governo norte-americano, não era, contudo, nova para época. Apesar de Smith mostrar que os EUA começavam a se aproximar politicamente do resto do continente americano no final do século XIX, o autor expõe que a visão dos Estados Unidos acerca dos seus vizinhos do sul permaneceu igual. A América do Norte tinha uma tendência de enxergar o resto do continente americano como sendo constituído por um bando de bárbaros, os quais não possuíam capacidade para um autogoverno, e, por isso, estavam travando constantes revoluções. Por essa ineficiência dos latino-americanos, os EUA viam a si mesmos como o único país digno e capaz de dominar o continente. Assim sendo, as ações dos Estados Unidos eram avaliadas como onipotentes, além de não precisarem responder a nada ou a ninguém.

Joseph Smith explica esse desprezo dos Estados Unidos pelos seus vizinhos do sul nas próprias histórias da colonização de ambos. Segundo o autor, os EUA herdaram e compartilharam atitudes da Grã-Bretanha, país que se portava de maneira desrespeitosa e desconfiada em relação aos latinos. Já os colonos da América Ibérica tratavam os norte-americanos como ingleses, sendo este grupo identificado com piratas e exploradores. Não obstante a independência dos EUA e das colônias ibero-americanas, essa mútua visão desprestigiosa não se modificou completamente ao longo do século XIX, contribuindo para isto, as ações beligerantes estadunidenses frente ao restante do continente.

O breve resumo feito sobre a história da política externa norte-americana para com a América Latina, ou mesmo sobre a história das relações entre essas duas partes do continente americano, retrata como os Estados Unidos enxergavam os seus vizinhos, como se eles fossem seus subalternos, além de incapazes. Daí poder-se conquistar Cuba e Porto Rico, disputar o Canal do Panamá, fazer-se uso da política do "big stick", e etc.

Como a América Latina não era tratada com respeito, o desenvolvimento de ações imperialistas, para com essa parte do continente, com a desculpa de se levar a democracia ou a ordem, eram aceitáveis. Pelo menos até o desabrochar da década de 1930, quando os anos de depressão levaram os EUA a perseguirem um programa hemisférico agressivo. O crescimento das atividades do Eixo na América Latina assustaram os americanos. A insatisfação desta para com uma política estadunidense intervencionista,

[14] Cf. SMITH, op.cit. p.70).

conjuntamente com um contexto de guerra mundial, fizeram com que os EUA adotassem uma política, aparentemente, mais amigável e que buscava estreitar os laços com o continente americano. Dava-se início a política de boa vizinhança de Franklin D. Roosevelt em resposta aos temores americanos, e a uma nova conjuntura mundial.

De acordo com Gerson Moura (1986), no final da década de 20 a América Latina estava cansada da política arbitrária dos Estados Unidos, e passou a exigir nas conferências pan-americanas *"o respeito ao direito de autodeterminação dos povos e ao princípio de não intervenção"* (MOURA; 1986, p. 17). Nesse contexto, foi posta em prática a política de boa vizinhança, a qual se fundamentava no reconhecimento da igualdade jurídica entre todas as nações do continente, no abandono pelos EUA da sua política intervencionista na América Latina, na aceitação da necessidade de consultas periódicas para resolução dos problemas que viessem a surgir entre as repúblicas - ao invés de os Estados Unidos tomarem medidas unilaterais– e em acordos de cooperação para o bem-estar dos povos da América (Idem).

Proclamava-se que tal política significava *"um convívio harmônico e respeitoso entre todos os países do continente"* (MOURA; 1986, p. 8) bem como *"uma política de troca generalizada de mercadorias e bens culturais entre os Estados Unidos e o restante da América"* (Idem). Contudo, na prática, a política externa americana não tinha mudado, somente os seus métodos foram alterados, como o intervencionismo direto através da ocupação militar. Assim, os objetivos estadunidenses permaneceram os mesmos: mitigar a influência europeia no continente, estimular a estabilidade política na América Latina, e manter a preponderância do seu poder. Para o autor, nem os proclamados intercâmbios culturais e de mercadorias ocorriam de maneira equânime, pois as diferenças de recursos econômicos e de difusão cultural produziam uma influência praticamente de mão única, dos EUA para o restante da América.

Destarte, para Gerson Moura, a política de boa vizinhança foi utilizada para acalmar os ânimos latino-americanos, tornando favorável a opinião desta parte do continente para com os Estados Unidos. Um outro estudioso das relações Estados Unidos– América Latina, Irwin Gellman (1979), avaliando as utilidades, acima mencionadas, da política de boa vizinhança, cita outros propósitos para os quais ela serviu.

Durante a campanha eleitoral, Roosevelt dispensou pouca atenção para as questões internacionais. Ao assumir o poder ele não possuía um direcionamento claro com respeito ao relacionamento dos EUA para com a América Latina, vindo este a ser denominado de política de boa vizinhança de maneira acidental. "The Good Neighbor

Policy" nasceu mais ou menos por acaso, durante o discurso de posse de Franklin D. Roosevelt. Um discurso expositor da carência de uma visão sobre a política externa, referindo-se a ela somente de maneira vaga através de uma oratória recheada de fraseologia e otimismo: *"No campo da política internacional eu dedicaria esta nação à política de boa vizinhança – do vizinho que respeitando, resolutamente, a si mesmo, e porque ele faz isso, respeita a santidade dos seus acordos com os vizinhos mundiais*[15]*."* [tradução nossa] (GELLMAN; 1979, p.11).

Nascendo de maneira acidental, o termo política de boa vizinhança serviu para cobrir toda uma série de ações complexas e paradoxais adotadas pelos EUA em relação à América Latina, entre os anos de 1933 e 1945. Não se tinha uma clareza sobre o que deveria ser essa política, sendo ela definida, somente, a partir do momento em que se punha em prática determinadas medidas. Como, por exemplo, o princípio de não intervenção de tropas americanas nos demais países do continente, criado durante a crise cubana.

O restante do continente passou, então, a crer na renúncia dos EUA a sua prática de intervenção, entretanto, para o governo americano, essa renúncia não era absoluta, se houvesse necessidade, ele ainda interviria. Além do mais, o não envio de tropas para zonas instáveis da América Latina não significava que os EUA deixariam de se imiscuir nos assuntos internos das repúblicas vizinhas, até porque, ainda, se atendo a questão cubana, mesmo os EUA não enviando tropas, mandaram vários navios de guerra para cercá-la, os quais acabaram por ter um papel importante na resolução dos problemas domésticos cubanos (GELLMAN; 1979, p. 21).

Contudo, apesar da nomeação acidental e da carência de uma plataforma definida, a política de boa vizinhança possuía um grande apelo e reconhecimento popular[16], criando uma atmosfera positiva que foi utilizada por Roosevelt. Impossibilitado pelo seu próprio governo e oposição doméstica de se envolver nos assuntos europeus, Roosevelt fez uso do apelo da política de boa vizinhança, tanto em escala nacional como internacional, para se intrometer nas questões que surgiam[17].

---

[15] No original: "In the field of world policy I would dedicate this nation to the policy of the good neighbor –the neighbor who resolutely respect himself and, because he does so, respect the sanctity of his agreements in and with a world of neighbors."

[16]Segundo Irwin Gellman (1979, p.80), muito do apelo da política de boa vizinhança na América Latina, especificamente no Caribe, foi resultado de uma grande propaganda realizada pelos ditadores dessa parte do hemisfério, os quais querendo ver seus nomes associados com a administração Roosevelt, ou interessados em obterem algum favor, promoveram a política continental americana.

[17] Cf. GELLMAN; 1979, p. 17)

Segundo Gellman, Roosevelt utilizou "the Good Neighbor Policy" para ganhar renome e influência em âmbito internacional, fazendo não o que era bom para o continente e a amizade hemisférica, mas o que estava de acordo com os seus interesses. O autor, ainda, analisa o uso dessa política por Roosevelt para salvaguardar os interesses britânicos e prejudicar os países do Eixo. Embora na teoria os EUA se apresentassem como um país neutro, na prática seu presidente tomava medidas que beneficiavam os países da Aliança.

Um exemplo dessa parcialidade é mostrado nas vantagens oferecidas pelos marinheiros americanos aos britânicos, durante o patrulhamento da zona de segurança. Pela Declaração do Panamá, de 1939, ficou estabelecida uma zona de segurança, pela qual os países beligerantes não deveriam ultrapassar uma certa área ao redor das Américas, sem antes realizar algum tipo de notificação, ficando, terminantemente, proibido qualquer ato beligerante dentro dessa zona. No entanto, a marinha americana não somente notificava a marinha inglesa quando avistava navios alemães dentro dessa área, como permitia as suas perseguições pelos ingleses dentro de uma suposta zona de neutralidade e segurança.

A política de boa vizinhança foi uma política seguida pelo governo Roosevelt, buscando estimular as relações dos EUA para com a América Latina, em uma época na qual aquele país se via impossibilitado de efetuar negociações em uma escala internacional maior, primeiramente, por causa da depressão econômica, segundo, por causa da guerra. Todavia, como já foi dito anteriormente, Roosevelt visualizava a América Latina como um meio para se atingir um fim, a sua influência além das fronteiras continentais. Irwin Gellman finda por concluir que a política de boa vizinhança, apesar de ter modificado algumas ações dos Estados Unidos para com a América Latina e ter incentivado um pan-americanismo promovedor de uma maior visibilidade dessa parte do continente, não alterou a maneira vertical e unilateral pela qual se dava tal relacionamento, já que, os EUA, continuaram a manter pesados encargos financeiros sobre esses povos[18].

"The Good Neighbor Policy" buscou a abdicação do que era julgado como ultrapassado: a intervenção militar; uma política claramente agressiva e obtusa[19] para com os países latino-americanos; os preconceitos através dos quais se via as nações da América

[18] Cf. GELLMAN; 1979; p.72 e 73.

[19]Referindo-se aos próprios arquitetos da política de boa vizinhança sobre a América Latina, Gellman (1979; p.17) afirma que o conhecimento de Roosevelt era nulo, o do secretário de estado, Hull, quase não existente, e, o do assistente secretário – posteriormente subsecretário, Welles, era ultrapassado. No entanto, procurava-se corrigir essas faltas com a criação da Divisão de Relações Culturais, em 1938, e com a criação do Office for Coordination of Comercial and Cultural Relations between the American Republics, em 1940.

Latina; e uma política de não-compromentimento[20]. Mas reteve tudo o que era tido como vital para o interesse nacional, abrindo exceções até mesmo para o famoso princípio de não intervenção, se este viesse a contrariar os interesses dos Estados Unidos[21].

O fato de a política de boa vizinhança ter uma agenda escondida não minimiza a sua importância para a aproximação política, econômica e cultural entre os Estados Unidos e a América Latina. O seu uso por Roosevelt como um mecanismo para ascensão a uma posição de vasta influência, em âmbito internacional, como um meio de auxiliar os aliados[22], ou, ainda, manter a preponderância americana no relacionamento EUA-América Latina, não anula a questão de ter sido durante e através dessa política que o intercâmbio cultural, político e econômico entre ambos atingiu um patamar sem precedências.

[20]Pela convenção de Havana ficava estabelecido que qualquer ataque de uma potência não americana contra uma nação do continente significava um ataque contra todas, sendo que esse tipo de comprometimento dos EUA para com uma outra nação ou nações jamais foi realizado antes desse momento.

[21]"… a não–intervenção tinha exceções. Caffery influenciou, constantemente, as decisões internas de Cuba, e Lane tentou impedir a ascensão de Somoza. Os Estados Unidos mantinham suas forças militares na zona do canal do Panamá e na baía de Guantánamo. Roosevelt cumpriu sua promessa de nunca aterrissar tropas para restaurar a ordem, mas ele estacionou navios de guerra nas águas cubanas… Em assuntos econômicos, os Estados Unidos manteve suas responsabilidades fiscais no Haiti e na República Dominicana até os investimentos americanos estarem seguros. Na verdade, os Estados Unidos abandonaram o que era obsoleto e retiveram o que era considerado vital para o interesse da nação". [tradução nossa] (GELLMAN; 1979; P. 38).

[22]Segundo Gellman (Idem, p.114 e 115), Roosevelt buscou promover uma naziphobia no continente americano, chegando mesmo a mentir em alguns de seus discursos com o intuito de realizar tal propósito. Algumas dessas mentiras seriam: a existência de uma conspiração da rede de espionagem de Hitler para derrubar o governo da Argentina, da Bolívia e do Uruguai; a construção de campos aéreos próximo do canal do Panamá por agentes nazistas; e a descoberta de um mapa nazista com planos para conquistar certos países da América Latina.

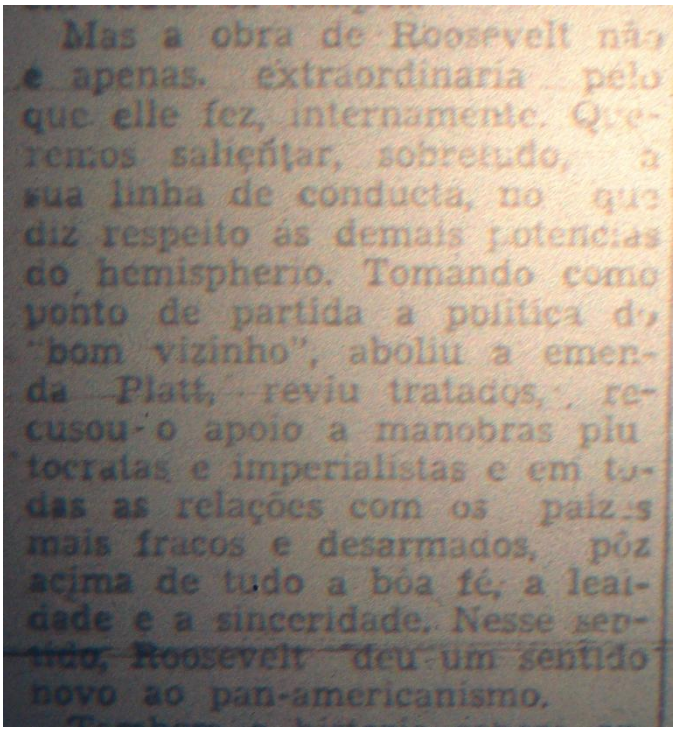

Mas a obra de Roosevelt não é apenas extraordinaria pelo que elle fez, internamente. Queremos salientar, sobretudo, a sua linha de conducta, no que diz respeito ás demais potencias do hemispherio. Tomando como ponto de partida a politica do "bom vizinho", aboliu a emenda Platt, reviu tratados, recusou o apoio a manobras plutocraticas e imperialistas e em todas as relações com os paizes mais fracos e desarmados, poz acima de tudo a bôa fé, a lealdade e a sinceridade. Nesse sentido, Roosevelt deu um sentido novo ao pan-americanismo.

Fig.01 - Artigo elogioso à política de boa vizinhança de Roosevelt a qual teria posto fim às medidas imperialistas, e se basearia na lealdade e boa fé.
Fonte: "Roosevelt e as eleições americanas". DP, Recife, 14/07/1940 – FUNDAJ

Se Roosevelt queria se tornar uma voz que fosse ouvida, com respeito e temor pelos países de além-mar, primeiramente, ele teria que conquistar todo o continente, ganhar sua simpatia e confiança. Ele conseguiu êxito através da promoção de inúmeros congressos e instituições pan-americanos realizados sob a bandeira da política de boa vizinhança. Se uma das suas metas era ajudar os países da aliança e combater os do eixo, uma maneira eficaz foi ganhar o apoio de todo o hemisfério para sua causa através de uma política amigável que estimulasse o estreitamento de laços comerciais (realizado por inúmeros acordos bilaterais com diferentes repúblicas latino-americanas) e culturais (foram promovidos intercâmbios de alunos, profissionais e técnicos.). Tal política foi realizada com sucesso por Roosevelt, e, como resultado, sua campanha em prol dos aliados foi vitoriosa. Entretanto, a sua consequência mais notória foi a montagem de uma dominação estadunidense sobre a América Latina.

"The Good Neighbor Policy" não somente intensificou e expandiu a preponderância americana sobre o restante do continente, ela comprou a aceitação dessa preponderância. A velha Europa deixou de ser o modelo para os países latino-americanos, queria-se imitar a grande nação norte-americana. O futuro vinha da América, a Europa

dividida por regimes totalitários e arrasada pelo caos da guerra não representava mais esperança nem para ela mesma. Queria-se dançar o "boogie-woogie", andar de "baratinha"[23], tomar "ice-cream da Kibon", beber coca-cola, ser bela como uma atriz de Hollywood, e namorar um bom soldado americano. O continente foi americanizado[24] durante e através da política de boa vizinhança de Franklin D. Roosevelt.

Fig.02 – Propaganda do sabonete Lever, usado pela famosa atriz Madeleine Carrol e por nove entre dez estrelas de Hollywood para se manterem com uma pele bonita. A propaganda transmite a ideia de que quem desejasse ser belo como as estrelas do cinema deveria fazer o mesmo que elas, ou seja, usar Lever.
Fonte: DP. Recife, 07/07/1940 – FUNDAJ

Ao Brasil, devido a sua importância econômica (Estados Unidos e Alemanha disputavam acirradamente o mercado brasileiro durante a maior parte da década de trinta) e estratégica (a sua proximidade com a África e a Europa tornava-o um aliado indispensável

[23]De acordo com Antônio Pedro Tota (2000; p, 158), o carro, também chamado de barata, era na época estudada, o símbolo máximo do "American way of life".
[24]Segundo Tota (Idem), a americanização seria a implantação da ideologia pragmática do americanismo nas culturas mais débeis da América Latina. Sendo esse assunto melhor destrinchado no capítulo seguinte.

para os Estados Unidos no caso de guerra), foi dispensada uma atenção especial pelas campanhas de americanização. Referindo-se a influência estadunidense, no Brasil, durante os primeiros anos da década de quarenta, Gerson Moura (1986) declara:

> […] os brasileiros aprenderam a substituir os sucos de frutas tropicais onipresentes à mesa por uma bebida de gosto estranho e artificial chamada coca-cola. Começaram também a trocar sorvetes feitos em pequenas sorveterias por um sucedâneo industrial chamado Kibon, produzido por uma companhia que se deslocara às pressas da Ásia, por efeito da guerra. Aprenderam a mascar uma goma chamada chiclets e começaram a usar palavras novas que foram se incorporando à sua língua falada e escrita. Passaram a ouvir o fox troit, o jazz, o booggie-woogie entre outros ritmos e começaram a ver muitos mais filmes produzidos em hollywood. Passaram a voar nas asas da Panair (Pan America), deixando para trás os "aeroplanos" da Lati e da Condor. (MOURA; 1986; p.8 e 9)

Porém, essa penetração cultural americana, não se realizou a partir de uma estaca zero. As relações entre os EUA e o Brasil se não longas, estreitas, e contínuas, datam, pelo menos, de um período anterior aos anos de 1930. No próximo tópico, será feita uma rápida digressão sobre esse relacionamento, até o período abordado por este trabalho, com o intuito de se expor que o estreitamento dos vínculos entre Brasil-EUA se insere dentro de uma continuidade, mas, ao mesmo tempo, também é marcado por rupturas, pois a intensidade e a maneira de ligação entre esses dois países variaram durante a década de trinta e o início dos anos quarenta, alterando profundamente o modo como se dava tal relacionamento.

1.3 Tio Sam chega ao Brasil

Brasil. Estados unidos. Lendo esses dois nomes, não vemos nenhuma aparente relação entre eles. Dois países geograficamente distantes, marcados por diferentes graus de importância no jogo das relações internacionais, o que poderia haver de comum entre ambos? De acordo com Moniz Bandeira (2007), haveria, no mínimo, um relacionamento comercial de longa data.

Apesar de Moniz Bandeira afirmar que as relações comerciais entre os dois países datam desde antes do período da independência norte-americana, através do contrabando e da caça de baleias, ao sul do Atlântico, pelos norte-americanos; o autor

acredita que as primeiras estatísticas norte-americanas de comércio entre o Brasil e os Estados Unidos datam, somente, do ano de 1802.

Não obstante essa longevidade comercial, as trocas entre os Estados Unidos e o Brasil foram insignificantes para ambos até o final do século XIX, quando o café assumiu o papel de carro-chefe da economia brasileira e os Estados Unidos adquiriram uma grande importância nas relações comercias com o Brasil pelo fato de seus comerciantes controlarem todas as etapas do processamento daquele produto. A presença americana foi, também, facilmente percebida em outras áreas comerciais, como na compra do cacau, e da borracha; na importação dos produtos americanos que adentravam o mercado brasileiro, aos poucos e através de incentivos fiscais; e através de créditos oferecidos ao Brasil.

Com o surgimento do século XX, tal presença se tornou mais notória, os americanos passaram a disputar com os ingleses monopólios de exploração de matérias-primas, de eletricidade, dos meios de comunicação e de transporte. A posição destacou-se mais depois da Primeira Guerra Mundial, quando a incapacidade dos produtos europeus de atenderem as necessidades dos mercados latino-americanos forneceu aos EUA uma posição hegemônica no continente. Os Estados Unidos, entretanto, não controlavam somente o suprimento de produtos industrializados, com a crise na Europa provocada pela Grande Guerra, eles tiveram a oportunidade de assumirem as dívidas e os mercados financeiros da América, o que concedeu aquele país uma oportunidade de influenciar a economia e a política continental. Dessa maneira, o papel de potência dominante no continente americano, outrora desempenhado pela Grã-Bretanha, foi transferido para as mãos dos EUA.

A guerra foi de extrema importância para a substituição das forças europeias pelas norte-americanas, tanto no mercado interno, como no mercado externo. Ela deu início ao apogeu do imperialismo estadunidense, no continente americano e no além-mar. Bandeira, se referindo à predominância que os norte-americanos adquiriram com a Primeira Guerra, declara:

> A guerra mundial subverteu todas as situações. O centro financeiro em torno do qual girava o Brasil, deslocou-se de Londres para Nova York, de Lombard Street para Wall Street. Os Estados Unidos ocuparam a posição de primazia que a Inglaterra antes detivera e de modo muito mais amplo e efetivo. Dominaram todo o comércio exterior do Brasil, das exportações de café e borracha, que há muito controlavam, às importações de produtos

> manufaturados. Estabeleceram, praticamente, o sistema de mercado fechado, que caracterizava a servidão. Depois encamparam as suas dívidas externas, contraídas com a Inglaterra. (BANDEIRA, 2007, p. 292)

A presença americana era visível. O automóvel, o cinema, o "fox-troit" e a "jazz-band" faziam parte do cotidiano das camadas mais favorecidas, além das máquinas de escrever e de costura, dos fonógrafos, e das frutas como pêras e maçãs importadas dos EUA. No entender de Bandeira, os anos de 1922 a 1929 foram de grande importância para a penetração americana no Brasil, tendo se estabelecido durante esse período os principais monopólios e empresas americanas, interessadas em ganhar, completamente, o mercado brasileiro[25].

Todavia, o desenvolvimento das relações econômicas e políticas entre o Brasil e os Estados Unidos não se efetuou de maneira retilínea e pacífica. De acordo com o autor supracitado, ao longo do período imperial, os EUA eram vistos com suspeição. A elite brasileira supunha que a civilização só era possível na Europa, os americanos eram julgados como um povo provinciano e desintelectualizado, preocupados, somente, com seus lucros e não com ideologias ou sistemas políticos. O modelo em voga era o europeu, sendo os EUA contemplados como perigosos, pois a Revolução Americana e a subsequente instauração da república poderiam servir como instigadores de motins contra a coroa portuguesa, primeiro, e a monarquia brasileira, posteriormente.

A visão dos Estados Unidos acerca do Brasil se apresentava de maneira semelhante. Eles não só enxergavam a monarquia brasileira como uma afronta ao sistema republicano americano, como também compreendiam que através daquele tipo de governo os poderes reacionários europeus permaneciam no continente americano. A imagem norte-americana, dos descendentes de latinos, e, principalmente, das raças miscigenadas, como ineptas e preguiçosas, aplicava-se ao Brasil e a toda a América Latina.

O mútuo desagrado e desconfiança entre as duas nações, ao longo do século XIX, não impediu o Brasil e os EUA de estreitarem as suas relações, isto foi efetuado pelos interesses políticos do Brasil em conseguir uma aliança com a mais poderosa nação do

[25]"Instalaram-se a Atlantic Refining Company of Brazil, Firestone Tire & Ruber Company, Universal Picture Corporation, Armour of Brazil Corporation, Companhia Brasileira de Força Elétrica S/A, Refinações de Milho Brasil, Western Eletric Company of Brazil, Burroughs do Brasil Inc., Pan American Airways Inc. e muitas outras empresas dos Estados Unidos. Eram empresas de cinema, de seguro, frigoríficos, fábricas de pneus, oficinas para a montagem de veículos, filiais de indústrias farmacêuticas americanas, atraídas por vários fatores, mas visando, sobretudo, garantir, definitivamente, a conquista do mercado brasileiro e de suas fontes de matérias-primas". (BANDEIRA; 2007, P.303)

continente e pelos interesses americanos em ter o Brasil como um mercado consumidor.

Durante o período republicano, as relações Brasil-EUA tornar-se-iam menos tensas e mais amigáveis. Como o império tinha se aproximado político e economicamente mais da Inglaterra, o governo republicano ao tentar construir sua autoimagem em oposição ao sistema anterior buscou uma maior aproximação com os EUA. Tentava-se substituir a preponderância britânica no país e os políticos brasileiros escolhiam os EUA como substitutos. Esta atitude baseava-se no desejo de se contrapor ao prévio sistema de governo, na oferta americana de dinheiro mais barato ao país e na importância dos Estados Unidos para a economia cafeeira.

Com a instauração da república, os Estados Unidos passaram a ameaçar a posição e os interesses europeus outrora assegurados, a grande nação norte-americana era, agora, avaliada como um modelo político e econômico a ser seguido pelo Brasil. No entanto, o controle americano sobre o processamento e a comercialização do café, utilizado pelos EUA, desde os últimos anos do século XIX, como um instrumento de coerção para pressionar o Brasil a firmar quaisquer acordos que os norte-americanos desejassem, trouxe problemas para essa aproximação.

Quando a Tarifa Dingley foi decretada em 31 de março de 1897, a qual *"Estabelecia pesados encargos para os países que se recusassem a firmar convênios com os Estados Unidos e, por outro lado, poucos favores concedia aos que aceitassem suas pretensões"* (BANDEIRA, 2007, P.208), o ministro Salvador de Mendonça não estava inclinado a efetuar um novo acordo com os EUA (este reduziria a taxação da farinha de trigo americana), mas temia as retaliações expressas pelo Dingley Act. Quando os americanos ameaçaram cobrar uma tarifa de três centavos por libra sobre o café o ministro não viu outra saída a não ser consentir com as demandas americanas.

Essa visão das relações Brasil-EUA, como uma relação vertical onde os Estados Unidos exerceriam um papel dominante e uma atitude imperialista, não é aceita por todos os intelectuais que estudam tal relacionamento. Joseph Smith (1991) em seu livro *Unequal Giants: Diplomatic Relations Between the United States and Brazil, 1889-1930,* pondera que até a instauração do golpe de 1889 o relacionamento entre os dois países se efetuou de maneira amigável, porém, distante, e isso só começou a mudar a partir daquele ano, quando a monarquia foi substituída pela República e acordos de reciprocidade política passaram a ser firmados, levando ambos os países a um estreitamento das suas relações.

Smith salienta que essa aproximação americana, para com o Brasil, não se deu apenas pelos motivos de os EUA terem se agradado da mudança de sistema político

brasileiro, mas, sim, porque os Estados Unidos estavam, nesse período, apresentando um interesse em substituir a dominação europeia no mercado latino-americano. Os norte-americanos acreditavam ser possível, pôr em prática, essa sobreposição aos poderes europeus através dos congressos pan-americanos, os quais nos anos finais do século XIX passaram a ser estimulados e patrocinados pelo governo dos EUA. Projetos, como a criação de uma alfândega interamericana, passaram a fazer parte da ordem do dia daqueles congressos, pois se desejava criar um único mercado na América sob a dominância dos EUA. Porém, como tais objetivos não se mostravam viáveis e, tampouco, eram aceitos por todos os outros países, os norte-americanos findaram por utilizar o pan-americanismo para se articular, separadamente, com cada país.

Segundo Smith, ao final do século XIX, o Brasil não possuía nenhuma significância no âmbito internacional. Economicamente pobre e marcado por uma instabilidade política, uma constante desde o golpe da instauração da república, o Brasil não despertava um grande interesse por parte dos Estados Unidos. Essa pouca importância do Brasil pode ser avaliada na posição desprestigiosa de um posto diplomático naquele país – os salários dos diplomatas americanos, enviados para aquela localidade, eram baixos, carecendo, os próprios oficiais, de uma prévia experiência diplomática ou consular.

Se não bastasse a indiferença norte-americana frente a uma maior aproximação com o Brasil, o próprio Brasil, no final do século XIX, não se encontrava muito interessado em estreitar suas relações internacionais, preocupando-se mais com a necessidade de resolver seus problemas internos. Violência, caos financeiro, executivo fraco e grande ansiedade, acerca da própria sobrevivência do sistema republicano, faziam parte do cenário brasileiro daqueles anos, deixando pouco espaço para um interesse com a política externa.

Mesmo com a apatia da política externa brasileira, e do pequeno valor do mercado brasileiro para os norte-americanos[26], foram muitos os tratados comerciais firmados entre os EUA e o Brasil. Estabelecidos, tanto pela necessidade desse país em vender suas matérias-primas, como pela visão americana de que através de um constante contanto comercial, conseguiriam num futuro próximo obter uma grande influência no mercado brasileiro.

Se Joseph Smith aceita um leve interesse comercial americano no Brasil, durante o período da República Velha, por outro lado, não concede esse interesse ao

[26] Cf. SMITH, 1991. P. 4

âmbito da política. De acordo com o autor, os Estados Unidos nunca tiveram o menor desejo em interferir na política ou no governo brasileiro, aspirando seguir uma atitude baseada na legalidade e no distanciamento, o que, muitas vezes, levou os EUA a romperem relações comercias com o Brasil, quando este vivenciava momentos de forte crise política.

Contudo, apesar do autor sublinhar a pouca importância política atribuída ao Brasil pelos norte-americanos, durante a República Velha, é ressaltado que foi, nesse período, que se iniciou uma aproximação amigável entre os EUA e o Brasil, com o intuito de satisfazer interesses econômicos mútuos. Estando estabelecida, nos anos de 1930, uma longa tradição diplomática de amizade, a qual permitiu aos EUA contar com o apoio brasileiro durante essa década de intensificação dos interesses norte-americanos na América Latina.

Destarte, apesar de Bandeira e Smith discordarem acerca do tipo de relacionamento entre os Estados Unidos e o Brasil, ambos expõem que tal ligação passou a ter um contorno mais claro, pelo menos no que se refere ao aspecto econômico, ao final do século XIX, tornando-se mais intensa após a Primeira Guerra Mundial, com a impossibilidade europeia de atender às necessidades dos mercados latino-americanos. Logo, tanto para ambos os autores, a presença americana no Brasil data de um período anterior ao início da política de boa vizinhança de Roosevelt, iniciada em 1933.

Stanley Hilton (1975) corrobora tal visão, alegando que as relações entre Brasil e os EUA se estreitaram a partir da conflagração da Grande Guerra, quando os Estados Unidos ocuparam a primeira posição no mercado brasileiro – fornecendo 47% das importações daquele país e importando de lá 46% do total de suas compras. O interesse dos EUA no Brasil era claramente visível nos anos 30, quando os investimentos americanos no Brasil pularam de $ 50 milhões no ano de 1913 para $550 milhões no ano de 1930. Porém, foi entre os anos de 1933 e 1939 que os EUA disputaram pela primazia no Brasil de maneira feroz, devido tanto a motivos econômicos, como a motivos políticos[27].

Com a depressão econômica que assolava o globo durante os anos 30, os EUA se voltaram para o então pouco explorado, mercado latino-americano. Este forneceria para aquele país as matérias-primas de que ele tanto precisava, ao mesmo tempo em que solveria os problemas econômicos estadunidenses ao comprar os seus produtos manufaturados. Porém, como outras economias se encontravam na mesma situação norte-

[27]Apesar de o autor declarar que o Brasil só se aliou definidamente aos EUA no ano de 1942, quando rompeu as relações com o eixo e, logo, posteriormente, declarou guerra a ele, Hilton afirma que a partir de 1939 os EUA encontravam-se numa posição comercial mais vantajosa, pois não sofriam os percalços da guerra. Além do mais, foi nesse mesmo ano que a missão Aranha ocorreu, deixando o Brasil e os EUA mais próximos.

americana e necessitavam realizar esses mesmos tipos de transações, os EUA sofreram uma forte competição, a qual tentou eliminar a todo custo.

Os estadunidenses procuraram suprimir a concorrência no campo econômico e no campo político, principalmente, quando tal concorrência partia da sua maior rival pelo mercado latino-americano, a Alemanha. Em um período de divisão global entre os blocos dos países liberais e dos regimes nazi-fascistas, uma simpatia política, ou econômica, era vista como um alinhamento ou aliança política[28]. Logo, o Brasil, assim como as demais repúblicas americanas, foi disputado, com intensidade, pelos EUA e Alemanha. O presidente Vargas findou por fazer uso dessa querela entre essas duas potências, para obter autonomia econômica e industrializar o país. Esse duplo jogo de Vargas e a implantação do americanismo no Brasil serão assuntos abordados no próximo capítulo.

[28] Segundo Gerson Moura (1980), durante a década de 1930 a América Latina se tornou palco para uma disputa político-ideológica entre o nazifascismo e o pan-americanismo, patrocinado pelos EUA, bem como para uma disputa comercial entre a Alemanha e os Estados Unidos. Ambos os países estavam entre os maiores compradores dos produtos latino-americanos e, se já não bastasse o poder de influência de ambos, devido a essa preponderância comercial, tanto os Estados Unidos como a Alemanha faziam parte dos dois sistemas ideológicos que dividiam o mundo durante aquele período. Para Moura, essa polarização do mundo transformava "afinidades ideológicas, ou de simples política econômica, em alinhamentos políticos na ordem internacional" (MOURA, 1980, P.56), o que levou os EUA a manterem uma atenção constante nas relações comerciais e políticas da América Latina com os países totalitários, bem como as afinidades daquela parte do continente com estes.

Capítulo II:

O Estado Novo, o duplo jogo de Vargas e a americanização do Brasil.

2.1. O Estado Novo

Em novembro de 1937 a ditadura do Estado Novo foi instaurada, Vargas, que desde as mudanças de 1930 estava no poder de modo ininterrupto, permaneceria no governo até 1945, quando clamores internos pela redemocratização do país incentivaram a cúpula militar, a qual tinha servido como espinha dorsal do governo varguista, o abandonasse e apoiasse a efetivação do processo eleitoral.

Analisado por muitos autores como um fechamento lógico do processo de centralização política iniciado em 1930, o Estado Novo não pode ser tomado como um fim predeterminado e inelutável[29]. Para Ângela de Castro Gomes em *Regionalismo e Centralização* (1980, p. 24) tal visão é digna de críticas, na medida em que avalia os sete anos antecessores ao Estado Novo como a antecâmara da sua presença inevitável e não leva em conta as continuidades e descontinuidades dos anos entre 1930 a 1937, bem como o significado de fatos importantes como: a Revolução Separatista de 1932, a experiência da Constituinte de 1934, e o Levante Comunista de 1935, os quais importunaram o governo Vargas. Ou seja, o Estado Novo apesar de aprofundar e continuar projetos centralizadores[30] iniciados com o movimento de 1930, não foi uma conclusão lógica daquele movimento, sendo muitos os motivos avaliados pelos historiadores para a sua ascensão.

Segundo Eli Diniz (1983), por exemplo, a origem do Estado Novo está ligada a uma crise hegemônica cujos setores dominantes, ao serem incapazes de controlar a máquina política, findaram por criar condições propícias para a formação de um estado forte. O declínio da oligarquia agroexportadora e a emergência da burguesia industrial tornavam ambas frágeis para assumirem sozinhas o poder, destarte, com o intuito de salvaguardar os interesses de ambas e de se excluir forças ideologicamente indesejadas tem-se a hegemonia do Estado Novo[31].

Já Franklin D. McCann (1995) conclui que, o golpe de 1937, pode ter sido resultado tanto da incapacidade de se encontrar um substituto para Vargas, como da incompetência de José Américo, candidato oficial nas eleições[32], de se aliar ao presidente

[29]Boris Fausto (IN: PANDOLFI; 1999, p.20) dissertando sobre um projeto centralizador varguista, afirma a existência de um projeto autoritário para o Brasil, por parte de Getúlio Vargas e sua equipe, desde o início dos anos 30.

[30]Pandolfi (1984, p.43), declara que o processo de centralização política e o fortalecimento do aparato burocrático-estatal, visando uma maior intervenção nas áreas políticas, sociais e econômicas, foram iniciados com a Revolução de 30, sendo consolidados, somente, com a instauração do Estado Novo.

[31] Cf. DINIZ, 1983, p.83.

[32]Cf. McCANN, 1995, p. 39.

da república. Segundo McCann, Vargas elogiou, inicialmente, a escolha de José Américo, como candidato oficial, e declarou haver indicações da sua vitória. No entanto, os contínuos ataques feitos por José Américo ao estado e as tentativas fracassadas do governador de Minas Gerais em encontrar um substituto para Vargas, "poderiam ter levado" [33] o líder mineiro e os generais Góes Monteiro e Dutra a pensarem em uma solução mais radical. O golpe foi, então, tramado, e o apoio dos governadores e das forças militares requisitado.

Para Maria Luiza Tucci Carneiro (1999), Vargas era um homem de índole autoritária que buscou, entre 1930 e 1937, concentrar o máximo de poder nas mãos do executivo, sendo a sua intenção a de permanecer no poder, apesar de a Constituição de 1934 proibir a sua reeleição à presidência. De acordo com a autora, uma série de evidências comprovou essa sua intenção, não se devendo julgá-las como fatos isolados, mas, como fazendo parte de um plano mais amplo. Seriam elas:

> A aprovação da Lei de Segurança Nacional pelo Congresso, a decretação de sucessivos estados de sítio após a tentativa de putsch comunista, a redação prévia de uma nova carta constitucional inspirada nas matrizes dos regimes totalitários europeus, a liquidação dos integralistas (até então aliados e cúmplices de Vargas) que haviam tentado um golpe em maio de 1937…(CARNEIRO, 1999, P. 329)

Malgrado as análises conflitantes, sobre a maneira como se processou a instauração do Estado Novo, existem algumas concordâncias acerca dos pontos centrais desse Estado: autoritarismo; existência de um forte poder centralizador; grande poder de repressão pelo aparato policial; supressão das liberdades civis; estado como mediador de interesses dos grupos no poder; nacionalismo, xenofobismo e antissemitismo; aliança entre o Estado e os militares; fomento à industrialização, urbanização e modernização do país; controle e uso da imprensa para doutrinar as massas e legitimar o regime; simpatia pelos regimes nazi-fascistas, entre muitos outros pontos.

A historiadora Dulce Pandolfi (1999), referindo-se ao período que se seguiu a instauração do Estado Novo, expõe algumas das questões anteriormente citadas:

[33] McCann ressalta que os fatos citados "poderiam" ser a causa do golpe. O autor evita afirmações resolutas sobre a causa do golpe.

> Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial. Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica. O investimento em atividades estratégicas, percebido como forma de garantir a soberania do país, tornou-se questão de segurança nacional. Fiadoras do regime ditatorial, as Forças Armadas se fortaleceram, pois, além de guardiãs da ordem interna, passaram a ser um dos principais suportes do processo de industrialização. Com medidas centralizadoras, Vargas procurou diminuir a autonomia dos estados, exercendo assim maior controle sobre as tradicionais oligarquias regionais. Buscando forjar um forte sentimento de identidade nacional, condição essencial para o fortalecimento do Estado nacional, o regime investiu na cultura e na educação. A preocupação com a construção de uma nova ideia de nacionalidade atraiu para o projeto estado-novista um grupo significativo de intelectuais. Na área social, o Estado Novo elaborou leis específicas e implantou uma estrutura corporativista, atrelando os sindicatos à esfera estatal. (PANDOLFI, 1999, P. 9)

Para este estudo vão ser destacados dois dos aspectos do estado autoritário descrito por Pandolfi, o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Como será mostrado, a busca pelo desenvolvimento do Brasil sabotou outro projeto de Vargas, o nacionalismo. Ao permitir e apoiar a penetração estadunidense no Brasil, em troca de benefícios comerciais e industriais, o governo nacionalista contribuiu para o processo de americanização do Brasil, o qual é assinalado mais claramente a partir do ano de 1942 – com a divulgação da "Reader's Digest", a transmissão do repórter Esso, a publicidade da coca-cola, a adoração das estrelas de "Hollywood", a substituição do francês pelo inglês nos meios acadêmicos e elitizados e et al...

Desde que se instaurou no governo em 1930, Getúlio Vargas buscou, gradualmente, centralizar o país, tornar o poder do governo federal onipresente e inquestionável. Para isso, Vargas tentou através dos intelectuais ligados ao seu governo criar uma identidade ou uma cultura nacional[34] que trouxesse uma identificação entre os

[34]De acordo com Renato Ortiz (2001, p.50), a construção de uma nacionalidade ainda seria um projeto entre os anos de 1930 e 1950.

brasileiros[35].

Queria delimitar-se o que seria a brasilidade; o ser brasileiro; homogeneizar a cultura; e construir a imagem de um novo homem, infundido de civismo e outros valores apreciados pelo novo governo no poder. Os intelectuais e os líderes políticos responsáveis pela concretização, dessa identidade nacional, encaravam o estrangeiro como ameaçador, como desaglutinador da cultura, da identidade brasileira, e, por fim, do próprio estado, pois uma cultura nacional e o nacionalismo eram julgados como elementos indispensáveis para a construção de uma nação e, consequentemente, de um estado nacional. Daí as ações do governo Vargas visando: assimilar os imigrantes; tornar obrigatório o uso de português nas escolas; usar a educação como uma arma indispensável para a aculturação dos estrangeiros; disseminar ideologias nacionalistas e xenófobas através da imprensa e da escola; limitar a possibilidade de imigração; buscar uniformizar a cultura e construir um sentimento nacionalista; valorizar o tradicional e etc. [36] Ou seja, o estrangeiro era visto como um ser perigoso que precisava ser assimilado ou expurgado em nome da nação e do estado.

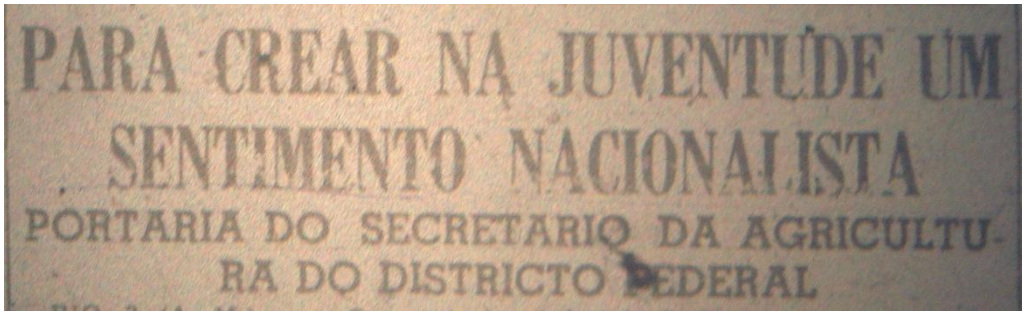

PARA CREAR NA JUVENTUDE UM
SENTIMENTO NACIONALISTA
PORTARIA DO SECRETARIO DA AGRICULTU-
RA DO DISTRICTO FEDERAL

Fig.03 – Preocupação do Estado em formar um novo tipo de brasileiro, mais bravo e nacionalista. Fonte: "Para crear na juventude um sentimento nacionalista". DP. Recife, 03/07/1940 – FUNDAJ

[35]Referindo-se a importância do projeto de construção da nacionalidade e os seus aspectos, Helena M. B. Bomeny (IN: PANDOLFI; 1999, p. 151) afirma: "O grande projeto político a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a Revolução de 1930, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira. A dimensão cultural e política implicadas nesse processo têm sido salientadas por especialistas, e é possível dizer que perpassaram projetos de natureza variada. Estava em questão a identidade do trabalhador, a construção de um homem novo para um Estado que se pretendia novo, e incluía-se igualmente nesta pauta a delimitação do que seria aceito como nacional e, por contraste, o que seria considerado estrangeiro, estranho, ameaçador. Ambicioso e extenso, o projeto estado-novista deveria orientar todas as iniciativas do Estado dirigidas à sua própria construção e à construção da sociedade".

[36]Tratando sobre a política nacionalista e xenófoba do Estado Novo Giralda Seyferth (IN: PANDOLFI; 1999, p. 225) alega que entre 1937 e 1945 o governo Vargas criou medidas legislativas impositivas da assimilação e da miscigenação e propôs, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes raciais, sociais e culturais para a erradicação das diferenças étnicas "que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação".

Foram as ações de Getúlio as quais objetivavam o financiamento da industrialização brasileira, acordos comerciais favoráveis, armar as forças armadas, e o destaque do país no âmbito internacional, que abriram as portas para a invasão estrangeira, particularmente norte-americana. Penetração que não ocorreu sem conflitos, tanto por causa da Alemanha (com a qual disputava pela influência no mercado e na política brasileira), como também devido à atuação do governo brasileiro. Getúlio buscava obter os melhores acordos para o Brasil, não dando importância para os regimes políticos seguidos pelos países com os quais estava a negociar[37] – o que não nega a apropriação pelos dirigentes estado-novista de ideologias originalmente pertencentes aos regimes nazi-fascistas[38].

Vargas foi, antes de tudo, um astuto político que tramando concretizar seu desejo de desenvolver e modernizar o país negociava, ora com os Estados Unidos ora com a Alemanha, dependendo de quem estivesse, naquele momento, oferecendo condições mais vantajosas para o país. Chegou mesmo a dizer, para cada governo em separado, que estava a negociar com o oponente do outro por estar sofrendo fortes pressões políticas e econômicas, posando assim como a vítima de uma superpotência[39].

Para autores como Stanley Hilton (1975) e Frank McCann (1995), o governo Varguista só estava comprometido em obter o máximo de lucro possível através das disputas entre a Alemanha e os EUA. A vitória da presença dos Estados Unidos foi consequência do maior poder de barganha dos americanos e ao isolamento alemão por causa da guerra, porém não foi alcançada sem benefícios para o país – como a construção do complexo siderúrgico de volta Redonda e o armamento das forças armadas, ambos realizados através de acordos assinados durante os primeiros anos de 1940.

O projeto de desenvolvimento do Brasil, que fazia parte da pauta da administração Vargas, desde os primeiros anos da década de 1930, ganhou intensidade durante o Estado Novo[40], quando o poder de barganha do governo aumentou motivado

---

[37] Cf. Frank McCann; 1995; P.90.

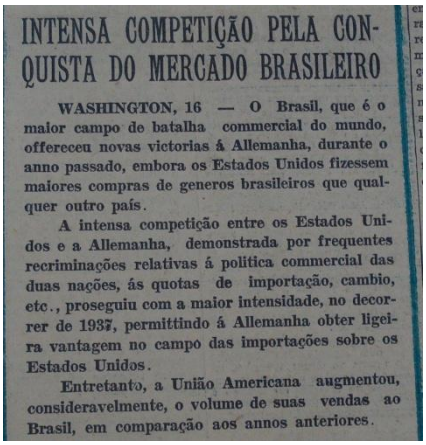
[38] Capelato (IN: PANDOLFI; 1999, p. 167) avalia o varguismo como um fenômeno inspirado na experiência alemã e italiana.

[39] Cf. GELLMAN; 1979; p.107.

[40]Referindo-se a essa preocupação do presidente Vargas com o desenvolvimento econômico do país, em um período anterior à instauração do Estado Novo, Stanley Hilton1 (975; p.41) avalia que as argumentações de que Vargas tinha um posicionamento contrário à industrialização, antes de 1937, se baseiam no suporte oferecido pela administração varguista aos produtos de exportação, particularmente, ao café. Porém, a atenção do governo às exportações de produtos primários era consequência não da adoção de uma ideologia econômica agrária, mas da compreensão, por parte de Vargas, de que os ganhos determinam a capacidade de importação de uma nação, fator vital para o avanço das manufaturas.

pelo contexto de guerra mundial, quando, como já foi dito, um alinhamento econômico era temido por ser considerado também como um alinhamento político. O Brasil obteve algumas modernizações almejadas pelo seu governo, no entanto, esse desenvolvimento foi realizado com o prejuízo do plano governamental de "abrasileirar" os brasileiros, pois, a partir de 1942, o país sofreu a influência de um forte projeto de americanização, o qual será abordado ainda neste capítulo.

2.2. O duplo jogo de Vargas: EUA X Alemanha



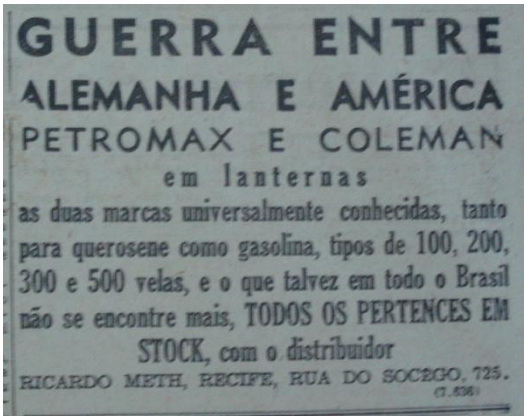
INTENSA COMPETIÇÃO PELA CONQUISTA DO MERCADO BRASILEIRO

WASHINGTON, 16 — O Brasil, que é o maior campo de batalha commercial do mundo, offereceu novas victorias á Allemanha, durante o anno passado, embora os Estados Unidos fizessem maiores compras de generos brasileiros que qualquer outro país.

A intensa competição entre os Estados Unidos e a Allemanha, demonstrada por frequentes recriminações relativas á politica commercial das duas nações, ás quotas de importação, cambio, etc., proseguiu com a maior intensidade, no decorrer de 1937, permittindo á Allemanha obter ligeira vantagem no campo das importações sobre os Estados Unidos.

Entretanto, a União Americana augmentou, consideravelmente, o volume de suas vendas ao Brasil, em comparação aos annos anteriores.

Fig. 04 – Artigo sobre a competição alemã e americana pelo mercado brasileiro.
Fonte: "Intensa competição pela conquista do mercado brasileiro". JC. Recife,17/07/1938 – APEJE.



GUERRA ENTRE
ALEMANHA E AMÉRICA
PETROMAX E COLEMAN
em lanternas
as duas marcas universalmente conhecidas, tanto para querosene como gasolina, tipos de 100, 200, 300 e 500 velas, e o que talvez em todo o Brasil não se encontre mais, TODOS OS PERTENCES EM STOCK, com o distribuidor
RICARDO METH, RECIFE, RUA DO SOCORRO, 725.

Fig.05 –Propaganda de lanternas que retrata a competição alemã e americana pelo mercado.
Fonte: Folha da Manhã. Recife, 10/07/1941 – APEJE

O período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1914 a 1945) é marcado por uma crise generalizada nos campos da política, da economia e da sociedade. A deflagração da Grande Guerra, o sucesso da Revolução Russa e o crack da bolsa de valores de Nova York desestruturaram paradigmas então em vigência. A crença na infalibilidade do sistema capitalista e na perfeição do liberalismo foi balançada. Como resultado, o Estado liberal e o seu governo democrático foram criticados e avaliados como incapazes de resolverem os problemas econômicos e sociais que assolavam a população durante essas duas décadas do entre-guerras.

As alternativas apresentadas para a crise do liberalismo e do capitalismo foram duas: revoluções socialistas ou ascendência de governos autoritários. Temendo-se uma rebelião das massas e a tomada de poder por estas, correntes intelectuais e políticas

antiliberais proporam o controle social, através de um estado forte e governado por uma líder carismático (CAPELATO; 2003). Este estado centralizador buscou solucionar a crise econômica, disseminada a partir de 1929, através de medidas econômicas protecionistas e da conquista de mercados, de maneira pacífica ou violenta. Tais políticas autoritárias foram adotadas em alguns países europeus, e assumiram conteúdos específicos em cada um deles: na Itália tinha-se o fascismo, na Alemanha o nazismo, em Portugal o salazarismo, e na Espanha o franquismo (CAPELATO; 2003).

Na época da ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, em 1933, as relações entre o Brasil e aquele país alcançaram um patamar sem precedências, em termos comerciais, políticos, diplomáticos e militares (SEITENFUS; 1985). Após o fim da Primeira Guerra, a Alemanha lutou com os Estados Unidos e a Inglaterra para readquirir uma posição comercial de destaque na América Latina. Nos planos de Hitler, para o desenvolvimento e a prosperidade da Alemanha, era de extrema importância a dominação do mercado latino-americano, e mais especificamente do brasileiro[41].

Berlim necessitava expandir seu mercado e adquirir matérias-primas, porém não possuía dinheiro para negociar. A abundância de produtos primários no Brasil e a sua carência de dinheiro e bens industrializados, tornavam-no o parceiro ideal para o comércio com a Alemanha[42]. Essa complementaridade econômica não foi negligenciada nem por Vargas nem por Hitler, os quais estimularam as relações comerciais entre as suas nações, relações que sofreram uma guinada a partir de setembro de 1934 com a criação do Plano Schacht[43].

Por esse plano o governo alemão tomava uma série de medidas, com a finalidade de exercer um controle total do estado sobre o comércio exterior. Algumas dessas medidas foram: obrigação dos importadores alemães de obter um certificado de divisas para a realização de compras no estrangeiro; subvenções do estado aos exportadores; os contratos clearings –os quais eram acordos comerciais entre dois países, sendo que pelo menos um deles praticaria um estrito controle cambial; e, por fim, o sistema compensatório aski[44] (SEITENFUS; 1985; P.77).

---

[41] Cf. HILTON; 1975; P.43.

[42]Frank McCann (1995; p.126 e 127) também acredita que as necessidades mútuas foram a base dos acordos de comércio entre o Brasil e a Alemanha. Segundo o autor, os alemães buscavam matérias-primas e um mercado para seus produtos, enquanto os brasileiros procuravam escoar aquelas e obter produtos manufaturados (Idem).

[43] [43]Segundo Seitenfus esse nome se devia ao seu criador, Hjalmar Schacht, o qual era presidente da Reichsbank (1933 a 1939), ministro da economia (1934 a 1937), e o responsável pela concepção da nova política econômica e comercial alemã.

[44]Seitenfus elucida que a palavra aski deriva de Auslander Soderkonto fur Inlandszahlungen, o que significa "conta especial do estrangeiro para pagamentos internos".

O sistema aski, ou sistema de marcos bloqueados ou compensatórios, teve o objetivo de equilibrar as importações alemãs com as suas exportações. Através dele, um país que vendia produtos à Alemanha não receberia pagamento em divisas conversíveis, mas em marcos bloqueados, assim, o país vendedor tinha a obrigação de comprar produtos alemães. Logo, *"toda importação alemã implica, portanto, uma exportação de igual valor."* (Idem, p.78).

O sistema de marcos aski não equilibrava somente o comércio de exportação/importação, mas sujeitava toda transação à regulamentação e aprovação de uma agência governamental alemã, permitindo ao Reich obter um controle total sobre a economia. Através desse sistema, Hitler fez com que a Alemanha comprasse, somente, produtos essenciais, e, ao mesmo tempo, em que obtivesse matérias-primas de um país, assegurava que este se tornasse um mercado para as suas manufaturas (McCANN, p.128). Esse sistema de compensação era perigoso porque uma vez propagado, poderia alterar profundamente a organização do comércio mundial. Desse modo, o mercado não mais operaria segundo o modelo liberal, mas através de medidas estatais protecionistas, as quais variavam de estado para estado. Daí o temor estadunidense acerca desse sistema aski.

Explicando como se processou o sistema compensatório da Alemanha com o Brasil, McCann declara:

> Bancos brasileiros abririam contas especiais em bancos alemães e os importadores alemães, depois de obterem as necessárias permissões de um escritório de controle de importações, depositariam seus pagamentos em marcos alemães nessas contas, a crédito do vendedor brasileiro. As contas ou marcos aski (como eram normalmente chamadas) somente poderiam ser utilizadas pelos brasileiros para comprar produtos alemães de exportação. Feito o depósito, o exportador brasileiro conseguiria através do Banco do Brasil vender seus marcos aski a um importador brasileiro que quisesse comprar os produtos alemães. O exportador alemão seria pago pelo banco alemão que mantinha a conta aski mediante instruções do banco do brasileiro. (Idem, p.128)

Mais adiante o autor supracitado afirma que o sistema aski tendia a aumentar o comércio entre os dois países, pois quanto maior fossem as exportações do Brasil para a Alemanha, maior seria a quantidade de marcos aski possuídos pelo Brasil, o qual só poderia ser gasto nas compras de produtos alemães. Esse comércio tendia a estreitar os laços comerciais do Brasil para com a Alemanha e a beneficiá-la, já que a Alemanha

controlava o fluxo de marcos de compensação mediante o aumento ou diminuição dos preços pagos pelos produtos[45].

Contudo, o objetivo do Reich em comerciar com o Brasil não era somente retirar seu país da depressão, mas fazer uso de um dos meios mais eficazes para o estabelecimento da influência nazista. O Brasil, pelo número significativo de colonos alemães, com alta organização e não-assimilação da cultura onde viviam, estava suscetível a uma disseminação do nacional-socialismo, bem como a sofrer atenção do governo alemão. Pela lei de 21 de maio de 1935, todo cidadão alemão, independentemente do país de residência, devia cumprir suas obrigações militares na Alemanha (Idem, p.91). E pela legislação de 1913, a origem do indivíduo era o que determinava a sua nacionalidade[46], o que elevava para a categoria de cidadãos do Reich não apenas os 89.038[47] alemães residentes no Brasil, mas o conjunto das colônias alemães e seus descendentes - cuja maioria já havia adquirido a nacionalidade brasileira. A quantidade do que a Wilhemstrasse considerava como alemães, bem como as leis daquele governo, faziam com que a Alemanha procurasse propagandear o nacional-socialismo no Brasil[48], influenciar a sua política e proteger os alemães e seus descendentes.

Para Frank McCann Jr (1995), Hitler não buscava somente influenciar ideologicamente o Brasil, mas conquistá-lo. Essa ânsia de Hitler em dominar o Brasil ficou aparente em um discurso de Hermann Rauschnning, líder nazista e amigo pessoal de Hitler, sobre os planos do Fuhrer para o Brasil:

> Criaremos lá uma nova Alemanha... Encontraremos lá tudo que necessitamos. Todas as pré-condições de uma revolução lá se encontram, revolução que em algumas décadas, ou mesmo anos transformaria o estado

[45] Stanley Hilton (op.cit. P.130) declara que os motivos propulsores da aceitação do comércio aski com a Alemanha foram: o desejo dos militares de se armarem, o interesse dos consumidores em produtos mais baratos, e a busca do setor de exportação por maiores vantagens.

[46]O que foi afirmado novamente em 1937 quando o ministro das relações exteriores, Konstantin Von Neutrah, proclamou que qualquer alemão vivendo no exterior era em primeiro lugar um alemão, trabalhando, primeiramente para o interesse da Alemanha (McCANN; 1995; p.70).

[47]O Número é referente ao ano de 1940, e foi obtido por Ricardo Seitenfus através do recenseamento demográfico do IBGE. Contudo, para Frank McCann JR, em 1938 o número de residentes nascidos na Alemanha era de 220.000, sendo que o elemento germânico chegaria a mais de um milhão de pessoas em 1942.

[48]Para Seitenfus a educação era um dos meios mais importantes de propagação do nazismo no Brasil, sendo a cultura e a língua alemãs difundidas por pequenas escolas rurais e por grandes estabelecimentos de ensino urbanos. Isto ocorria por causa do arcaísmo do sistema escolar brasileiro que relegava às comunidades locais a organização escolar, o que permitia aos imigrantes alemães o controle de suas escolas. Como resultado dessa negligência, quando o nazismo chegou ao poder na Alemanha, encontrou "no Brasil uma situação bastante vantajosa, pois, na época o número de escolas alemãs é de cerca de 1260, com um total de mais de 50000 alunos." (SEITENFUS; 1985; p.99).

> mestiço corrupto em domínio alemão... Nós lhes daremos... nossa filosofia... Se há um lugar em que a democracia é sem sentido e suicida, esse lugar é na América do Sul... Vamos aguardar alguns anos e, nesse interregno, fazer o que pudermos para ajudá-los. Mas temos que enviar nossa gente até eles... não iremos desembarcar tropas como Guilherme, o Conquistador, e dominar o Brasil pela força das armas. Nossas armas não são visíveis. Nossos conquistadores... têm uma missão muito mais difícil que a de seus antecessores e, por essa razão, dispõem de armas mais complexas. (RAUSCHNNING APUD McCANN; 1995; p.71-72).

Hitler planejava conquistar o Brasil, porém, essa dominação não seria feita pela força militar, mas, sobretudo, pelo convencimento. Os conquistadores de Hitler seriam *"o serviço diplomático e consular alemão, as organizações internacionais do NSDAP*[49] *e outras agências do partido, além de associações culturais, econômicas e educacionais*" (McCANN; p.72), sendo o objetivo desses grupos no Brasil: arregimentar as comunidades alemãs; promover relações cordiais com o Brasil; estimular atitudes governamentais e populares simpáticas à política hitlerista; estreitar as relações comerciais; e infiltrar simpatizantes e agentes nazistas em posições importantes dentro do governo, da economia e das forças armadas. Tudo isso com o propósito final de conquistar o Brasil, o que seria mais um passo em rumo do sonho de ditadura mundial (Idem).

Independentemente dos planos de Hitler para o Brasil, as relações entre os dois países passaram a crescer substancialmente, no ano de 1934, com a instauração do sistema aski. Situação que preocupava o outro grande competidor pelo mercado brasileiro, os EUA, pela possibilidade de perda de um mercado que lhe era importante, pela ameaça que o sistema aski representava para o comércio internacional, e pelo perigo da disseminação das teorias nazi-fascistas no continente americano.

Movido por esses temores os Estados Unidos assinaram com o Brasil, em fevereiro 1935, um acordo de comércio recíproco, "the Brazilian-American Reciprocal Trade Agreement", o qual estipulava uma diminuição significativa dos direitos aduaneiros que atingiam as exportações brasileiras, bem como uma redução e estabilização das imposições aduaneiras sobre as exportações americanas (SEITENFUS, op.cit.). Tal acordo se baseava em princípios anunciados em junho de 1934, os quais eram conhecidos como o Programa Hull. Esse programa, também conhecido como "Reciprocal Trade Agreement Act", visava *"à manutenção do liberalismo no comércio internacional pela conclusão de tratados comerciais bilaterais, com base na cláusula incondicional da nação mais favorecida e das*

[49]Partido Nacional Socialista Alemão.

vantagens equitativas e recíprocas." (Idem, p.79 e 80).

Nem o "Brazilian-American Reciprocal Trade Agreement" nem o Programa Hull alcançaram o objetivo de eliminar a concorrência alemã e italiana do Brasil. O único sucesso obtido por ambos foi a inclusão nos acordos entre o Brasil e os países nazi-fascistas, de uma cláusula que proibia a entrada no Brasil de produtos subsidiados pelo estado.

Em junho de 1935, ou seja, quatro meses depois de ter assinado o tratado de comércio recíproco com os Estados Unidos, o Brasil fez um acordo informal de compensação aski com a Alemanha. Esse comércio com a Alemanha, baseado somente em acordos informais – "gentlemen's agreement", continuou até o início da Segunda Guerra, com o impedimento alemão em comerciar com o Brasil por causa do cerco inglês a sua navegação.

O motivo do relacionamento Brasil-Alemanha ter se mantido não-oficial deveu-se à oposição estadunidense à efetivação de quaisquer relações comerciais compensatórias no Brasil, as quais, acreditava-se, prejudicariam o comércio EUA-Brasil que se processava nos termos do livre comércio e não poderia competir em pé de igualdade com transações baseadas em uma espécie de escambo. Todavia, como o comércio de compensação com a Alemanha era tido como necessário pela falta de dinheiro e escassez de bens industrializados, Getúlio continuou a realizar transações com a Alemanha de maneira silenciosa, com o intuito de não afastar os Estados Unidos.

Isso não significa dizer que os EUA eram ignorantes em relação ao "gentlemen's agreement" entre Brasil e Alemanha. Washington estava ciente acerca desse acordo, contudo, à medida que ele continuasse não-oficial, o governo dos EUA se recusava a tomar atitudes enérgicas contra o Brasil, tanto pelo medo de angariar o rancor dos brasileiros, como pela importância atribuída por Roosevelt a sua política de Boa Vizinhança e a representação de uma suposta união continental[50].

O governo Vargas jogava com quem lhe oferecesse mais vantagens, não destacando as ideologias envolvidas. Vargas preocupava-se em desenvolver o país e fortalecer a sua autonomia econômica. Ameaçando um desses países de que faria um acordo com o seu rival, Vargas tentava explorar essas duas grandes potências com o intuito de conseguir situações mais vantajosas para o Brasil. Esse jogo duplo continuou até o ano de 1942, quando o Brasil se aliou com os Estados Unidos na Segunda guerra.

[50]De acordo com Stanley Hilton, para o secretário de estado, Cordell Hull, tomar medidas retaliatórias contra o Brasil pelo seu envolvimento no comércio compensatório da Alemanha seria uma admissão da fraqueza da política de boa vizinhança, além de ser uma má propaganda para a conferência pan-americana, que ocorreria em Buenos Aires, em dezembro de 1936 (HILTON; op.cit. p.144).

O relacionamento do Brasil com os EUA e a Alemanha não se construiu de maneira uniforme. Durante o ano de 1937 e início de 1938, esse relacionamento pendeu mais para o lado da Alemanha, pois, com a instauração do Estado Novo, os EUA pensaram que um governo de cunho fascista havia tomado posse na América Latina, o que abalaria as relações políticos e comerciais entre essas duas nações.

Após o golpe de 1937, os americanos ficaram ansiosos e temerosos acerca da instauração de um regime fascista na América, sendo divulgadas por alguns jornais estadunidenses notícias sobre a chegada ao poder no Brasil de um governo fascista[51]. O perigo não era, simplesmente, o da instauração de um governo fascista no próprio continente americano, mas, também, o da perda de um importante aliado político e comercial para os regimes nazi-fascistas europeus. Roosevelt precisava do Brasil para o sucesso da sua política de boa vizinhança e para contrabalançar a inamistosa influência Argentina na América Latina (McCANN; op.cit. p.63).

Logo, os meses, entre novembro de 1937 e o primeiro semestre de 1938, onde os EUA não conseguiam definir se o Estado Novo era filiado aos regimes totalitários europeus ou apenas mais um caso de ditadura na América Latina, foram marcados por incertezas e por um firme posicionamento dos EUA em negligenciar a subida ao poder de um governo de cunho autoritário na América, contanto que as relações entre os dois países permanecessem as mesmas.

Entretanto, a ansiedade norte-americana começou a diminuir após o governo Vargas pôr em execução uma série de medidas de combate ao nacional-socialismo e ao integralismo, como a proibição de organizações políticas, que afetava o Partido Nacional Socialista alemão (NSDAP) e a Ação Integralista Brasileira. A adoção dessas medidas servia para expurgar qualquer ideologia ameaçadora do nacionalismo, além de acalmar os Estados Unidos, mostrando a independência do Brasil frente aos sistemas nazi-fascistas[52].

As suspeitas, acerca das ligações do governo Vargas com os governos totalitários europeus enfraqueceram, principalmente, após Aranha assumir o Itamarati, em março de 1938, e a tentativa de golpe integralista em 11 de maio[53]. Aranha era conhecido em Washington como americanófilo, antes de ocupar o posto de ministro das relações

---

[51] Cf. HILTON; op.cit.p.171; e McCann op.cit. p.50.

[52] Hilton (op.cit.p.174) alega que a eliminação do integralismo por Vargas foi, provavelmente, uma tentativa de assegurar aos EUA o aspecto brasileiro do Estado Novo. Depois do alarme com que a opinião americana recebeu o novo regime, estabelecido com a assistência de um partido fascista, só restava à administração varguista acalmar os ânimos de parceiros tão importantes.

[53] Segundo Seitenfus (op.cit. p.198), o ataque ao palácio da Guanabara pelos integralistas eliminou, para Washington, as últimas suspeitas de participação integralista na política brasileira.

exteriores havia sido embaixador nos Estados Unidos. Sua indicação, por Vargas, mostrava a preocupação do Brasil em manter um relacionamento próximo com aquela nação. A tentativa de putsch, pelos integralistas, com rumores de participações de elementos alemães e italianos – com suas respectivas prisões– tranquilizaram os americanos acerca de uma influência nazifascista no governo brasileiro.

Porém, da mesma forma que a implantação do Estado Novo estremeceu, por alguns meses, as relações entre os EUA e o Brasil, a perseguição brasileira ao nazismo trouxe atritos para o relacionamento Berlim-Rio. Berlim queria que as organizações nazistas gozassem de liberdade como dantes e que as comunidades alemãs pudessem cultuar suas tradições ao invés de serem aculturadas por medidas nacionalizantes. Este desejo entrava, diretamente, em choque com o projeto de Vargas. É devido a esse conflito de interesses e a falta de tato dos representantes do governo alemão no Brasil, que a relações entre a Alemanha e o Brasil se enfraqueceram ao longo do ano de 1938.

De acordo com Seitenfus, a embaixada alemã no Rio de Janeiro e as autoridades governamentais em Berlim reagiram à campanha nacionalista brasileira de forma vigorosa, primeiro pleiteando com insistência para que o governo revogasse as medidas nacionalistas, e, posteriormente, fazendo uso de uma linguagem não diplomática, e, por vezes, ameaçadora para que seus termos fossem postos em prática.[54] Berlim agia com dureza, impolidez e inflexibilidade, aspectos que tendiam somente a complicar o seu relacionamento com o Brasil, haja vista a *"importância que o Itamarati concede ao estrito respeito dos costumes diplomáticos, e da importância que os brasileiros dão às relações pessoais e à amizade"*. (SEITENFUS; op.cit. p.206). Foi essa incapacidade da diplomacia alemã de entender como funcionava a vida política no Brasil que afastou, ainda, mais o Brasil da Alemanha, aproximando-o dos EUA.

O equívoco dos representantes do Reich se firmou por estes quererem influenciar a todo custo a postura do governo Vargas, acerca do nacionalismo cultural e da

[54]O embaixador alemão Karl Ritter acusava o governo brasileiro de estar a perseguir os alemães bem como a própria Alemanha, já que o NSDAP seria a Alemanha em si mesma, e os membros desse partido cidadãos alemães. Depois que a sua argumentação não foi ouvida por Vargas ou pelo ministro das relações exteriores, o embaixador acabou por se envolver em vários problemas diplomáticos com o Itamarati por fazer petulantes exigências acerca dos alemães no Brasil. Esse comportamento arrogante e não diplomático do embaixador esfriou as relações entre Rio-Berlim, principalmente após Aranha declarar Ritter persona non grata e pedir a sua substituição, pedido que não foi atendido por Berlim. Segundo Seitenfus, essa relação piorou ainda mais quando o embaixador Ritter foi convidado para um baile pelo ministro Oswaldo Aranha e respondeu a este que considerava pouco digno para os membros da embaixada alemã estarem a dançar em um baile do Itamarati quando compatriotas alemães estavam presos por uma suspeita, infundada, de terem participado do putsch integralista contra o presidente Vargas. Resposta que provocou a ira de Aranha, levando-o a declarar que o embaixador brasileiro na Alemanha não mais iria aceitar qualquer convite do governo alemão.

perseguição ao nazismo. Eles acreditavam que devido à importância das transações comerciais entre as duas nações, o Brasil se curvaria aos desejos alemães, não compreendendo a prioridade do nacionalismo cultural para o governo. A importância atribuída, pelo presidente, à eliminação do nazismo e integralismo – os quais ele considerava um perigo a sua manutenção do poder e sua recusa em aceitar a ingerência estrangeira em assuntos internos – não foi relevada pelos diplomatas alemães.

Apesar dos problemas políticos, as relações comerciais continuavam como dantes, o mercado alemão era necessário para o comércio brasileiro, e vice-versa. Os governos ignoravam suas diferenças e continuavam a comerciar entre si. Relações mantidas, apesar das dificuldades impostas pelo governo britânico, a partir do ano de 1939. No início dos anos de 1940, o Brasil passou a adotar medidas que favoreceram claramente os EUA – e, portanto, os aliados. Em janeiro de 1942, pela Conferência de ministros no Rio de Janeiro, decidiu-se cortar as relações do país com a Alemanha.

2.3 A preponderância americana

Não obstante a continuação do relacionamento Brasil-Alemanha, este não mais possuía a mesma força de outrora e já não competia, em pé de igualdade, com o relacionamento Brasil-EUA. No entanto, não foram somente os problemas diplomáticos, durante o ano de 1938, que enfraqueceram a ligação Berlim-Rio, mas, também: a Missão Aranha; o fechamento do Atlântico pelos britânicos; a exclusividade das vendas de materiais estratégicos para os EUA (diamantes, manganês, níquel, mica, tungstênio e borracha); os acordos Washington-Rio, acerca da criação da indústria siderúrgica brasileira e do fornecimento e cooperação militar; o Programa de Desenvolvimento de Aeroportos[55], pelo qual a Pan-American Airways estava autorizada a construir, reparar, e usar aeródromos brasileiros com finalidade exclusivamente comercial; a Conferência de Ministros do Rio de Janeiro (onde o Brasil se aliou aos EUA); e, por fim, a Missão Souza Costa.

Todos os acontecimentos citados findaram por empurrar o Brasil em direção

[55] Vale salientar que o Programa de Desenvolvimento de Aeroportos não se processou somente no Brasil, porém, em toda a América Latina. O ADP foi considerado por McCann (op.cit. p.181) como uma das maiores contribuições da Pan-American à defesa continental e a vitória dos aliados na Segunda Guerra.

aos Estados Unidos, e, portanto, para longe da Alemanha. Contudo, Vargas, ainda, tentou barganhar e jogar com ambos os países até o último momento, não para reverter a tendência que o aproximava dos EUA, mas por avaliar este método como um recurso eficaz para exercer pressão sobre os EUA. Com a deflagração da guerra, a Alemanha não tinha condições de fornecer ao Brasil, a curto prazo, o que ele mais almejava: a criação de uma indústria siderúrgica e o armamento das forças militares, podendo somente se comprometer em suprir o país após o término da guerra.

Entretanto, Vargas não queria esperar tanto tempo, sem mencionar que, com a guerra se desenrolando na Europa, o ditador acreditava que o país necessitava estar preparado caso viesse a se envolver no conflito, ou caso a antiga rival do Brasil nos assuntos concernentes à América do Sul, a Argentina, fizesse uso das suas forças armadas contra a nação brasileira. Além do mais, a incapacidade alemã para conquistar a Inglaterra, apesar de suas muitas investidas, deixava Vargas duvidoso acerca da vitória alemã, vitória ainda mais difícil de ser obtida caso os EUA entrassem na guerra. Como os Estados Unidos temiam o alinhamento do Brasil com as forças do eixo[56], Vargas usou esse temor para pressionar Washington.

A Missão Aranha a Washington, durante o ano de 1939, representou o ponto de inflexão das relações brasileiras em favor dos americanos. O que o autor Gerson Moura (1980) chamou de *equidistância pragmática*, para descrever a política econômica externa do Brasil, entre os anos de 1935 a 1942, que flutuava ora em direção aos EUA ora em relação à Alemanha, mas buscando não se comprometer com nenhum país exclusivamente, começou a pender em favor dos EUA a partir de 1939.

Essa missão foi o resultado de um convite feito por Roosevelt a Vargas para que este enviasse o seu ministro das relações exteriores a Washington, sendo, mais especificamente, a finalidade declarada para estas conversações a de *"servir ao desenvolvimento e prosperidade brasileiros e implementar as bases das relações econômicas e financeiras brasileiro-americanas"*. (Basis of Discussion with Minister Aranha apud MOURA; 1980; p.116).

Para Gerson Moura, entretanto, o real objetivo dos EUA era o de atrelar a economia brasileira à americana e afastar qualquer influência alemã. Isto poderia ser visto tanto, na busca norte-americana em colocar o Brasil na linha do livre câmbio e comércio, o

[56] Segundo McCann (op.cit. p.112 e 113), os EUA acreditavam ser o Brasil a chave da defesa continental, daí a necessidade de protegê-lo. Pois, se ele fosse invadido por alemães tornaria mais fácil a ocupação de outras regiões do continente, como o caribe, ou pior, os EUA.

que daria aos Estados Unidos condição de competitividade com o comércio de compensação alemão; como, na sua disposição em fornecer assistência econômica e recursos para o Brasil, com o intuito de fortalecer suas finanças e seu comércio, de modo que o país pudesse dispensar a ajuda alemã.

Essas conclusões feitas por Moura podem ser visualizadas nas medidas concretas emergidas das conversações entre Aranha e o governo dos Estados Unidos (o financiamento do Import-Export Bank para compras brasileiras nos EUA e empréstimos de $19, 200,00 para ajudar o Brasil a pôr em dia o seu pagamento da dívida externa; a promessa americana de enviar técnicos para ajudar a desenvolver a capacidade brasileira de exportar artigos *"como borracha, manganês, minério de ferro, níquel, cromo, quinino, óleos vegetais e frutas tropicais"* (McCANN; op.cit. p.109); a abertura de um crédito para incentivar a importação de produtos brasileiros; a promessa brasileira de regulamentação do comércio de compensação com a Alemanha, e do relaxamento do controle do câmbio para que o dólar americano não tivesse de competir com notas de compensação sem controle; o comprometimento brasileiro em desenvolver a borracha para os EUA; e, entre outras coisas, o acordo brasileiro em tratar os investidores americanos em condições iguais aos investidores brasileiros). Tais medidas eram, em sua maioria, econômicas, mas findavam por trazer uma aproximação política entre os dois países, pois buscava pôr a economia brasileira sob a dependência da americana.

Embora os acordos de Aranha não atingissem o resultado esperado, pelas forças armadas e alguns integrantes do governo Vargas, que desejavam a obtenção de um patrocínio para a industrialização brasileira e o fornecimento de armamentos aos militares, eles resolveram problemas imediatos como a questão do crédito. Em termos da política externa os acordos foram considerados *"O evento mais importante e de mais longo alcance do ano"* porque marcaram *"o fim da longa dominação da Grã-Bretanha sobre a economia brasileira, enfraqueceram a posição de comércio da Alemanha e lançaram as bases de uma cooperação econômica entre o Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial."* (McCANN; op.cit. p.123). Contudo, se a visita de Aranha a Washington representou o momento em que a política de equidistância pragmática brasileira começou a pender em favor dos americanos, os acordos feitos em 1940 entre EUA-Brasil firmaram um sério comprometimento nas relações entre esses dois países.

Ao longo de 1940 o Brasil dinamizava conversações acerca da construção de uma usina siderúrgica, em seu território, e sobre o fornecimento de armas às suas forças armadas, tanto com a Alemanha como com os EUA. Em 21 de junho, Vargas convocou o

então embaixador alemão, Pruffer, com o intuito de discutir os dois problemas brasileiros citados, e a continuação do comércio brasileiro com a Alemanha. A ansiedade alemã em contrapor-se à influência americana no Brasil, induziu os alemães a oferecerem negociações generosas – propondo-se a construção de uma usina siderúrgica no Brasil após a guerra, o financiamento de armamentos durante dez anos, e a importação de produtos brasileiros no valor de 300 milhões de marcos alemães por ano, ao invés dos anteriores 170 milhões de marcos (McCANN; op.cit.p. 162).

Tais propostas se apresentavam muito tentadoras, porém, entre o final do primeiro semestre de 1940 e o início do segundo, a situação alemã mudou aos olhos dos brasileiros. Quando a vitória rápida da Alemanha não aconteceu, os brasileiros começaram a duvidar de um rápido término da Guerra europeia, ou mesmo do triunfo alemão (Idem). Assinar acordos que não apresentavam sinais de quando seriam postos em práticas, não agradava o governo Vargas. Ele passou a dar destaque às negociações travadas com Washington, usando as negociações com a Krupp para efetuar pressão em Roosevelt.

Em julho de 1940, o embaixador Americano Jefferson Caffery reportou a Washington a existência de duas maneiras para se combater a crescente ameaça germânica no Brasil, *"crédito de armas e acordos liberais de financiamento da usina"* (Idem, p.161), pois, *"Se os alemães fornecessem armas ou financiassem as usinas ou ambos, os Estados Unidos não poderiam esperar manter sua posição no Brasil"* (Ibidem). As missivas alarmistas de Caffery e de Aranha a Washington, em conjunto com o temor do governo Roosevelt de uma invasão germânica ao saliente brasileiro, apressaram as negociações entre Brasil e EUA. Assim, em 26 de setembro de 1940 ficou decidido que *"O export-Import Bank emprestaria ao Brasil US$ 10.000.000 imediatamente e, à medida que os trabalhos progredissem, aumentaria essa soma para um total de US$ 20.000.000…"* (Ibidem, p.163), sendo que o planejamento e a administração da usina foram realizados tanto por brasileiros como por americanos *"até que os brasileiros estivessem treinados e experimentados."* (Ibidem).

De acordo com Frank McCann Jr, a conclusão das negociações para a usina de aço foi tão importante que mudou a postura do Brasil em relação aos EUA e à Alemanha. Em relação ao primeiro, o Brasil passou a agir de maneira mais amigável e cooperativa, enquanto, enquanto com o segundo, o Brasil começou a comportar-se de forma mais fria e contida[57]. Postura que tendeu a se intensificar com os acordos de cooperação militar e

[57] Para McCann (op.cit. p.164), a conclusão das negociações da usina influenciou, favoravelmente, as relações brasileiro-americanas em outras áreas. A Pan-American Airways obteve autorização para voar diretamente de

fornecimento de armas firmados entre EUA e Brasil.

Entre 1939 e 1940, as forças armadas americanas traçaram muitos planos de defesa continental envolvendo o saliente brasileiro, principalmente Natal[58] e Fernando de Noronha[59], examinados como pontos vulneráveis na guerra. O governo Vargas, entretanto, apresentava-se resistente aos planos estadunidenses de ocupação ou criação de bases aéreas e navais no nordeste brasileiro. Uma presença militar estrangeira, no país, significaria uma afronta direta à soberania nacional, além do mais para a administração varguista e os militares brasileiros, se alguma região estava em perigo era a sul, a qual se encontrava próxima da Argentina.

Todavia, a importância atribuída pela administração Roosevelt, a defesa do saliente brasileiro, aos rumores de planos do Fuhrer de invadir a América do Sul, e o desejo brasileiro de obter armas a todo custo, fizeram com que o governo Roosevelt se comprometesse com o fornecimento de armas ao Brasil em troca de cooperação militar. Devido à incapacidade americana em fornecer armas imediatamente ao Brasil, a cooperação militar só começou a ser posta em prática a partir de 1942. Pois, os brasileiros recusavam-se a cooperar sem estarem de posses de seus tão esperados armamentos.

> Os acordos envolvendo os armamentos militares e a usina de aço marcaram tão profundamente as relações Brasil-EUA que McCann afirma ter sido traçado, a partir desse momento, uma tendência de ajuda, entre os dois países, que não mais poderia ser rompida.[60] Assim, o Programa de Desenvolvimento de Aeroportos (ADP), de 1941, e a Missão Souza Costa, de 1942, apesar de terem uma contribuição significativa para o

---

Belém ao Rio. E o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) suspendeu, por alguns dias, o jornal Meio Dia, pela publicação de um artigo que atacava um discurso pró-aliado de Welles.

[58] "Os oficias americanos desde muito tempo haviam enfatizado a importância do saliente brasileiro para a defesa do continente; na verdade, o primeiro dos planos de contingência do Departamento de Guerra, o Rainbow I (agosto de 1939), colocava a defesa área no topo da lista de tarefas das Forças Armadas dos Estados Unidos. O reconhecimento aéreo pelo General Delos Emmons, da América do Sul, em novembro de 1939, enfatizava que a área de Natal era "de importância fundamental e extrema" na defesa do território continental dos EUA e do canal do Panamá contra uma possível coalizão de nações europeias. O comando aéreo do Exército usou como hipótese a expulsão de uma força aérea hostil do Saliente do Nordeste, para definir o poder de combate de unidades aéreas do Exército a serem designadas para a defesa do continente. Durante o outono e o inverno de 1939/1940, planejadores do Exército e da Marinha elaboraram projetos detalhados do envio de uma força expedicionária ao Nordeste do Brasil, embora não fizessem mais que planejar." (McCANN, op. cit. p.165-166).

[59] "O presidente Roosevelt, em 30 de abril de 1940, determinou ao Almirante Harold R. Stark, Chefe de Operações Navais, desenvolver com urgência conversações com o Brasil em relação à segurança da Ilha de Fernando de Noronha, localizada ao largo do saliente do Nordeste… O USS Helena havia sondado as defesas da Ilha em meados de janeiro e as avaliou como inadequadas para repelir um ataque surpresa. Ela seria uma estação intermediária para uma invasão do Eixo ao Nordeste do Brasil. O Presidente queria ter certeza de que nação europeia alguma utilizaria a ilha e indicou duas linhas de ação de emergência: ocupação americana da ilha ou destruição do campo de pouso." (Idem).

[60] Cf. McCANN; op.cit. p.173-174.

estreitamento dos vínculos entre o Brasil e o Estados Unidos, foram muito mais frutos de um entendimento, entre o Brasil e os EUA, conseguido a partir de 1940.

Em 26 de julho de 1941, o presidente Vargas assinou um decreto pelo qual ficava estabelecido que a Panair do Brasil S/A, uma subsidiária da empresa americana Pan-American Airways, ficava responsável pela construção de aeroportos no Brasil. Após terminada a construção, a Panair deveria receber um arrendamento dos aeroportos, por vinte anos, o que lhe permitiria usufruir uma livre utilização e o controle operacional desses aeroportos (McCANN; op.cit.).

Os aeroportos da ADP foram usados, desde o início, pelos norte-americanos, como parte do sistema de abastecimento dos aliados[61]. Para preservar a suposta neutralidade brasileira, fez-se necessário que o trabalho nos aeroportos caminhasse sob discrição, e fossem tratados como atividade puramente civil e comercial, sem nenhuma assistência ou intervenção diplomática (Ibidem).

Foram restaurados ou construídos aeroportos em Recife, Natal, Belém, Camocim, Fortaleza, Maceió, Salvador, entre outros lugares. Contudo, era o aeroporto de Natal o mais importante, recebendo, inclusive, o nome de "trampolim para a vitória", pelo seu papel fundamental em enviar homens e equipamentos para as frentes de batalha. Sem Natal, a atuação dos aliados talvez não tivesse sido a mesma durante a Segunda Guerra, pois os problemas de suprimento das frotas ingleses em 1941 e 1942 não poderiam ter sido superados[62]. Assim, mesmo antes de declarar guerra ao eixo, em agosto de 1942, o Brasil colaborava para a vitória aliada, através do ADP[63].

A importância da Missão Souza Costa, de 1942, se deu por esta ter conseguido para o Brasil "*o mais abrangente programa de assistência econômica e militar que os Estados Unidos já colocaram em prática na América Latina."* (Ibidem, p.215), contribuindo, assim, de maneira definitiva, para o estreitamento das relações Brasil-EUA ao pôr um fim às incertezas, dentro do governo e das forças armadas brasileiras, em respeito a qual nação o Brasil deveria se aliar, EUA ou Alemanha.

Souza Costa não deveria obter somente o equipamento para aparelhar os militares brasileiros[64], Vargas o instruiu para que ele buscasse obter também *"trilhos e material de rolamento para a Estrada de Ferro Central do Brasil, financiamento para a*

[61] Cf. McCANN; op.cit. p.192.
[62] Cf. McCANN; op.cit. p.194.
[63] Cf. McCANN; op.cit. p.234.
[64] Acerca da relação dos armamentos solicitada por Souza Costa aos EUA ver: McCANN; op.cit. p.215-216.

produção de materiais estratégicos (tais como minério de ferro e borracha) e as providências para a aquisição desse material." (Ibidem. p.211-212). Costa findou por conseguir os seguintes empréstimos: de $100.000.000 para a produção de materiais estratégicos; de $14.000.000 para desenvolver os depósitos de ferro em Itabira e a ferrovia Vitória-Minas; e, de $5.000.000 para melhorar a qualidade da borracha crua produzida na Amazônia (Ibidem. p.216).

Depois dos acordos assinados, com Souza Costa, Vargas aprovou as seguintes solicitações americanas: aumento do efetivo do seu pessoal na manutenção das bases da ADP; construção de instalações militares e navais; carta branca para as aeronaves americanas ultrapassarem pelo espaço aéreo brasileiro; envio de tropas americanas para o Brasil; e concessão para os civis e militares americanos viajarem de avião sem vistos de entradas das e para as zonas de guerra – o que permitiu a criação, pelo Departamento de Guerra, da Ala do Atlântico Sul do Comando de Transporte Aéreo (Ibidem.).

Em abril de 1942, Vargas abriu todos os portos e aeródromos à Marinha americana, e deixou as forças aéreas e navais brasileiras sob o comando de um vice-almirante americano, Jonas H. Ingram[65]. Na prática, isso significou que, Ingram era o responsável pelas defesas marítimas brasileiras. Assim, a declaração do embaixador americano Caffery, de que a partir da Missão Souza Costa Vargas havia tomado uma posição nitidamente pró-americana, pode ser firmada como verdadeira[66].

A partir de 1942, as mercadorias americanas passaram a chegar ao Brasil em massa. Produtos americanos, nunca antes consumidos, como chiclete, sorvete "Kibon" e Coca-cola tornaram-se moda. O cinema norte-americano, que fazia muito sucesso, foi então definitivamente consagrado[67]. Vendia-se como nunca o "American way of life" com o intuito de assegurar a aliança e a simpatia das nações latino-americanas. Os produtos eletrônicos, que não se podiam vender por causa das restrições causadas pela guerra, eram, pelo menos, anunciados através dos meios de comunicação. Acreditava-se que a imagem

[65]Jonas H. Ingram encontrava-se no Brasil desde junho de 1941, quando ainda era contra-almirante e comandante da Task Force 3, a qual era responsável pelo patrulhamento de um grande triângulo entre Trinidad, Cabo de São Roque e Cabo Verde – sendo a base da Task Force a cidade de Recife. Em setembro de 1942 Ingram se tornou comandante da IV Esquadra norte-americana, passando a usar o título de comandante da Força Naval do Atlântico Sul.

[66] O embaixador Caffery se referindo à Vargas, após os acordos firmados com Souza Costa, expõe: "A partir daquele momento, suas atitudes mudaram definitivamente para melhor; ele tomara sua decisão: estava ao nosso lado". (CAFFERY APUD McCANN; op.cit. p.217).

[67] Segundo Hilton (op.cit. p.298), os grandes estúdios de Hollywood, como Paramount, RKO e Twentieth Century Fox, dominavam o cinema brasileiro. As firmas norte-americanas chegaram mesmo a conseguir que o regime Vargas evitasse a criação de medidas de proteção à recém-nascida indústria cinematográfica brasileira.

de um futuro eletrônico e mecanizado oferecia um meio para as pessoas suportarem as dificuldades e restrições do presente (TOTA; op.cit). Além do mais, o importante era reforçar o sistema no plano simbólico.

Essa americanização do Brasil, mesmo a que se efetuou através do mercado, não ocorreu de maneira aleatória, mas seguiu um plano executado por um órgão criado pelo governo Roosevelt com a finalidade de servir como um front de guerra. Esse órgão, "The Office for Coordination of Comercial and Cultural Relations between the American Republics", criado em 1940, foi um dos maiores responsáveis pela instauração do projeto de americanização na América Latina.

O Brasil, devido a sua importância para os EUA, sofreu uma especial atenção por parte daquela entidade. Logo, o desejo de Vargas em desenvolver o país, realizado através do único instrumento de barganha que esse presidente possuía, jogar com os EUA e a Alemanha simultaneamente, prejudicou seu outro plano para o país, o de "abrasileirar" os brasileiros. Através de uma maior aproximação com os EUA, os brasileiros passaram a vivenciar um processo de americanização de maneira metódica e organizada.

Entretanto, o Office não foi o único organismo criado para disseminar a ideologia americana na América Latina, antes dele já havia "the Division of Cultural Relations". O próximo tópico se ocupará dessas duas instituições, bem como do projeto estadunidense em americanizar a América Latina e o seu propósito.

2.4. O projeto de americanização

Tendo oficialmente o objetivo de promover a amizade e a simpatia interamericana, bem como um entendimento cultural, é criado no ano de 1938 "the Division of Cultural Relations", pertencente ao Departamento de Estado Americano. O intercâmbio de estudantes, profissionais, e artistas tanto como a visita de líderes políticos e intelectuais conceituados entre os Estados Unidos e o restante da América Latina intensificaram o relacionamento, entre ambos, mais do que formas de contatos culturais menos pessoais como o rádio e os filmes[68]. Foi usada, como justificativa, para a criação dessa divisão o interesse em articular as nações da América e a necessidade de se combater a propaganda dos países do Eixo, que disseminavam suas ideias no continente através do

[68] Cf. CHERRINGTON apud ESPINOSA, 1976, p. 151.

rádio, do cinema, de escolas secundárias e primárias vinculados àqueles países. Cherrington, o qual foi o primeiro diretor daquele órgão, explica em suas memórias o porquê da criação da Division of Cultural Relations:

> Nas minhas primeiras conversações com o sr. Hull, ele descreveu, em alguns detalhes, como foi tomada a decisão de se estabelecer a Divisão de Relações Culturais. As nações totalitárias, especialmente Alemanha, Japão, e Rússia, estavam projetando, no estrangeiro, propagandas agressivas sob o disfarce de relações culturais. Muito disso era focado nas repúblicas americanas. Estavam sendo oferecidos a muitos países bolsas de estudos, para estudantes e professores, em uma dessas nações, palestras e concertos artísticos eram oferecidos e uma atraente literatura, descrevendo as conquistas culturais da nação promotora da propaganda, era largamente distribuída. Muitas horas de propaganda radiofônica, na América Latina, eram focadas em críticas semanais aos Estados Unidos e ao seu baixo nível cultural, e, embora feitas obliquamente, elas alcançavam, constantemente, os nossos vizinhos do sul. E, por causa da negligência dos Estados Unidos, ao longo dos anos, em se familiarizar com a cultura da América Latina e informá-la acerca de nós mesmos, eles e nós éramos virtualmente estranhos [69] [tradução nossa]. (CHERRINGTON apud ESPINOSA, 1976, p. 123).

Os Estados Unidos desejavam obter controle sobre todo o continente americano, unificá-lo e fazer com que as propostas estadunidenses se transformassem nas próprias propostas da América Latina. A propaganda ou a presença dos países do eixo, ao se contraporem ao domínio norte-americano, mostravam-se como uma ameaça a qual deveria ser eliminada. O intercâmbio de visitas e uma maior compreensão cultural, os quais constituíam a finalidade da Divisão, foram defendidos como um mecanismo facilitador dessa unificação americana sob a insígnia dos Estados Unidos.

[69] No original: "In my early conversations with Mr. Hull he described in some detail how the decision was reached to establish a Division of Cultural Relations. The totalitarian nations, especially Germany, Japan, and Russia, were aggressively projecting abroad propaganda activities under the guise of cultural relations. Much of this was focused on the American Republics. Many countries were being offered scholarships and fellowships enabling students and professors to study in one of these nations, lecturers and concert artists were made available and attractive literature describing the cultural achievements of the nations from which the propaganda emanated [was] widely distributed. Many hours of radio propaganda were beamed on Latin America weekly criticisms of the United States and its low state of culture though obliquely made were constantly reaching the citizens of our neighbors to the south. And because the United States over the years had neglected to become acquainted with the culture of Latin America and to inform them about ourselves both they and we were virtual strangers…"

NOVAS OPORTUNIDADES AOS ESTUDANTES BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS

RIO, 9 (A.N.) — O ministro da Educação recebeu do seu colega das Relações Exteriores, um aviso, acompanhado da carta da secretaria da comissão diretora do Colégio de São Francisco da Califórnia, enviada por intermédio do nosso consul geral naquela cidade, oferecendo novas oportunidades para os estudantes brasileiros nos Estados Unidos.

Fig. 06 – Artigo sobre oportunidades estudantis oferecidas a brasileiros nos EUA.
Fonte: "Novas oportunidades aos estudantes brasileiros nos Estados Unidos". Folha da Manhã. Recife, 10/01/1942 – APEJE

A Divisão de Relações Culturais não patrocinava somente a troca de ações individuais entre as nações latino-americanas e os EUA, mas também, se preocupava com outros tipos de contatos culturais, como a tradução de livros, a exposição de filmes específicos para certas áreas do conhecimento, além de fomentar o estabelecimento de institutos culturais os quais relacionassem, culturalmente, as repúblicas vizinhas com os Estados Unidos[70]. No Brasil, esse tipo de instituto foi estabelecido no Rio de Janeiro, em 1937; São Paulo e Porto Alegre, em 1938; e, no lugar considerado por Manuel Espinosa (1976) como o coração da propaganda nazista, Florianópolis, em 1941.

Com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, "The Division of Cultural Relations" adquiriu uma importância maior, sendo seus esforços para o estabelecimento de conexões culturais interamericanas, visto como uma importante ação de guerra. Um memorando de 17 de dezembro de 1941, intitulado *"The Work of the Division of Cultural Relations with Respect of the Defense Effort"*, citado por Espinosa (op.cit, p. 191) expõe essa importância[71].

[70] As funções da Divisão cultural variaram ao longo do seu período de existência, porém, o seu objetivo de aproximar as nações americanas permaneceu o mesmo (ESPINOSA; 1976, p. 164).

[71] De acordo com esse memorando, com a declaração da guerra, a construção de uma solidariedade interamericana através de laços culturais recebia mais ênfase. Porém, diferentemente do período anterior, acreditava-se que o intercâmbio de editores, escritores e cientistas devia receber uma atenção especial em relação ao intercâmbio de estudantes e outros profissionais, pois aqueles proporcionavam maior ajuda para a construção de uma defesa hemisférica no campo cultural (The Work of the Division of Cultural Relations with Respect of the Defense Effort apud ESPINOSA; 1976, p. 191).

Em agosto de 1940, outro órgão foi criado por Washington para facilitar a aproximação interamericana: "The Office for Coordination of Comercial and Cultural Relations between the American Republics", mais tarde chamado "Office of the Coordinator of Inter-American Affairs", tinha a função que o seu nome designava, ou seja, cuidava de *"coordenar os esforços dos Estados Unidos no plano das relações econômicas e culturais com a América Latina."* (Moura, 1986, p. 20). Segundo Espinosa, a justificativa dada, por Roosevelt, para a criação desse novo aparelho, era a da necessidade de se acelerar uma relação interamericana de cooperação mútua que se opusesse às agressivas atividades do Eixo no Novo Mundo. Assim sendo, apesar de o OCIAA vincular-se às relações comerciais e culturais, esse órgão era considerado como importantíssimo para a defesa americana, a preservação dos seus interesses e o combate aos seus inimigos. Por isso, o Office era um corpo subordinado ao "Council of National Defense".

A direção do OCIAA foi entregue ao jovem empresário Nelson Aldrich Rockfeller. Este acreditava que para livrar a América Latina das influências totalitárias e socialistas, bem como para impor a total preponderância americana, fazia-se necessário americanizar os latino-americanos. No entender de Antonio Pedro Tota (2005), Rockfeller acreditava que a pobreza dos vizinhos da América do Norte os tornava alvos fáceis para os nazistas e comunistas, logo se devia desenvolver mecanismos os quais ao mesmo tempo em que vendiam o padrão de vida americano (com o seu liberalismo, democracia, consumismo, progresso material e bons salários) dessem condições para os latino-americanos comprarem os produtos a ele vinculados. Procurava-se fomentar uma industrialização que ocorresse de maneira interligada com a intensificação das relações comerciais com os EUA. Mas era preciso não, somente, que aqueles povos fossem capazes de comprar os produtos dos Estados Unidos, os latino-americanos deviam desejá-los, considerá-los como indispensáveis. Daí a importância da propaganda e dos meios de comunicação para essa tarefa.

O "Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas" era constituído por três divisões: Divisão Comercial e financeira, Divisão de Comunicações e Divisão de Relações Culturais. A Divisão de Comunicações, segundo Tota, formava a espinha dorsal do OCIAA, com o objetivo de transmitir informações positivas sobre os EUA, além de se preocupar em difundir nos Estados Unidos uma imagem favorável das outras repúblicas. Preocupava-se não somente com a transmissão de notícias apropriadas para a América Latina, mas, também, com a distribuição de documentos oficiais, panfletos,

brochuras e revistas.

No mesmo ano da sua fundação, 1940, o OCIAA publicou a revista "Em Guarda" a qual alcançava toda a América e era acessível no idioma inglês, espanhol e português. Tota afirma que as reportagens da revista eram variadas, podendo abordar tanto o tema de como cuidar de uma horta, como a excelência de um tanque de guerra ou notícias de vitórias dos aliados. Seu objetivo primordial era a veiculação *"de uma imagem dos Estados Unidos como fortaleza da democracia continental. Fortaleza à qual os países do continente americano poderiam pedir toda sorte de auxílio, sempre que necessário."* (TOTA, 2005, p. 56).

Outra revista importante na difusão das ideologias americanas foi "Seleções do Readers-Digest". Apesar de não ser um projeto do Office, a revista se aliou, muitas vezes, com os seus interesses e ideias, acabando por exercer um papel importante nas suas atividades. No Brasil, a revista chegou no ano de 1942, o mesmo ano que também apareceram a Coca-cola e o sorvete Kibon. Para Tota, a nível de Brasil, Seleções procurava *"conquistar o brasileiro urbano médio por meio de seus anúncios e de artigos que celebravam o American way of life."* (op. cit. p. 59).

Outra poderosa arma usada pelo OCIAA foi o cinema. Pertencente ao Departamento de Comunicação, a Motion Picture Division era responsável por uma das mais importantes atividades do Office, fazer propaganda americana através do cinema. O OCIAA desejava um controle absoluto do mercado cinematográfico, tendo em vista o impedimento da disseminação de ideias que fossem contrárias às americanas e uma exploração econômica sistemática.

Tota analisa que os filmes eram separados pela Motion Pictures em duas áreas, a dos destinados a apresentações nas salas do cinema e a dos não comerciais, apresentados em escolas, clubes e et. al. A maioria dos filmes usados pelo Office vinham prontos de Hollywood (houve vinculações entre os interesses de Rockfeller e a produção de filmes que retratavam a América Latina e os EUA de maneira favorável e amigável). Carmen Miranda, a pequena notável brasileira (portuguesa de nascimento), juntamente com o Zé Carioca do Walt Disney, foi usada por Hollywood e pelo OCIAA como figuras representativas da amizade entre os Estados Unidos e o Brasil.

Carmen Miranda abraça a sua genitora, ao chegar dos Estados Unidos, anteontem. A creadora d "O que é que a baiana tem" acena, satisfeita, para milhares de fans, que foram esperal-a no cáe

VESTIDA DE VERDE-AMARELLO E ENFEITADA DE BALANGANDANS

MAIS DE CINCO MIL PESSOAS FORAM RECEBER CARMEN MIRANDA, A' SUA CHEGADA AO RIO — SOU BRASILEIRA "NO DURO"!

Fig. 07 – Artigo sobre a chegada de Carmen Miranda ao Brasil depois de sua estada nos EUA.
Fonte: DP. Recife, 12/07/1940 – FUNDAJ

Contudo, mesmo o OCIAA tendo usado muitos filmes hollywoodianos, sem fazer nenhuma modificação, algumas fitas sofriam cortes, eram traduzidas para o português ou espanhol, além de o Office solicitar para que parte do filme fosse modificado para ser exibido na América Latina. Referindo-se as atividades da Motion Picture Division, Antonio Pedro Tota (op.cit. p.65) afirma:

> As funções da Divisão de cinema eram bastantes claras: promover a produção americana de filmes, curtas e longas, e de cinejornais sobre os Estados Unidos e as "outras Américas", distribuindo-os por todo o hemisfério ocidental, isto é, para as Américas; produzir e estimular a produção, nos países latino-americanos, de curtas e cinejornais que poderiam ser exibidos nos Estados Unidos; combater por todos os meios o cinema produzido pelo Eixo; convencer as grandes empresas cinematográficas de que não era uma boa política distribuir filmes que transmitissem uma má impressão ou uma imagem comprometedora dos Estados Unidos.

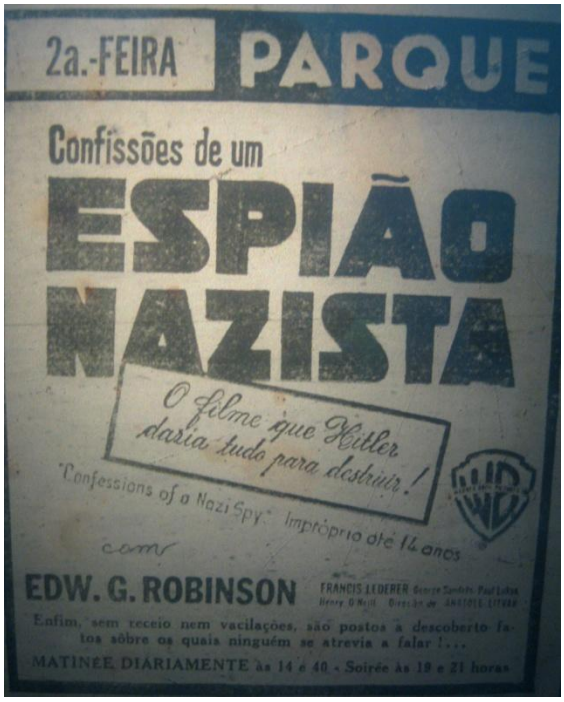


Fig.08 – Propaganda de filme americano contra o nazismo. JC, Recife. 04/06/1942 – FUNDAJ

Fig. 09. – Propaganda de filme americano contra os países do eixo.
Fonte: JC, Recife. 19/05/1942 – FUNDAJ

Fonte:

Usava-se a americanização para quebrar qualquer resistência à aproximação entre os Estados Unidos e as demais culturas latino-americanas, adotando-se o americanismo como um instrumento para suplantar outros ismos, como o nazismo, o comunismo, e o socialismo[72]. O americanismo não era uma ideologia nova, mas foi reelaborado pelo Office, mantendo alguns valores centrais, estando a democracia entre eles. Associada às ideias de direitos individuais, de independência, e de liberdade, a democracia era considerada como um aspecto essencial da sociedade americana, garantida a toda nação, independentemente da religião ou da classe social. Outro princípio era o tradicionalismo. *"O mito da vida pura e saudável na fazenda, a relação íntima com a natureza, a cidade pequena, o enaltecimento dos valores familiares, a coragem dos indivíduos, o temor a Deus"* (op. Cit. P.20), constituíam esse tradicionalismo. Contudo, o mais importante componente ideológico do americanismo era o progressivismo. Vinculado *"ao racionalismo, à ideia de um mundo de abundância e à capacidade criativa do homem americano"* (Idem) essa ideologia enaltecia a capacidade humana de transformar o mundo natural; louvava o progresso tecnológico e

[72] Em relação ao Brasil buscava-se americanizá-lo "antes que ele se europeíze, hitlerize ou mussolinize de todo". (ARANHA apud McCANN; op.cit. p. 63).

científico; e tomava a generalização do consumo como um meio eficiente de se garantir a paz e a felicidade social.

O progressivismo se baseava numa ordem crescente, *"trabalhar, produzir, ganhar dinheiro e consumir"* (Ibidem. p.21), sendo a possibilidade de consumo o ápice da felicidade pessoal, social e estatal. Como o OCIAA era dirigido por um empresário, não é de se estranhar que essa ideologia ganhasse um espaço destacado. A economia americana, a venda de produtos e o lucro sempre tiveram um papel fundamental nas relações EUA-América Latina, e, sob a tutela do Office, esse fato não só permaneceu, como o mercado foi usado como um instrumento de combate ao germanismo e de difusão da americanização. Tentava-se vender o sonho americano de sucesso, felicidade e liberdade através dos eletrodomésticos, dos carros, dos produtos de beleza e etc. Quando estes não estavam mais disponíveis durante o envolvimento americano na Segunda Guerra, os meios de comunicação não paravam de anunciar esses produtos que acenavam um futuro promissor.

Exortados a continuar na propaganda dos produtos americanos de exportação
TAREFA NECESSÁRIA A' SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS
NOVA YORK, 30 — (H. T.) — gos ao Brasil, México, Argentina,

Fig. 10 – Artigo sobre a continuação da propaganda de produtos americanos que não mais estão à venda por causa da guerra.
Fonte: "Exortados a continuar na propaganda dos produtos americanos de exportação". Folha da Manhã. Recife, 01/10/1942 – APEJE

No Brasil, o processo de americanização se intensificou com o estabelecimento do Office no país, durante os anos quarenta, baseando-se, como em todo o continente, em ações conscientes de Washington. Contudo, não se pode considerar que a americanização do Brasil se deu somente de modo vertical e sem questionamentos.

Os Estados Unidos invadiam culturalmente o Brasil, modificando, seu estilo de vida. Isto não implica que a influência cultural ocorreu de modo unidirecional, e devido, somente, à vontade imperiosa dos EUA[73]. Compreende-se, primeiramente, que em qualquer contato cultural, as duas partes envolvidas na relação sofrem influências recíprocas. Se os Estados Unidos trouxeram mudanças significativas para a cultura brasileira, eles não ficaram

[73]Toma-se aqui como referencial Edward Thompson (1998) para quem a cultura é um espaço conflitivo, plural, e de troca. A cultura seria "… um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole." (THOMPSON, 1998, p.17).

imunes ao contato. E, em segundo lugar, a influência estadunidense na cultura brasileira não se deu devido à passividade da população que aceitava, silenciosamente, o processo de americanização. A cultura americana que, aqui fincou raízes, não foi resultado exclusivo do desejo de imposição norte-americana, mas, também, do desejo brasileiro de aceitá-la, sem mencionar que, muitas vezes, o que foi tomado de empréstimo foi ressignificado, reformulado.

Segundo Michael Certeau, as pessoas sempre têm a possibilidade de escolha, elas não são massa ou seres passivos que podem ser conduzidos ao bel prazer dos interesses de um grupo, mas agiriam, dentro de suas possibilidades, em conformidade com os seus desejos e vontades. Sendo a subversão de uma representação e a ressignificação de uma prática exemplos de maneiras da população impor a sua vontade. Referindo-se a essa questão Certeau (2005, p.39-40) entende:

> Há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o "sucesso" dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as [sic] diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. […] A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam.

Ainda acerca da liberdade das pessoas em trocas culturais, Antonio Pedro Tota examinando a americanização dos brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial, explica que tal processo não ocorreu, simplesmente, pela execução de um plano de Washington, mas pela escolha da população em assimilar certos aspectos da cultura americana, o que não implica em dizer que tal assimilação se deu sem conflitos. Tota afirma (Op. Cit. P. 193):

> Um povo só incorpora um determinado valor cultural de outro povo se ele fizer sentido no conjunto geral da sua cultura. Isso significa que a assimilação cultural não se faz por imitação, mas por um complicado processo de recriação. A assimilação cultural nunca ocorre em bloco. Um povo não aceita todos os elementos culturais do outro, mas apenas uma parte, e, mesmo assim, dando a eles novos sentidos. Essa assimilação

> envolve, portanto, uma escolha e uma recriação.
>
> Resistência, antropofagia, condição e sincretismo ocorrem simultaneamente.

Esse sincretismo cultural de que fala Antonio Pedro Tota, e a ressignificação de que trata Certeau, podem ser vistos na música popular brasileira dos anos de 1930 e 1940. O "foxtrote" chamado "Canção pra inglês ver", de Lamartine Babo, do início dos anos 30 seria um exemplo:

> Ai love iú
> Forget isclaine maine Itapiru
> Forget faive ander uda ai shel
> No bonde Silva Manuel (money well)
> […]
> Ai, Jesus!
> Abacaxi, whiskey of chuchu
> Malacheta independenci day
> No strit flash me estrepei (step way)
> […]
> (Idem, p.14)

O próprio título da música ligava-se a tradicional relação de subordinação dos luso-brasileiros para com os ingleses, situação mencionada por Lamartine de maneira irônica e desaprovadora. O aportuguesamento do inglês, nessa música, estava inserido, dentro de uma tendência de criticismo aos estrangeirismos, críticas as quais adquiriram um aspecto *"antropofágico (no sentido modernista): o uísque (whiskey) era feito de chuchu, ingrediente de pratos populares, e não de malte escocês ou do milho americano do Kentucky. O "Ai love iú"rima com a palavra Itapiru, de raiz tupi-guarani."* (TOTA; op.cit. p.14). Lamartine se apropriava do inglês, mas de maneira sincrética, adaptando-o a cultura brasileira.

Para Antonio Pedro Tota, a música "Canção para inglês ver" estava inserida no que o autor chama de *"um quase movimento antiimperialista da música popular"* (op.cit. p.169). Dentro desse movimento, estavam inseridas "Good bye! Boy" [74], de Assis Valente e

[74]"Good bye, good bye boy, deixa a mania do inglês /Fica tão feio pra você moreno frajola/ Que nunca/ frequentou as aulas da escola/ Good bye, good bye boy, antes que a vida se vá /Ensinaremos cantando todo mundo (e com prazer) /b-e-bé, b-i-bi, b-a-bá/ Não é mais boa noite, nem bom dia /Só se fala good morning, good night /Já se desprezou o lampião de querosene /Lá no morro só se usa a luz da Light (oh! Yes)". (Ibidem, p.170)

"Não tem Tradução" [75], de Noel Rosa, ambas dos anos de 1930, assim como outras músicas. Já o samba "Brasil pandeiro", 1940, de Assis Valente representava a aceitação da proximidade do Brasil com os EUA, mas, ainda, à maneira brasileira:

> Chegou a hora dessa
> gente bronzeada
> mostrar seu valor!
> Eu fui à Penha
> E pedi à padroeira
> Pra me ajudar
> Salve o morro do Vintém
> Pindura-Saia
> eu quero ver
> eu quero ver
> eu quero ver
> O Tio Sam tocar pandeiro
> Para o mundo sambar
> O Tio Sam está querendo conhecer a nossa batucada
> anda dizendo
> que o molho da baiana
> melhorou seu prato
> Vai entrar cuscuz
> acarajé e abará
> Na Casa Branca
> Já dançou a batucada
> Com Ioiô e Iaiá[76]
> (Ibidem, p.170-171)

Segundo Tota, o sambista Assis Valente chamava os outros sambistas para descerem o morro e aproveitarem o momento de proximidade, com os EUA, para se internacionalizarem. Se o samba só poderia ser reconhecido em âmbito mundial, através do Tio Sam, o melhor a fazer seria deixá-lo tocar o pandeiro ao ritmo brasileiro. O sambista sugeriu uma deglutição cultural, *"O fox ou swing poderiam aderir ao samba e a música americana deveria ser ritmada pelo pandeiro brasileiro."* (Idem, p.172).

A música popular não foi a única a alterar a cultura americana que se entrava em contato. Nos jornais recifenses dos anos 30 e início dos anos 40, alguns significados que

[75] "O cinema falado/é o grande culpado da transformação [...] / Se eu fizer uma falseta /a Risoleta /desiste logo /do francês /e do inglês [...] /Depois o malandro deixou de sambar /dando o pinote /na gafieira a dançar /o fox trot [...] /Da exibição /não e lembra que o samba /não tem tradução /no idioma francês. /Tudo aquilo /que o malandro pronuncia /com voz macia é brasileiro: /já passou de português... /Amor lá no morro é amor pra chuchu. /E as rimas do samba não são I Love You /e esse negócio de alô /alô boy, alô Jone, /só pode ser conversa de telefone." (Ibidem. P.15).

[76] Referência a apresentação de Carmen Miranda na Casa Branca.

são considerados como símbolos centrais do americanismo foram revistos, e ao invés de exporem o viés positivo que tinham originalmente, foram assinalados como aspectos negativos e degradantes. Assim, a defesa incansável das liberdades individuais era tomada como individualismo; o racionalismo, que defendia o uso da capacidade criativa do homem e do progresso científico para domar a natureza, era compreendido como um materialismo iconoclasta, uma carência de espiritualismo; a ideia americana de trabalhar mais, para produzir mais e então consumir mais – o que seria o ápice da felicidade pessoal americana– era um sinal de avareza e etc.. Esse tipo de manipulação dos valores americanos pode ser observado no artigo abaixo do Jornal do Commercio:

> Não sou de todo um fascinado de Spengler, na defesa entusiasta dos princípios espiritualistas, no ataque furioso ao materialismo iconoclasta dos yankees.
>
> Vejo, porém, no advento precipitado da era da máquina, a quebra brusca e desastrosa do ritmo da vida humana sem dúvida com mais alta finalidade do que a de reduzir todos os nossos movimentos a cálculos de mecânica que roubam à existência todo o seu melhor sentido.
>
> Depois, nesse afã que se atiram os homens da outra América, elastecendo a significação da frase dos seus conquistadores - "time is money", não há mais do que uma tendência de ambição israelita procurando correr mais depressa, amontoar nas suas arcas o ouro tradicional que botou a perder o pobre Judas [...].
>
> Afinal, sendo embora muito, o dinheiro não é tudo e não há pragmatismo que, procurando substituir todas as nossas funções pela máquina, para melhor obter e mais rapidamente o fim colimado, consiga chegar à perfeição de fazer do homem um produto mais completo, em todos os sentidos, do que aquele nunca esquecido homem mecânico da Westinghouse. Afinal, aquele homem simboliza o moderno espírito yankee.
>
> Por mais que façam, todavia, os fetichistas da máquina - o novo Deus que está sentado sob o mesmo solo onde as oblatas dos seus fiéis o bezerro de ouro de Wall Street, estão esbarrando a cada passo com os óbices que lhes opõe a psique humana, coagida quase sempre nas suas manifestações, solapada, presa, mas irredutível nas suas afirmações de prioridade sobre os nossos destinos.
>
> Vá que se industrialize tudo e a custa das máquinas se estandardize o que se quiser, desde os gestos até a indumentária. Que se transforme a raça, obediente aos princípios eugênicos que hora estão em moda.
>
> Que se dê um novo aspecto à vida material, conseguindo tudo pelo milagre estupefante da máquina. Mas, não se queira derrocar o que escapa ao nosso tato. As leis da mecânica cederão sempre lugar às incoercíveis leis psicológicas. O pragmático, já o tenho repetido várias vezes, é, no fundo um romântico, revelado de quando em quando nas mínimas ações. Querer roubar ao mundo esta beleza espiritualizada que alimenta, anima, fortalece e sublima a existência é o mesmo que pretender criar uma flora "artificial" na terra, dando-lhe a cor, o perfume, o viço e o frescor conseguidos, nos

> laboratórios, substituindo a flora única que Deus nos ofertou para consolo dos nossos males.
>
> Fiquemos com a Natureza, completando-a, embora com artifício. Mas não nos escravizemos nunca a este mesmo artifício, que é a morte de tudo, esse amplo, imenso, infinito amor que o esplêndido visionário da Divina Comédia compreendeu como: L'amor do mouve il sol e l'altre stelle[...] (R.G. "Notas avulsas". Jornal do Commercio, Recife, 28/09/1930)[77].

O pragmatismo ianque, que busca a todo custo o progresso material e científico, foi analisado, pelo autor, como um indício da avareza americana, da sua falta de espiritualidade, da sua escravização ao dinheiro e a máquina. Os valores americanos, longe de serem benéficos, apresentavam-se como um mal que estava a atormentar a sociedade. Ou seja, o autor considerava a cultura estadunidense como estranha, como opositora aos padrões conhecidos por ele e julgados como os certos.

No decorrer dos anos de 1930 e início dos anos de 1940, os Estados Unidos tentaram corrigir o surgimento de críticas ou estranhamentos ao seu sistema. Desde o início do governo Roosevelt, os EUA tentaram passar para a América Latina uma ideologia que suplantava a ideia de defesa nacional dos Estados Unidos em nome de uma defesa hemisférica contra o inimigo externo. Washington tentava ganhar a confiança e simpatia dos seus vizinhos, fazendo uso de uma ideologia a qual buscava, aparentemente, o bem comum das nações do continente americano (MOURA; 1980).

De acordo com Moura, não existiam valores comuns entre a civilização latino-americana e a estadunidense, fato que obrigou o governo dos EUA a criar uma ideia de um pan-americanismo fundado *"em ideais comuns de organização republicana, na aceitação da democracia como um ideal, na defesa da liberdade e dignidade do indivíduo, na crença na solução pacífica das disputas e na adesão aos princípios de soberania nacional"* (1986; p.24). Essa estratégia serviu para transmitir a imagem de uma tradição histórica comum a todas as nações da América, bem como uma sensação de união americana, apesar de muitas repúblicas latino-americanos da época serem, visivelmente, regimes de cunho autoritário[78].

Em contraposição, a ideologia nazista, não obstante a sua posse de alguns aspectos de apelo internacional como: capacidade mobilizadora das massas, aparência

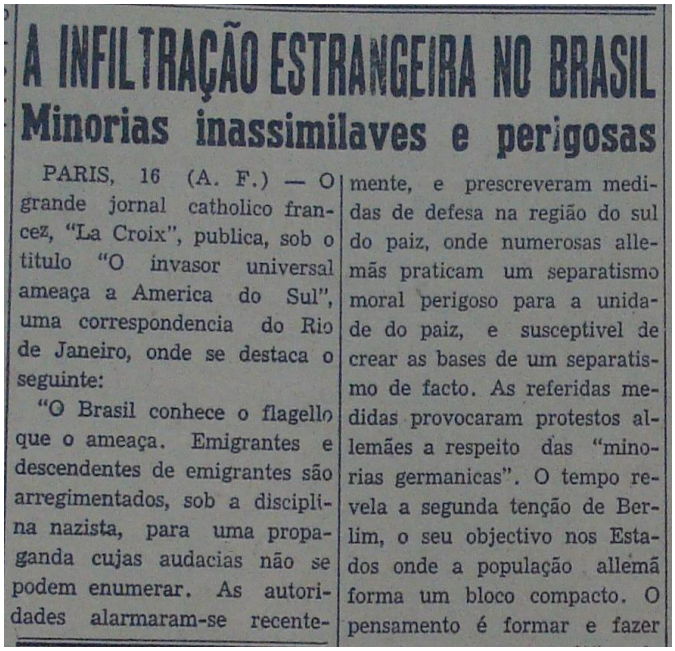
---

[77] R.G. era o pseudônimo do jornalista Racine Guimarães para a coluna "Notas avulsas", do Jornal do Commercio.

[78] A esse respeito, Moura afirma que, os EUA alegavam ser o autoritarismo latino-americano necessário para assegurar a ordem dessas nações, sendo muito diferente do europeu (MOURA; 1980; P. 137).

revolucionária e promessa de realização de uma nova ordem, era, essencialmente, desenhada para alemães e seus descendentes (Idem, p.136). Os ideólogos do nazismo aspiravam a sua internacionalização, mas, paradoxalmente, elaboravam-no de uma maneira que a disseminação dessa ideologia só se tornava possível através de um partido nacional-socialista, o que significava mostrar ao novo país aliado a sua posição de subordinado à Alemanha (Ibidem).

No Brasil, a presença de qualquer partido político foi proibida por Vargas como uma ameaça a sua manutenção no poder. No caso do Partido Nacional Socialista Alemão, além desse partido representar um forte agrupamento de alemães os quais poderiam vir a desmontar a unidade da nação, o governo os via como agentes promotores do germanismo que punha em risco o nacionalismo que se tentava construir. O nazismo foi assim perseguido, ferozmente, pelo Estado Novo, devido a sua conceituação como ideologia desaglutinadora, enquanto o pan-americanismo ao evitar a intromissão na política interna do país e preservar ações sutis de propaganda, continuava a atuar sob a sanção estatal.



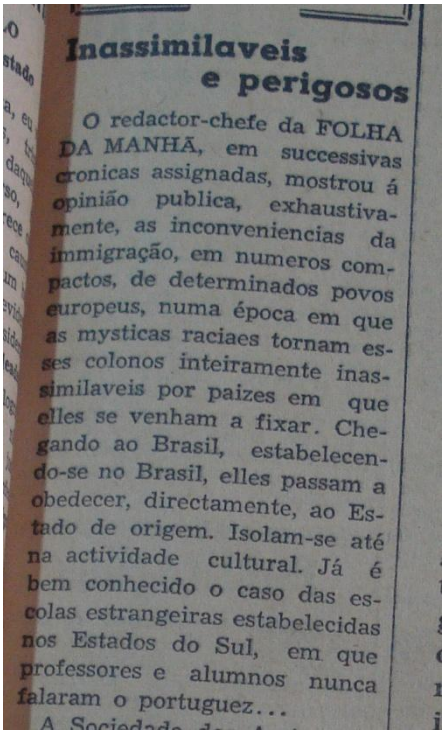
A INFILTRAÇÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL

Minorias inassimilaves e perigosas

PARIS, 16 (A. F.) — O grande jornal catholico francez, "La Croix", publica, sob o titulo "O invasor universal ameaça a America do Sul", uma correspondencia do Rio de Janeiro, onde se destaca o seguinte:

"O Brasil conhece o flagello que o ameaça. Emigrantes e descendentes de emigrantes são arregimentados, sob a disciplina nazista, para uma propaganda cujas audacias não se podem enumerar. As autoridades alarmaram-se recentemente, e prescreveram medidas de defesa na região do sul do paiz, onde numerosas allemãs praticam um separatismo moral perigoso para a unidade do paiz, e susceptivel de crear as bases de um separatismo de facto. As referidas medidas provocaram protestos allemães a respeito das "minorias germanicas". O tempo revela a segunda tenção de Berlim, o seu objectivo nos Estados onde a população allemã forma um bloco compacto. O pensamento é formar e fazer

Fig.11 – Artigo sobre a arregimentação de imigrantes alemães pelo nazismo, e o perigo que isso traz para o Brasil.
Fonte: "A infiltração estrangeira no Brasil". Folha da Manhã, Recife 17/05/38 – APEJE



Inassimilaveis e perigosos

O redactor-chefe da FOLHA DA MANHÃ, em successivas cronicas assignadas, mostrou á opinião publica, exhaustivamente, as inconveniencias da immigração, em numeros compactos, de determinados povos europeus, numa época em que as mysticas raciaes tornam esses colonos inteiramente inassimilaveis por paizes em que elles se venham a fixar. Chegando ao Brasil, estabelecendo-se no Brasil, elles passam a obedecer, directamente, ao Estado de origem. Isolam-se até na actividade cultural. Já é bem conhecido o caso das escolas estrangeiras estabelecidas nos Estados do Sul, em que professores e alumnos nunca falaram o portuguez...

Fig.12 – Artigo sobre o perigo da imigração alemã, com suas teorias nazistas, para o nacionalismo e a unidade do Brasil.
Fonte: "Inassimiláveis e perigosos", editorial. Folha da Manhã, Recife, 17/05/38 – APEJE.

Washington se utilizou com eficácia dos meios de comunicação brasileiros, que estavam sobre o controle de aparatos repressivos pertencentes ao governo, no processo de americanização. Os agentes do “Office of the Coordinator” tiveram a ajuda de indivíduos ligados ao estado na realização de seus projetos. O estado varguista defensor da ideia de um Brasil puro, tradicional, findou por abrir as portas que facilitaram a presença dos EUA no país.

Capítulo III:

A presença estadunidense nos periódicos recifenses (1937 a 1942).

3.1 Agamenon Magalhães e a Folha da Manhã: uma tendência nazifascista.

O golpe do Estado Novo ocorreu no dia 10 de novembro de 1937. No dia 25 do mesmo mês, Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães – ex-ministro da do Trabalho e da Justiça, foi nomeado interventor de Pernambuco, sendo a sua interventoria considerada por Vargas como modelo. Agamenon juntamente com Francisco Campos, Gustavo Capanema, Benedito Valadares, Marcondes Filho, Simões Lopes, Salgado Filho e Góes Monteiro, é considerado como um dos construtores do Estado Novo (PANDOLFI; 1984; p.30). Como tal, fez valer as suas ideias que contribuíram para dar forma ao novo governo no poder, usando de meios como a cooptação, a repressão, e a doutrinação para atingir seus fins.

Entre o final de 1937 e 1945, Agamenon exerceu um reinado de terror, perseguindo a tudo e a todos que fossem apontados, por ele, como perigosos, ou simplesmente não se encaixassem dentro do perfil da interventoria que ele estava construindo. Antissemita, antiliberal, antidemocrático, anticomunista, xenófobo, autoritário, tradicionalista e católico ortodoxo, Agamenon possuía, princípios muito comuns ao autoritarismo. Não poupava seus adversários, perseguindo intelectuais de prestígio como Gilberto Freyre, Ulisses Pernambucano, Joaquim Cardozo e Aníbal Fernandes.

Em relação ao interventor de Pernambuco e as suas perseguições, Andrade Lima Filho (1976. P.71) afirma:

> Diante dele, não bastava dizer "não", o que poucos ousavam: era bastante não dizer "sim". Daí as perseguições implacáveis, as idiossincrasias incessantes, as prisões continuadas, tornando bojudo um prontuário policial de elite, que mais tarde Carlos Moreira, o poeta-delegado, esvaziaria na madrugada da libertação, em 45, por inspiração do Major Humberto de Melo, então titular da Segurança Publica. Ali havia uma estranha mistura: integralistas e comunistas, liberais e antidemocratas, ateus e católicos, empilhados em fichas. Era a "inteligentzia" pernambucana prontuariada. Um Gilberto Freyre, um Geraldo de Andrade, um Ulisses Pernambucano, um Fernando Simões Barbosa, um Isaac Salazar, um Antiógenes Chaves, um Nehemias Gueiros…

Agamenon não se descuidava de ninguém, mesmo daqueles que partilhavam algumas das suas ideologias. Andrade Filho, ainda, o compreende como um inimigo cruel, o qual fazia uso da prisão ou mesmo da difamação, através do seu jornal Folha da Manhã, para

destruir os seus adversários. Contudo, o uso da força por Agamenon, com o intuito de impor suas ideologias ou atemorizar seus inimigos, era simplesmente um mecanismo para atingir um fim, sua permanência no poder. O que faria dele, segundo Andrade, um oportunista por excelência[79]. E, talvez fosse essa sua qualidade que o capacitou para permanecer como o braço direito de Vargas durante todo o regime do Estado Novo e ainda continuar no poder mesmo depois da abertura política em 1945.

Para abafar as vozes descontentes com a instauração do regime estado-novista em Pernambuco e dar estabilidade ao seu governo, fatores que o ajudaram a se manter no poder, Agamenon angariou uma ampla legitimidade para o regime por meio da doutrinação política[80]. Através dos meios de comunicação – principalmente jornal e rádio, além de festas populares[81] – ele soube manipular ideias e agradar a muitos.

No entender de José Maria Neto (2005), as festas e os eventos populares realizados, em Recife, sob o incentivo do interventor, tinham o objetivo de conjurar ilusionismos para desviar a atenção popular de problemas como a carestia, o desemprego, a violência policial comandada pelo governo, e o excessivo controle estatal sobre a sociedade; ao mesmo tempo, que expunha somente aspectos positivos e felizes proporcionados pela sua administração. As comemorações do 1º de maio (Dia do trabalhador) e o aniversário do advento do Estado Novo eram utilizados para esse propósito de legitimar o governo, doutrinando a população com as ideologias estado-novistas e propagandeando a modernidade e a prosperidade que cercava Pernambuco desde a instauração da nova forma de governo[82].

Grandes passeatas eram organizadas, nesses dias, bem como faixas que mostravam a lealdade e a obediência das massas ao chefe de estado. Agamenon desejava fazer dessas celebrações uma vitrine do modelo social do Estado Novo, que apregoava a união, o cooperativismo e a paz social[83]. A festa veneziana, de 1938, para comemorar a

---

[79] Cf. ANDRADE; 1976; p.81.

[80] Em uma carta enviada à Vargas, como uma espécie de prestação de contas acerca da sua administração, Agamenon declarou doutrinar, diariamente, através da imprensa, na propaganda do Estado Novo e em assuntos concernentes à economia do estado (MAGALHÃES apud PANDOLFI; 1984; p. 32).

[81] Para Maria Helena Capelato (IN PANDOLFI; 1999. p.169) a propaganda política tinha grande importância no regime varguista, como em qualquer outro regime totalitário, pois, este tipo de regime mais do que qualquer outro precisaria controlar os meios de comunicação e informação com a finalidade de suprimir qualquer discordância, e, assim, angariar apoio total das massas. Apesar de a autora afirmar a impossibilidade de se definir o Estado Novo como um fenômeno fascista, ela considera que este levaria em conta a experiência nazifascista, principalmente em termos de propaganda, pela sua capacidade de seduzir e manipular a população.

[82] Cf. NETO; Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC; Campinas – 2006; P.2.

[83] O artigo do jornal Folha da Manhã intitulado "Disciplina e confiança no Estado Novo", do dia 01/05/1938, o qual publicou um telegrama do interventor do estado ao presidente Getúlio Vargas a cerca das comemorações recifenses do Dia do Trabalho, evidencia essa vontade em se mostrar a união e a paz social que reina em

instalação da luz elétrica – a qual era exposta pelos governantes como um símbolo de progresso para uma nova era; o Congresso Eucarístico Nacional, de 1939;[84] a Grande Exposição Nacional de Pernambuco[85], no mesmo ano; e o translado dos restos mortais dos heróis pernambucanos da guerra holandesa, em 1942, foram usados pelo interventor da mesma maneira.

Contudo, a comunhão entre entretenimento e doutrinação, na propaganda agamenosiana, não se efetuou, somente, durante datas comemorativas, mas pode ser encontrada também na propaganda realizada através do rádio. O rádio como veículo de informação, propaganda, entretenimento e pedagogia tinha suas potencialidades reconhecidas pelo dirigente do governo pernambucano. Para melhor usufruí-la, Agamenon aproveito-se da melhor empresa radiofônica e dos artistas mais celebrados. O interventor possuía na Rádio Clube do Recife um programa exclusivo chamado "Conversa com o Ouvinte", onde respondia a cartas ou dissertava sobre temas de seu interesse, concernentes ao regime estado-novista. Além disso, suas crônicas diárias, publicadas pelo seu jornal Folha da Manhã, eram lidas pelo locutor mais famoso de Pernambuco, Ziul Matos – galã de rádio-novela e narrador de sucesso (NETO, 2006).

O valor atribuído, por Agamenon, à imprensa era tamanho que ele a considerava como um instrumento capaz de transformar qualquer mentira em verdade. Daí a necessidade de controlá-la. A imprensa era o arauto da verdade do governo agamenosiano. Era o veículo primeiro de propaganda, doutrinamento e persuasão da ideologia estatal capaz

---

Pernambuco: — "Tenho a satisfação de transmitir a V. Excia. As saudações e os entusiasmos classes trabalhadoras Pernambuco, que acabam realizar [sic] diante altar alegórico do Trabalho, na praça da Faculdade de Direito, concentração [sic] todos os sindicatos e famílias operárias, sob aplausos imensa multidão. Após concentração, desfilaram empunhando bandeiras e legendas, todas emoldurando retrato de v. Excia., constituindo apoteose sem paralelo [sic] outras épocas, em que comemorações Dia Trabalho decorriam sob apreensões e rigorosas medidas policiais. O desfile das famílias operárias cantando o Hino Nacional foi a nota de maior vibração patriótica. Esse fato traduz não só confiança todas as classes no Estado Novo como resultados regime [sic] autoridade e disciplina valores sociais. Cordiais saudações. Agamenon Magalhães, Interventor Federal." Destarte, a publicação deste telegrama tentava mostrar o sucesso do Estado Novo e do presidente deste regime entre as classes populares, levando a crer que tais eventos sociais eram produzidos espontaneamente – enquanto na realidade eram organizados pelo estado.

[84] José Maria (2006; p.2-3) alega que essas reuniões católicas aconteciam em todo globo, com o intuito de reforçar a posição da Igreja Católica frente ao mundo moderno que a punha em questão. No Recife, a ideologia antimoderna e antiliberal, promovida pelos congressos eucarísticos, encontrou um terreno propício no palácio do governo, composto, em sua maioria, por católicos conservadores. A interventoria não somente ajudou na viabilização do Congresso Eucarístico Nacional, como buscou se mostrar co-promotora do evento, junto à arquidiocese local – sendo professada durante o evento, a mesma ideologia divulgada pelo Estado Novo.

[85] Referindo-se a Exposição Nacional, José Maria Neto declara que se o evento católico foi uma vitrine das ideias agamenosianas, a exposição foi o palco das conquistas econômicas e políticas de seu governo. A representação de todos os municípios no festival e a montagem de um pavilhão por cada secretaria serviam para transmitir ao visitante uma imagem do progresso de Pernambuco alcançado sob a direção do Estado Novo (Idem; p.3).

de tornar as massas em apolíticas, anticomunistas e antiliberais como o governo almejava. Logo, é fácil se compreender a obsessão do interventor em cooptar[86] os intelectuais ligados a esse ramo, e quando isso não era possível, pô-los sob censura, coação, ou exílio (ALMEIDA; 2001).

Segundo Souza Barros (1985), os jornais eram os principais divulgadores de todo e qualquer assunto naquelas primeiras décadas do século passado, servindo o jornalismo como intermediador para a aquisição de um emprego público, o acesso a um lugar na política, ou a consagração intelectual. Quem queria fazer-se conhecido teria necessariamente que recorrer ao jornal, sendo o núcleo central da propaganda e doutrinação do Estado Novo, em Recife, o Jornal Folha da Manhã.

Criado em 21 de novembro de 1937, por Agamenon Magalhães, o periódico exercia o papel de porta-voz do governo, estando seus próprios funcionários incluídos na folha de pagamento do estado. A maioria dos jornalistas que compunham a Folha da Manhã eram colaboradores na administração pública da interventoria[87].

Para Maria das Graças Ataíde (op.cit), a interventoria pernambucana como foi influenciada pela ideologia nazifascista, servindo, inclusive, a trilogia fascista de Deus (catolicismo), Pátria e Família como ideário base do governo[88]. Se a interventoria favorecia

[86]Sobre a cooptação dos jornalistas durante o Estado Novo, é interessante a compreensão de que a aderência, da maioria desses profissionais, à nova forma de regime, deu-se não pelas pressões governamentais, mas pelas vantagens oferecidas. Acerca disso, Capelato destaca: "A cooptação dos jornalistas se deu através das pressões oficiais, mas também pela concordância de setores da imprensa com a política do governo. É importante lembrar que Getúlio Vargas atendeu a certas reivindicações da classe, como por exemplo a regulamentação profissional que garantia direitos aos trabalhadores da área. Muitos jornalistas não se dobraram às pressões do poder, mas, segundo Nelson Werneck Sodré, foram raríssimos os jornais empresariais que não se deixaram corromper pelas verbas e favores oferecidos pelo governo. Por um lado, o autoritarismo do Estado Novo explica a adesão e o silêncio de jornalistas; por outro, não se pode deixar de considerar que a política conciliatória de Getúlio Vargas, aliada à "troca de favores", também surtiu efeito entre os "homens de imprensa". (CAPELATO IN PANDOLFI. Op.cit. 175).

[87]Graça Ataíde (2001; P.181) cita os seguintes jornalistas da Folha, como participantes da administração de Agamenon Magalhães: Manuel Lubambo, Secretaria da Fazenda; Arthur Moura, Secretaria do Interior e diretor do periódico; e Nilo Pereira, diretor do Departamento de Educação.

[88] Maria das Graças Ataíde (op.cit.) afirma que o pacto entre Estado e Igreja presente no regime fascista italiano pode ser também encontrado na interventoria pernambucana desde 1937, quando Agamenon Magalhães assumiu o poder. De acordo com a autora, a Igreja enfrentava um momento de crise nas décadas iniciais do século, sendo a laicização do mundo e a disseminação do comunismo consideradas como os causadores dos problemas enfrentados por esta entidade religiosa, já que a afastavam do poder político. Ou seja, a Igreja buscava participar dos processos políticos decisórios mais uma vez, ansiava por partilhar do poder no mundo secular, o que no caso brasileiro ela se encontrava privada desde a instauração da República Velha. Assim, a irrupção de uma nova forma de governo se apresentava como uma oportunidade para a Igreja recuperar o seu poder perdido, enquanto, ao mesmo tempo, essa entidade religiosa oferecia para o estado, que estava procurando se legitimar, um programa catequético o qual respondia as suas necessidades. Pois, "Os cânones de obediência, autoridade, fidelidade e ordem representavam alguns dos cânones presentes no paradigma político nacionalista do Estado Novo." (ALMEIDA; op.cit. p.91). E, além do mais, a Igreja havia se lançado desde o início do século XX em uma cruzada contra o comunismo, o judaísmo, e o liberalismo, os quais ela visualizava como as heresias do século, e eram, também, pontos que a interventoria agamenosiana buscava combater.

essas ideologias europeias, a Folha da Manhã como seu porta-voz faria o mesmo. Segundo Ataíde (op.cit. p.32):

> Este periódico, na sua essência deve ser visto como um exemplo de apologia ao modelo nazifascista, que exacerba em seus cânones de paradigma político, os conceitos de Ordem, Autoridade, Pátria e Igreja, que, por si e entre si possibilitariam o reerguimento político econômico, social e moral das nações.

A autora, ainda, afirma que a Folha fez apologias aos regimes totalitários da Espanha, Portugal, Itália e Alemanha, e congratulou-os por terem sido capazes de reestruturarem suas respectivas nações no meio do caos político e econômico causados pela depressão de 29, a Primeira Guerra, e a Revolução de 17. As ideologias nacionalistas e autoritárias da Europa mostravam um exemplo a ser seguido pelo Brasil. Mussolini e Hitler eram dois líderes políticos dignos de nota. No artigo "Mussolini e a Itália", do dia 17/05/1938, o redator-chefe da Folha, José Campello, enalteceu a figura de Mussolini e as suas obras na Itália. Campello declarou:

> [...]
> Vingo os horizontes locais e passo um golpe de vista sobre o mundo. Na mediocridade e no achatamento dos nossos dias vejo uma figura ciclópica, dominando o cenário europeu e o cenário universal, como o maior gênio da idade contemporânea: Mussolini. Quem não admira esse homem, que assinala, com a sua figura um ciclo da historia da humanidade? Não serão, certamente, os que conheçam as maravilhas da sua obra, que espantam os próprios adversários do fascismo...
> Ainda não li, nesses últimos tempos, uma só entrevista de cientistas, sociólogos, artistas, homens de letra da América Latina, em viagem de estudos ou de recreio à Europa, onde não houvesse uma palavra de incontida admiração pelo que eles observaram na Itália em todos os ramos das atividades públicas e privadas.
> A Folha da Manhã vem publicando numerosas entrevistas desse gênero...[89]

Já o liberalismo e a democracia eram pestilências as quais deveriam ser evitadas. Foi a liberal-democracia presente na constituição de 1891 que levou o país à desordem e à crise, ambos os problemas que Getúlio estaria a resolver desde o Golpe, com a

[89]Todos os artigos transcritos foram postos na versão atualizada da língua portuguesa.

instauração de uma nova constituição baseada na ordem, autoridade e centralização do poder do executivo[90].

O Artigo abaixo intitulado "Democracia, Ordem, Autoridade" se propõe a mostrar as fraquezas dos regimes liberais, nos quais a desordem era institucionalizada, além de alegar que os governantes de regimes autoritários eram mais populares e queridos pelo povo do que aqueles integrantes dos primeiros regimes. Essa questão foi sublinhada pelo autor no momento em que as figuras de Hitler e Mussolini são citadas, enquanto nenhum governante liberal é considerado digno de ser mencionado. Lê-se:

> A reação contra o liberalismo e o individualismo nasce do próprio instinto de conservação do homem. Liberalismo quer dizer a desordem organizada em sistema, a sociedade ao sabor de seus inimigos, o Estado à mercê daqueles que o querem destruir, a sorte e o futuro das famílias nas mãos do comunismo...
>
> ...Os governos fortes são muito mais amigos do povo e muito mais queridos em seus países do que os governos demo-liberais nas nações em que ainda existem. Não se compara a popularidade de um Hitler, de um Mussolini, de um Salazar com a dos homens públicos franceses ou ingleses que se encontrem no poder, ou em situação política de evidência. [...](MONIZ, Heitor. "Liberalismo, Democracia, Ordem, Autoridade". Folha da Manhã, Recife, 29/06/1938.)

Assim, a democracias americana, francesa e inglesa representavam o baluarte das ideias responsáveis pela desordem mundial. No entender de Maria das Graças Ataíde, a Folha mostrou uma antítese entre os líderes dos governos liberais, Roosevelt e Churchill, e os dos governos totalitários, Hitler e Mussolini, expondo que enquanto os segundos desenvolviam os seus países, os primeiros comprometiam o futuro das suas nações. Roosevelt e Churchill foram acusados, inclusive, de serem colaboradores do judaísmo, o que era uma falta grave já que o governo do estado, e, portanto, a Folha como aparelho político, tinha uma visão antissemita e responsabilizavam os judeus por todas as calamidades, principalmente as econômicas.

[90] Ver: MAGALHÃES, Agamenon. "Verdade". Folha da Manhã, Recife, 09/06/1938; e, também, ARRAIS, Monte. O Estado Novo – ainda as constituições de 91 e 34 – Estatutos de Weimar e a Magna Carta de 10 de novembro. Folha da Manhã, Recife, 19/05/1938.

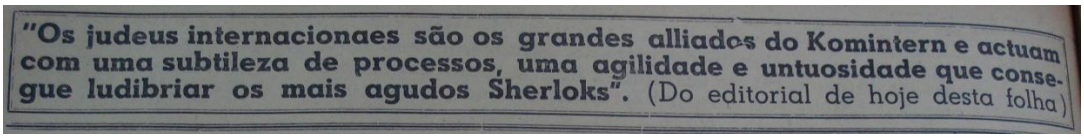

"Os judeus internacionaes são os grandes alliados do Komintern e actuam com uma subtileza de processos, uma agilidade e untuosidade que consegue ludibriar os mais agudos Sherloks". (Do editorial de hoje desta folha)

Fig. 13 – Destaque do editorial da Folha sobre a aliança entre os judeus e os comunistas.
Fonte: Editorial da Folha da Manhã. Recife, 03/06/1938 – APEJE

Apesar de se concordar com a análise da autora, acerca de o jornal Folha da Manhã trabalhar as diferenças entre os países liberais e totalitários em maneira de antítese, como pode ser percebido no artigo anteriormente citado, não foi encontrada nenhuma referência à conivência do líder americano ou inglês com o judaísmo[91]. Mas, ao contrário, foi encontrado um artigo do dia 31/05/1938, intitulado "Contra os Trusts", elogiando a posição dos EUA em combater esse tipo de associação cuja criação era judaica. Além disso, o editorial do dia 12/07/1938, referente à Conferência de Evian, organizada pelos Estados Unidos com o intuito de solucionar o problema dos judeus emigrados, mostrou como a posição do Brasil, em não querer aceitar emigrantes judeus, estava de acordo com a posição da "*generosa democracia yankee*" (Folha da Manhã, Recife, 12/07/1938) que tinha leis extremamente severas acerca da emigração e não poderia acolhê-los.

Isso não significa que, em alguns momentos, esse jornal não tenha retratado os dois maiores líderes das democracias ocidentais, à época, como sendo pró-semitas. Como puderam ser avaliadas, durante o processo de pesquisa, as representações da Folha da Manhã acerca dos países liberais ou mesmo dos seus governantes variavam segundo os interesses que o jornal buscava transmitir, ou, segundo as mudanças políticas vividas pelo país.

O conceito de representações usado nesta pesquisa é o trabalhado por Chartier (2002) que as entende como classificações que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Segundo Chartier, as representações variam de acordo as disposições dos grupos, sendo marcadas por interesses, desejo de poder e de dominação. Elas ainda produziriam estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade ou a legitimar escolhas, o que coloca as representações no campo da luta, pois parte de um grupo tentaria impor ao restante do grupo, ou a outros grupos, sua concepção de mundo social.[92]

No caso da Folha da Manhã, a sua tendência em representar os regimes

[91] Todavia, é importante ressaltar que não se pesquisou todos os meses do jornal Folha da Manhã entre os anos de 1937 e 1942. Além do mais, no único lugar em que o matutino está disponível para pesquisa pública, APEJE, o ano de 1937 e parte do primeiro semestre de 1938 encontram-se interditados devido às condições precárias destas edições, o que não ocorria na época em que Maria das Graças Ataíde realizou a sua pesquisa.
[92] Ver também de Chartier o artigo "O mundo como representação".

totalitários e seus líderes de maneira positiva[93], se liga ao seu interesse de, assim o fazendo, legitimar o regime autoritário do Estado Novo. Para conseguir o mesmo fim de legitimar as ações praticadas pelo estado, os jornalistas da Folha poderiam vir a elogiar um governo liberal-democrático como os EUA e retratá-lo como a "*generosa democracia yankee*" (Folha da Manhã, Recife, 12/07/1938) quando este não abriu suas portas para a emigração dos judeus, ou quando combatiam os Trustes, pelo fato de as mesmas medidas terem sido adotadas pelo governo brasileiro, o que daria respaldo para a ação nacional.

O importante era legitimar o Estado Novo, não importava se as representações elaboradas mudavam. O objetivo era justificar as atitudes governamentais e doutrinar a população para obter a legitimidade do regime e silenciar as oposições. Porém, quando o Brasil se aliou aos EUA de maneira definitiva, em 1942, não era mais, somente, decisivo defender o regime nacional, era também preciso defender o novo parceiro brasileiro. Não se podia mais produzir representações dúbias sobre a liberal-democracia ou os EUA, devia haver um consenso em representar ambos de maneira positiva, afinal, o Brasil passava também a ser pintado como uma democracia.

No entanto, nos anos iniciais do Estado Novo houve, como já foi dito, uma propensão em expor uma imagem da Alemanha e da Itália, como duas grandes nações que estavam cada vez mais prosperando no campo econômico, político, artístico[94] e científico devido aos seus regimes – baseados na ordem, autoridade, disciplina e catolicismo. Enquanto, ao mesmo tempo, se desenhou uma tendência, nas notícias, a se fazer críticas em relação ao estilo de vida americano, bem como a sua política.

O artigo "Religiao e civismo", de 08/05/1938, da Folha da Manhã ao relatar como a história do Brasil estava tão estreitamente atrelada à Igreja *"que seria um ato de loucura tentar separá-las"* ou mesmo um ato de *"violação às leis fundamentais que regem o mundo"*, destaca que *"uma das tragédias da vida contemporânea é a materialidade nas suas formas mais grosseiras, de que a civilização pragmática "yankee" é o mais lamentável dos exemplos"*. Ou seja, o modelo americano era reprovável não somente pelo seu regime

---

[93] É interessante se perceber que as invasões ou conquistas de Hitler na Europa não eram denominadas de tal maneira, durante os primeiros anos do jornal. Assim, a invasão da Áustria por Hitler é chamada pelo matutino de reincorporação ("O dia do trabalho na Alemanha". Folha da Manhã, Recife, 03/05/1938), enquanto a guerra contra a Tchecoslováquia é considerada como a única medida deixada à Hitler devido às agressivas atitudes tcheques (MUNIZ, HEITOR. "Abaixo a guerra!". Folha da Manhã, 23/09/1938).

[94] No artigo "A musica que educa e a musica que desagrada", do dia 08/05/1938, o jornalista José Campello expôs haver uma relação entre a disciplina, a mística racial alemã e a apurada cultura musical daquele povo, ao mesmo tempo em que lamentou a falta de bom gosto musical dos brasileiros acostumados às expressões bárbaras do samba e do maracatu.

liberal-democrático, mas, também, pela sua religiosidade ou falta dela.

A constante busca pelo crescimento econômico, tanto a nível pessoal como nacional, americana, era analisada pelo catolicismo e seus seguidores como uma atitude materialista de indivíduos desprovidos de fé divina. A Folha, como sendo administrada por uma corrente do governo agamenosiano, pertencente à congregação mariana, não podia apreciar as escolhas espirituais americanas, mesmo se fosse considerado que elas não careciam de religiosidade, pois a origem dos EUA é marcadamente puritana.

Um dos jornalistas, que escreveu as críticas mais ferrenhas aos Estados Unidos, era o redator-chefe do jornal, José Campello. Figura conhecida por ser adepta do fascismo e ter uma profunda admiração por Mussolini, Campello não poupou depreciações à cultura americana. No artigo "O sentido do Confort", do dia 24/05/1938, o redator-chefe expôs a crítica do escritor José de Vasconcelos ao sentido do "confort" americano. Segundo o artigo, os americanos transformaram o confort, o qual significaria repouso, em mecanização e escravização do lar. Escravizando-se aos seus eletrodomésticos, os americanos eram incapazes de usufruir do descanso, não obstante as suas riquezas.

Outra alfinetada, ao estilo de vida americano, foi feita em "Arte em primeiro logar..", onde o jornalista José Campello criticou a obsessão alimentar dos americanos em comerem alimentos relacionados com as novidades da ciência alimentar. A alimentação era uma arte, e a mania americana de dosá-la, classificá-la, rotulá-la, findava por transformar a comida em produto farmacêutico. Segundo Campello:

> A não ser para o indivíduo faminto, que tudo devora, o alimento não atrai por suas qualidades intrínsecas, mas pelo gosto que oferece ao paladar requintado do homem. E só o troglodita ou o americano seriam capazes de comer a carne cru, sem sombra de tempero e virgem de fogo...
>
> A comida dosada, medida, classificada, deixaria de ser comida para ser farmácia... Perderia o sabor que lhe dão os temperos, o açucar, a baunilha, a canela; e o homem, perdendo o apetite diante da comida transformada em produto farmacêutico; torturado e não favorecido pela ciência da alimentação, acabaria desnutrido e subalimentado...
>
> É que a alimentação é arte [ilegível] ser ciência. (CAMPELLO, José. "Arte em primeiro lugar...". Folha da Manhã, Recife, 11/05/1938).

Para o autor, os estadunidenses eram indivíduos tão pragmáticos e incultos que transformavam algo saboroso e artístico, como o ato alimentar, em uma ciência entediante e pouco apetitiva. Troglodita e americano eram no fim uma mesma coisa, não

havendo diferenças entre eles.

Mas como se não lhes bastasse o pragmatismo e o materialismo que os escravizava e tornava-os incapazes de se tornarem cultos, os americanos ainda possuíam o inominável defeito de serem liberal-democratas, diz Campello:

> Os liberais-democratas ou comunistas (que são todos a mesma gente) não têm outro recurso senão a demagogia, senão a calúnia, senão a trapaça na propaganda das suas ideias ou das suas torpezas (que são também uma só e a mesma coisa...) Nunca houve de sua parte uma atitude espontânea e uma palavra sincera. Quando tomam conhecimento das pessoas e dos fatos, fazem-no com o preconcebido propósito de caluniar a uns e torcer a outros, invariavelmente no sentido que melhor corresponde ao ódio que lhes vai pela alma contra tudo que diga respeito à ordem cristã e espiritual da vida... (CAMPELLO, José. "A palavra decisiva". Folha da Manhã, Recife, 08/06/1938).

Logo, colocando-se os estadunidenses na classificação fornecida por Campello, acerca dos liberal-democratas, tornava-se impossível a visualização de qualquer aspecto positivo nesse grupo, já que eles eram caluniadores, mentirosos, seres cheios de ódio e desprovidos de qualquer vida espiritual.

Mas, como já foi dito, essas representações negativas dos EUA não eram as únicas produzidas pelo matutino, elas mudavam de acordo com os interesses que o jornalista buscava transmitir. Assim, Agamenon Magalhães procurando defender a legitimidade do governo autoritário instaurado com o Estado Novo publicou uma série de artigos no ano de 1938. Nesses artigos, relatou como os EUA sob a administração Roosevelt, passaram a adotar, como o Brasil, medidas autoritárias visando combater: as ideias extremistas, a rebelião das massas e a aderência aos regimes totalitários. Segundo Agamenon, o Brasil e os EUA não eram adeptos nem do fascismo, nem do comunismo, porém de uma terceira tendência, uma tendência preocupada em evitar a concentração de poder e riqueza por pequenos grupos, e direcionada para a moralização da nação (MAGALHÃES, Agamenon. "Terceira tendencia". Folha da Manhã, Recife, 28/06/1938) [95].

De um lado, o interventor de Pernambuco expunha uma ligação entre o Brasil e os EUA, ambos representados como adeptos de uma terceira tendência que buscava impor

[95] Ver também: MAGALHÃES, Agamenon. "Crise". Folha da Manhã, Recife, 30/06/1938; MAGALHÃES, Agamenon. "O poder e as crises na America". Folha da Manhã, Recife, 26/05/1938; MAGALHÃES, Agamenon. "A America". Folha da Manhã, Recife, 12/06/1938.

ordem a nação e afastar as teorias comunistas ou nazistas[96], de outro, o redator-chefe da Folha não poupava críticas ao estilo de vida americano ou a sua liberal-democracia. O objetivo de ambos era o mesmo, exaltar o Estado Novo.

Ao longo de 1941 o jornal foi abandonando a sua postura paradoxal em relação aos Estados Unidos, e assumindo uma postura pró-americanista. A aproximação comercial e política da administração varguista com os Estados Unidos e o abandono das esperanças na realização de trocas comerciais imediatas com a Alemanha (devido ao seu bloqueio britânico), levaram o governo estado-novista a uma inclinação em favor dos norte-americanos. A Folha, como um órgão oficioso, seguiu o direcionamento estatal.

Porém, foi após o bombardeamento de Pearl Harbor e as declarações do presidente Vargas, acerca do posicionamento brasileiro ao lado dos norte-americanos, que a Folha se pôs, completamente, ao lado dos americanos. O editorial do dia 03/01/1942, intitulado "Solidariedade", destacou como todas as classes sociais estavam unidas em um sentimento de solidariedade aos vizinhos americanos. O artigo "A definição brasileira", de Agamenon Magalhães, publicado no dia 4 do mesmo mês, enfatizou essa mesma solidariedade e o posicionamento brasileiro ao lado dos EUA.

Os americanos passaram a ser expostos como os generosos amigos/aliados do Brasil, que estavam a lutar contra a crueldade e opressão dos regimes nazi-fascistas. A simpatia, anterior, do jornal, pelas ideologias totalitárias da Europa foi abandonada[97] em prol de uma campanha combativa contra o eixo e os seus ajudantes nacionais, a quinta coluna.

[96] Cf. MAGALHÃES, Agamenon. "O poder e as crises na America". Folha da Manhã, Recife, 26/05/1938.
[97] Um exemplo disso foi a adoção de um tom acusatório acerca de como os alemães tratavam os judeus (ver: "Recebida, com simpatia, a declaração conjunta contra o extermínio dos judeus". Folha da Manhã. Recife, 19/12/1942).

Fig. 14 – Propaganda contra a quinta coluna.
Fonte: Folha da Manhã. Recife, 16/10/1942. –APEJE.

3.2 Diário de Pernambuco: uma trincheira contra o Estado Novo e em defesa dos EUA.

Diferentemente da Folha da Manhã, que era um periódico oficioso, o Diário de Pernambuco é reconhecido pela luta que travou contra o sistema instaurado em 10 de novembro de 1937. A historiadora Lêda Maria Rivas Rios, na sua dissertação de três volumes (1988), onde analisa a atuação desse periódico durante a Segunda Guerra Mundial, chama o DP de trincheira contra a ditadura varguista (RIVAS; p.15) e acrescenta:

> O Diário de Pernambuco foi, apenas, um jornal no Estado. Um Jornal, entretanto, que se concedeu o direito de falar pelos anseios populares, que hostilizou frontalmente as pregações do Estado Novo, que ergueu a bandeira da redemocratização, confundindo-a com o estandarte dos ideais libertários pelos quais lutavam os Aliados nos diferentes fronts (Idem; p.14).

Apesar da predominância de uma imprensa adesista ao regime[98], por

[98] De acordo com Marialva Barbosa (2007), a coalizão da imprensa com o estado é refletida na própria relação do jornalismo do Rio de Janeiro –então capital– com o governo de Getúlio, onde apesar do desejo explícito do estado em fazer uso dos meios de comunicações para doutrinar o público, considerado como massa, não houve

cooptação ou por medo, o Diário resistiu ao regime, mesmo sofrendo com uma constante censura e seus jornalistas sendo alvo de investigação do D.O.P.S. – Delegacia de Ordem Política Social, responsável por crimes de ordem política e social, com o poder de agir como polícia preventiva (SILVA, 1996). Juntamente com a Faculdade de Direito de Recife, formou os polos locais de apoio pela redemocratização do país (RIVAS; op.cit. p.51).

Aníbal Fernandes[99], o redator-chefe e também diretor do jornal, era admitidamente francófilo e *"dirigindo o pensamento político do Diário, não admitia os "neutros""* (Idem. P.177), torcendo, desde o início da guerra, pela vitória dos aliados[100]. Quando a França foi invadida pela Alemanha, Aníbal Fernandes declarou na sua coluna "Cousas da Cidade" que o momento era de luto, oração e espera, pois se esperava que a França se reerguesse na sua glória. Aníbal destacou:

> O dia de hoje, outrora, era o da festa nacional francesa. Agora, é apenas o do recolhimento, da oração e do luto... Por isso, em toda a parte onde esse nome "França" é um símbolo, no dia de hoje se pensa, com emoção, nos que morreram por ela na crença de que ela sairia vitoriosa.
>
> Neste 14 de julho de 1940, a Marselha está muda. Não chegou o dia da glória, o que não quer dizer que não chegue ainda....
>
> Das profundezas do abismos, sobem as preces para Deus. Todos nós que amamos a França, esperamos que ela ressurja, esplêndida de glória, nos 14 de julho do futuro. ("O 14 de julho", Cousas da Cidade. Diário de Pernambuco, Recife, 14/07/1940).

Todos que amavam a França, inclusive o autor do artigo, deveriam fazer preces para Deus restaurar a antiga glória do país. Esse posicionamento pró-aliado do jornal era confirmado pelo anglofilismo de Assis Chateaubriand, dono da cadeia dos Diários Associados, instituição proprietária do DP. Chateaubriand se opunha ao Estado Novo e a centralização promovida por Vargas, defendendo uma liberalização da economia e a injeção

---

uma escusa por parte dos dirigentes das principais publicações da cidade acerca de fazer uma aliança com estado. Barbosa alega que apesar do fechamento ou perseguição de alguns periódicos, as proximidades e convergências entre os homens de governo e os homens de imprensa eram mais abundantes.

[99] Bartolomeu Macedo (repórter do DP durante a guerra) afirma em entrevista fornecida a Lêda Rivas que Aníbal Fernandes, em conjunto com Mauro Mota, era quem tinha mais destaque no combate a ditadura varguista (RIVAS, OP.CIT. P. 622).

[100] De acordo com a maioria das entrevistas feita por Rivas, para a sua dissertação de mestrado, acerca da atuação do Diário durante a Segunda Guerra, às figuras da época como: intelectuais, escritores, jornalistas, estudantes, e políticos, estando entre os entrevistados personalidades intelectuais como Gilberto Freyre e Manuel Correia de Andrade, o personagem mais atuante em favor dos aliados e contra o Estado Novo foi Aníbal Fernandes. Assim, o Diário de Pernambuco, dirigido por Aníbal, era o jornal mais combativo contra a ditadura varguista e os regimes nazifascistas (RIVAS; op.cit. 3º Vol. VI parte, anexos, 548-649).

de capital estrangeiro[101], assumindo um posicionamento, nitidamente, favorável às democráticas nações aliadas. No artigo "A França Immortal", Chateaubriand exaltou a França, ressaltando seu heroísmo eterno e seu espírito de sacrifício que a levantavam contra a tirania dos regimes totalitários que ameaçavam a Europa. Lê-se:

> Na Europa, reação e liberdade não se encontram jamais. E quando se acham face a face é de gládio em punho. Contra a tirania e o poder da força organizada, a França levanta o antemural do seu heroísmo eterno. A página que os franceses escrevem neste momento é uma epopéia de bravura e de espírito de sacrifício que reúne a humanidade em torno a si tanto pelo sentimento como pela decisão que a todos anima de viver uma existência livre, de reger os próprios destinos, é a muralha que a França ergue às hostes que, nesta guerra, já destruíram a integridade de três Estados. O que faz o perigo de um triunfo totalitário é que ele se torna mesmo incompatível com a independência dos outros países. Empreendendo a dominação da Europa continental à sua hegemonia, os totalitarismos fazem taboa rasa da igualdade de direitos, que é o fundamento jurídico da sociedade internacional (CHATEAUBRIAND, Assis. "A França Imortal". Diário de Pernambuco, Recife, 12/06/1940).

A França lutava por si e por toda a humanidade ao defender a liberdade, a igualdade, o direito de autogoverno, enfim, os fundamentos jurídicos sobre os quais repousavam a sociedade internacional. Os regimes totalitários eram uma ameaça aos países europeus que eles pretendiam conquistar e a todos os continentes, pois suas ações rompiam a ordem internacional em que repousavam as divisões e os direitos das diferentes nações[102].

É interessante se perceber a quantidade de notícias propagandeadoras da superioridade militar dos países aliados[103] e da justeza de suas lutas. Em três de julho de 1940, o Diário publicou um artigo escrito pelo militar britânico Frederick Palmer, o qual declarava que mesmo com a deserção francesa, a vitória inglesa era possível. A primeira página, do dia nove de julho de 1940, narrou as "Enormes perdas causadas às forças

---

[101] Apesar de Chateaubriand ter apoiado a candidatura de Vargas em 1929, bem como a Revolução de 1930 ,que foi liderada por Getúlio, já, em 1932, Chateaubriand rompeu com o presidente do Brasil, e, um pouco mais tarde, junto com um grupo dissidente de políticos varguistas, ele pediu pela reconstitucionalização do país (cadernos de comunicação. Getúlio Vargas e a imprensa. 2004).

[102] A primeira página do DP do dia 18 de novembro de 1937 chama a atenção para uma revelação de um senador americano acerca da conclusão de uma aliança nipo-italo-germânica de fins militares para a conquista e divisão de todas as zonas importantes do mundo.

[103] O artigo "Em poder dos Russos" fala sobre como uma grande quantidade de víveres que seria enviada à Alemanha estava agora nas mãos dos Russos ("Em poder dos Russos". Diário de Pernambuco, Recife, 02/07/1940.). No dia 24 de novembro de 1937 o DP publica um artigo referindo-se aos problemas exteriores enfrentados pelo Reich ("Os problemas exteriores do Reich". Diário de Pernambuco, Recife).

motorizadas alemães pela R.A. F" [104].

Entre o mês de julho e agosto de 1940, o jornal Diário de Pernambuco dedicou, na última página de algumas edições, uma folha inteira às condições do Império Britânico durante a guerra. Esta era composta, principalmente, por fotografias acompanhadas de um pequeno artigo sobre: "O poder defensivo das ilhas britânicas" (DP. Recife, 02/07/1940), "Os que cooperam na defesa da Grã Bretanha" (DP. Recife, 09/07/1940), "O Imperio Britannico unido para a resistencia" (DP. Recife, 25/07/1940), e "O poder aereo e maritimo da Inglaterra" (DP. Recife, 14/08/1940). Algumas dessas páginas foram repetidas mais de uma vez.

[104] Este é o título da notícia.

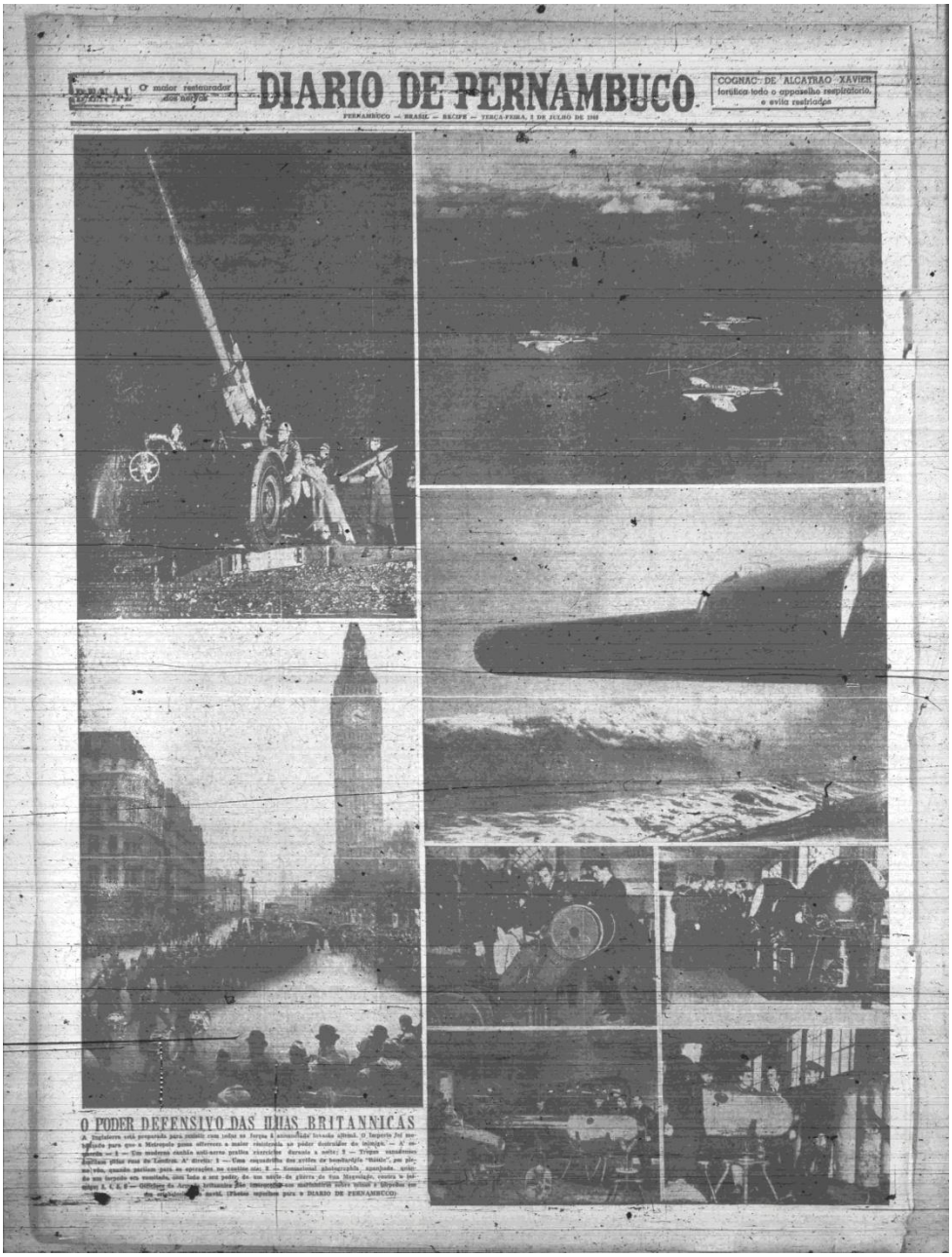


Fig.15 – Página dedicada a mostrar o poder defensivo da Inglaterra.
Fonte: DP. Recife, 02/07/1940 - FUNDAJ

Em contraposição a maneira positiva como eram representados os aliados, existia uma variedade de notícias acusatórias sobre os motivos usados pela Alemanha e Itália para a deflagração da guerra. No editorial do dia 24/09/1938, "A grave situação da Europa", a Alemanha foi acusada de ter um apetite insaciável e de fazer exigências territoriais absurdas que anulavam os esforços desesperados da Inglaterra para manter a paz mundial. Em "Uma nova etapa da guerra", editorial de 11/06/1940, o dia da entrada da Itália na guerra é chamado de *"uma pedra negra na história da humanidade"*. Segundo o colunista, a

bandeira levada pelos italianos à guerra não era cristã, mas feita de um símbolo estranho que estava a guiar o avanço dos *"novos bárbaros"*. O símbolo do fascismo, sob o qual os soldados italianos eram liderados, não merecia sequer ser classificado, sendo apenas chamado de estranho.

A simpatia do Jornal, para com os aliados, evidenciou-se, de forma definitiva, em dezembro de 1942, quando Aníbal Fernandes fixou na redação do periódico um retrato de Winston Churchill. Diante da fotografia, ele fez um discurso chamando o primeiro ministro britânico de *"símbolo da reação contra a tirania e uma bandeira de todos os grande ideais dos homens livres"* (RIVAS; op.cit. p.180).

Entre os países pertencentes ao bloco dos aliados, o jornal dispensou uma especial atenção e simpatia aos Estados Unidos. No artigo "A liberdade da América", Austragesilo de Athayde narra como o dia da independência dos EUA é comemorado pelos americanos através de manifestações ruidosas e transbordamento de alegria. Segundo Athayde, o dia da independência americana é uma data universal, pois *"Todos os povos colheram algum benefício, direto ou indireto, do advento dos Estados Unidos como nação livre"* (ATHAYDE, Austragesilo "A liberdade da América". DP, Recife, 03/07/1940). Além do mais, foi a independência americana que abriu as possibilidades para as demais nações da América se tornarem livres, fazendo do sentimento de liberdade a base da união pan-americana.

Em "Roosevelt e as eleições americanas", editorial de 14/07/1940, o presidente dos EUA foi exaltado como um grande homem e estadista. De acordo com o artigo, Roosevelt retirou o país da *"prostação econômica e desânimo moral"*. Todavia, o presidente americano não era louvado somente pelo que fez no âmbito interno, mas, também, por suas ações no campo internacional. O jornalista chama a atenção para o fato de que dentro da sua admirável política de boa vizinhança Roosevelt *"aboliu a emenda Platt, reviu tratados, recusou o apoio a manobras plutocratas e imperialistas e em todas as relações com os países mais fracos e desarmados, pôs acima de tudo a boa fé, a lealdade e a sinceridade*" ("Roosevelt e as eleições americanas". Editorial, DP. Recife, 14/07/1940), ações que deram um novo significado ao pan-americanismo. A administração Roosevelt era responsabilizada pelas transformações positivas dentro dos EUA e nas relações deste país com a América Latina.

Esse favorecimento dos Estados Unidos pelo Diário pode ser atribuído a alguns fatores. A maioria das notícias internacionais, transmitidas pela cadeia dos Diários

Associados, vinha da United Press,[105] agência americana que, devido a sua origem, tendia a elogiar os Estados Unidos. Além do mais, de acordo com Moura (1986), tanto a United Press como a Associated Press, ambas as agências norte-americanas transmissoras de notícias para o Brasil, atuavam, em conjunto, com o OCIAA, na difusão de notícias que exibissem os EUA, como o reino da democracia e liberdade. Porém, tratando-se dos artigos discutidos, estes não foram publicados em um período de atuação do OCIAA. Os seus tons pró-americanos eram, mais facilmente, explicados pela assimilação dos jornalistas do DP das teorias presentes nas notícias provenientes dos EUA.

Outro, possível, fator para a parcialidade do jornal em relação aos norte-americanos era a postura do dono dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, que se mostrava contrário aos posicionamentos autoritários e centralistas do governo Vargas. Como os Estados Unidos era, à época, o exemplo mais divulgado de um governo liberal-democrata, talvez, os muitos elogios feitos àquele governo possam ser tomados como uma espécie de críticas não explícitas ao regime estado-novista. Durante o governo instaurado com o golpe de 1937, a censura empregada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda era tão forte que nenhuma crítica direta ao governo poderia ser publicada, se isto ocorresse, os redatores dos jornais responderiam diretamente por elas.

Só restava ao periódico o uso das entrelinhas para tecer críticas ao sistema em vigor[106]. Uma exemplificação disto pode ser notada no esquecimento proposital do Diário em citar o nome do interventor em notícias sobre os acontecimentos locais. Ao se fazer referências sobre as pessoas presentes em determinadas solenidades, o jornal mencionava somente o cargo e não o nome do governador (RIVAS; op.cit. p. 95).

O tom pró-americanista do Diário de Pernambuco, ainda, pode ser ressaltado na sua defesa vigorosa em favor do desenvolvimento no Brasil de uma política mais intensamente pan-americanista, tendo os EUA como o porta-voz desse movimento. Os

---

[105] Segundo Bandeira (op.cit), a United Press (UP) e a Associated Press (AP) monopolizavam o noticiário do exterior para o Brasil desde a década de 20. Moura (op.cit), entretanto, acredita que este monopólio só se efetuou durante os anos 40. Em se tratando da imprensa recifense foi percebido que no Diário a maioria das notícias do exterior era transmitida pela UP desde o período inicial desta pesquisa, ou seja, desde 1937. Todavia, esse Jornal ainda publicava notícias de outras agências estrangeiras, como a AP (agência americana), e a Havas (agência francesa). Já a Folha recebia, entre os anos de 1937 e 1942, notícias internacionais da Reuters (cuja sede era na Inglaterra), e em menor quantidade notícias da Havas.

[106] O trecho, abaixo, da entrevista de Luis Souto Dourado concedida a historiadora Lêda Rivas (op.cit. p.95) fala sobre a censura no jornalismo de Pernambuco e a possibilidade de tecer críticas ao regime somente nas entrelinhas: "Só se publicava aquilo que representasse o interesse do governo submetendo-se diariamente a matéria à apreciação da agência local do Departamento de Imprensa e Propaganda. Havia, no entanto, uma virtual discordância entre a opinião pública e as tendências totalitárias do governo; um desencontro permanente. Só um jornalismo escrito nas entrelinhas podia chegar ao leitor, e só os jornalistas mais capazes e, sobretudo, corajosos, eram capazes de exercer essa espécie de jornalismo.",

Estados Unidos eram tratados, pelo jornal, como o símbolo da liberdade e da democracia, ambas proclamadas como traços conectivos das repúblicas americanas.

No artigo intitulado "Solidariedade americana", editorial de 23/07/1940, o discurso apresentado por Cordell Hull à Conferência Pan-americana de Havana foi compreendido como uma *"incisiva expressão de solidariedade continental diante das ameaças que se levantam ou, pelo menos se esboçam, contra os ideais de vida e os valores de cultura comuns às nações desta parte do mundo"* ("Solidariedade americana". Editorial DP. Recife, 23/07/1940). Mais adiante, o autor declarou que a solidariedade apregoada pelo secretário de defesa dos EUA se baseava *"no espírito, na tradição e no gosto de liberdade, de que a America é hoje o grande reduto"* (Idem). Ou seja, o artigo expõe o continente americano como unido pelos mesmos ideais, valores culturais e tradições. A América era uma só, e estava a lutar contra as ideologias que ameaçavam a liberdade. O pan-americanismo era, assim, a união de repúblicas que encontravam *"na liberdade de ação nacional e no respeito à dignidade da pessoa humana"* a base para seu desenvolvimento e para sua defesa contra qualquer ameaça (Idem).

Como já foi exposto no segundo capítulo, para Gerson Moura, não existia valores comuns entre a civilização latino-americana e a estadunidense. Foi esse conhecimento, por parte do governo dos EUA, que o incentivou a criar um projeto de um pan-americanismo fundado *"em ideais comuns de organização republicana, na aceitação da democracia como um ideal, na defesa da liberdade e dignidade do indivíduo, na crença na solução pacífica das disputas e na adesão aos princípios de soberania nacional"* (1986; p.24). O pan-americanismo serviu para transmitir uma imagem de uma tradição histórica comum a todas as nações da América e produzir um sentimento de união. Partindo-se dessa análise, as considerações feitas, no artigo anteriormente citado, acerca do pan-americanismo, eram frutos de uma campanha bem sucedida produzida pelo governo dos Estados Unidos.

Defensor de uma política pan-americana, o Diário incentivou uma intensificação no comércio do Brasil com as demais repúblicas do continente, principalmente com os EUA. Em "Monroísmo Econômico", de 10/08/1938, artigo publicado por toda a cadeia dos Diários Associados, Christovam Dantas alegou que qualquer política comercial, feita pelo Brasil que não levasse, primeiramente, em consideração o incremento das atividades comerciais Brasil-EUA podia ser avaliado como imperdoável ou um desserviço à nação. Segundo Dantas, o comércio, entre as duas nações, era marcado pela amizade e solidariedade dos EUA para com o Brasil. Os produtos brasileiros, mais consumidos pelos americanos, estavam isentos de tarifas aduaneiras. Isenção esta que jamais foi realizada pelas

autarquias ditatoriais da Europa, as quais se preocupavam, somente, em aumentar seu poder em extensão e profundidade. No caso da efetivação de um relacionamento entre o Brasil e tais países haveria uma diminuição na venda dos produtos alimentícios, de extração e de matérias-primas.

Destarte, durante um período de disputa comercial entre a Alemanha e os EUA pelo mercado brasileiro em que as relações entre os Estados Unidos e o Brasil estavam inseguras, Chritovam Dantas afirmou ser de extrema importância para a sanidade e o crescimento da economia brasileira a continuação do comércio entre os Estados Unidos e o Brasil. É importante se ressaltar que os aspectos atribuídos pelo autor ao relacionamento Brasil-EUA, amizade e tradição, são aspectos considerados como a base do pan-americanismo.

O artigo "Nosso melhor cliente e melhor amigo", editorial de 03/07/1938, possui o mesmo tom do texto escrito por Chritovam Dantas, ou seja, os EUA eram proclamados como os maiores compradores dos produtos brasileiros e como o melhor amigo do Brasil no âmbito das relações internacionais. Segundo o editorial:

> Os Estados Unidos festejam amanhã o dia de sua independência. E essa data nacional americana é partilhada por todos os corações brasileiros.
>
> Aos Estados Unidos nos prendem velhos laços de verdadeira amizade. Serviram-nos as suas instituições de modelo logo após a liquidação do regime monárquico; e no sentido americano foi sempre orientada a nossa política exterior.
>
> Com os Estados Unidos praticamos o mais sincero pan-americanismo, e cultivamos um ideal de aproximação e de cordialidade continental que jamais foi interrompido. Pode-se dizer que nem um minuto nossas boas relações sofreram qualquer solução de continuidade. E hoje mais do que nunca nada nos separa da América. Dela estamos cada vez mais próximos e cada vez mais distante das querelas, das competições, das lutas e das rivalidades da Europa.
>
> É que na América residem os nossos interesses fundamentais...
>
> É por isso que as ideologias dos europeus não nos podem interessar. Não cogitamos de transplantar nenhum regime, nenhum sistema, nenhum corpo de doutrinas tomado em bloco, daquelas velhas nações...
>
> Com os Estados Unidos ligam-nos além de outras afinidades poderosas razões econ6omicas. O nosso maior amigo é também o nosso maior cliente...
>
> A um bom cliente e a um bom amigo, como os Estados Unidos, os olhos do Brasil serão sempre mais calorosos, num dia de festa nacional como o de amanhã.
>
> Num mundo que cada vez mais se acha em autarquia que perturbam comércio internacional e afetam a paz do mundo, os Estados Unidos é para o Brasil como que o prolongamento de uma mesma pátria. Filhos do mesmo continente, temos os mesmos destinos históricos, e por isso o 4 de julho é também uma data brasileira.

De acordo com o artigo, laços de amizade prendiam os dois países juntos. Ambos eram filhos do mesmo continente e estavam ligados historicamente desde a instauração da República, quando o Brasil adotou o modelo americano para as suas instituições. Se não bastasse tudo isso para unir as duas nações, ainda havia a questão da política exterior, os EUA eram o maior cliente do Brasil.

Não era, somente, no que dizia respeito à política e a economia que o Diário de Pernambuco tratava favoravelmente os Estados Unidos. A vida familiar e amorosa das estrelas de Hollywood, os produtos de beleza usados por elas, e seus trabalhos recebiam uma abordagem positiva. Os atores do cinema americano eram retratados como modelos de conduta e Hollywood era exposta como um lugar sério de trabalho.

O artigo intitulado "Bing Crosby exemplar chefe de família", de 18/11/1937, narrou como o ator Bing Crosby, *"desde os mais verdes anos um homem de trabalho"*, não descuidou de suas obrigações familiares após atingir o sucesso. O mundo do cinema americano foi representado como um lugar respeitável e sério, sendo Crosby um exemplo entre tantos outros.

Em "Como Madeleine Carrol que ensinava francez as meninas de Sussex se tornou artista em Hollywood" [107] e "Bette Davis antiga porteira de theatro" [108] os artistas de Hollywood foram mostrados como pessoas comuns que ao superarem obstáculos se tornaram extraordinárias. Essa superação atribuía valor e merecimento a posição de destaque alcançada e firmava as estrelas hollywoodianas como modelo.

O amor de uma collegial faz
GARY COOPER
procurar a gloria
Mas este idolo do cinema
é um amoroso timido

Fig.16 – Artigo sobre a estrela de cinema Gary Cooper.
Fonte: "O amor de uma collegial faz Gary Cooper procurar a gloria". DP. Recife, 12/12/1937 – FUNDAJ

[107] "Como Madeleine Carrol que ensinava francez as meninas de Sussex se tornou artista em Hollywood". DP. Recife, 12/12/1937
[108] "Bette Davis antiga porteira de theatro". Mundo de luz e som, DP. Recife, 14/11/1937.

O cinema exerce um papel atuante na disseminação de valores e padrões de comportamento[109]. A publicação do DP de constantes notícias sobre as estrelas de Hollywood contribuiu para a divulgação e interiorização da cultura americana[110]. Assim, o Diário de Pernambuco familiarizou o público recifense com os valores estadunidenses transmitidos pelo cinema, os quais davam importância à beleza, à fama, à juventude e à liberdade[111].

Fig.17 – Propaganda de filmes americanos.
Fonte: DP. Recife, 02/07/1939 – FUNDAJ.

O Diário de Pernambuco reservou, também, um espaço para propagandas de produtos americanos, cuja praticidade ou modernidade prometiam melhorar a vida do consumidor. Propagandas vendiam produtos que anunciavam, mas, também, o estilo de vida americano. O discurso da praticidade e da modernidade como fatores promotores da felicidade pode ser visto no discurso que acompanha a propaganda sobre "Fogões a oleo para

[109] Hortense Powdermaker dissertando sobre o poder do cinema destaca: "Quase todos os filmes, mesmo as comédias, tratam de certos problemas das relações humanas, e a maneira como uma glamourosa estrela do cinema resolve seus problemas pode influir no pensamento do povo sobre seus próprios problemas. Os filmes têm um realismo de superfície que tende a camuflar a fantasia e fazê-la parecer verdadeira. A premissa de que o cinema é antes de tudo uma diversão não fecha a questão. Todo lazer é educação em certo sentido, às vezes mais efetivamente do que as escolas, devido ao apelo às emoções mais do que ao intelecto" (POWDERMAKER APUD CICCO; 1979; p.48-49).

[110] Tota (op.cit. p.32) referindo-se sobre a influência da cultura norte-americana no Brasil através do cinema afirma que este fixava no imaginário dos brasileiros a figura do herói americano e findava por americanizar o país através do mercado.

[111] Tota (Idem, p.153) alega que o sucesso, a felicidade, a liberdade, e o charme eram valores constituintes do "American Way of life" o qual tinha seus estereótipos divulgados desde a década de trinta, mas, que só se tornou um paradigma durante os anos 40, principalmente devido a ação do OCIAA. Já Cláudio de Cicco (1979) apesar de também afirmar que a disseminação do americanismo só se efetuou de maneira maciça durante a década de 40, alega ser a base do estilo de vida americano: um sentido de praticidade, a exaltação da juventude, a crença da idade áurea americana se situar no futuro, a valorização do sucesso (mensurável através de termos materiais como riqueza, conforto e número de amigos) e etc.

casas de verão", promovida pelo Good Housekeeping Institute:

> É muito feliz a dona de casa que possui um dos novos tipos de fogão a óleo, esperando por ela na sua casa de campo. Em geral, as donas de casa, durante esse tempo em que a família goza as férias ainda se vê mais sobrecarregada de trabalhos porque tem que lidar com o preparo das refeições em fogareiros de lenha, ou aparelhos antiquados de óleo ou querosene.
>
> Esse fogões a óleo modernos, oferecem todo o conforto tendo uma superfície ao lado das bocas, onde se pode preparar os pratos como se fosse uma mesa de serviço, exatamente igual aos fogões elétricos mais aperfeiçoados. (...) (KENDALL, Hellen; CLARK, Audrian. "Fogões a oleo para casas de verão". DP, Recife, 1940).

A ideia da extensão material medir a felicidade estava inserida dentro do progressivismo, o qual de acordo com Antonio Pedro Tota, é o componente ideológico mais importante do americanismo. O progressivismo louva o avanço tecnológico e científico e toma a generalização do consumo como um meio eficiente de se garantir a paz e a felicidade social. Ele ainda se baseia numa ordem crescente, *"trabalhar, produzir, ganhar dinheiro e consumir"* (TOTA. op. cit. P.21), sendo a possibilidade de consumo o ápice da felicidade pessoal, social e estatal. As propagandas dos produtos estadunidenses vendiam a ideia de que o sonho americano de sucesso, felicidade, e liberdade seriam alcançados através da aquisição dos eletrodomésticos, dos carros, dos produtos de beleza, entre outras coisas.

O DP atuou, conjuntamente, com outros meios de comunicação, como a exibição de filmes hollywoodianos e a apresentação de músicas americanas pelas rádios, na divulgação de ideologias americanas, o que facilitou a atuação do subcomitê recifense do OCIAA[112]. Este era o órgão do governo de Washington responsável pela americanização da América Latina e *"encarregado de estudar a cultura local para melhor adequar seus produtos além de realizar pesquisas e fazer balanços a respeito do sucesso dos trabalhos, comunicando quaisquer "perigos" e "desvios" da ordem desejada"* (ARRAES; 2009).

Outro fator importante para a americanização do Recife foi o estabelecimento nesta capital de tropas americanas por motivos estratégicos de guerra.[113] Dissertando acerca

[112] Em Recife, o subcomitê de apoio do OCIAA foi instalado em 1943. De acordo com Arraes, ele tinha uma participação ativa na vida social do Recife, trazendo inclusive celebridades do cinema americano para cá, e utilizando os portos dessa cidade como um ponto importante de chegada dos produtos estadunidenses.

[113] Sobre a influência das tropas americanas no processo de americanização do Recife, Arraes (op.cit. p.103-104) declara: "A instalação de quartéis e bases aéreas aliadas sob comando dos Estados Unidos em Recife, onde ficava aquartelado o comandante das operações aliadas para o Atlântico Sul – além de em outras cidades

da presença americana em Recife, Rivas afirma:

> A cidade parece ter-se acostumado a esta nova invasão loura. Os americanos estavam presentes em toda parte: nos bares, nas praias, nas lojas, nos centros de diversão, nas instituições culturais. eram vistos de mãos dadas com moças pernambucanas, passeando na Rua Nova ou no Cais da Rua da Aurora, namorando a luz do luar de Piedade, ou à sombra dos Flamboyants e acácias das nossas praças. Tentando se fazerem entender entre as garçonetes e comerciárias. Perdidos no urbano, como se tivessem extraviados nas avenidas novaiorquinas (op.cit. p.299-300).

Esse contato direto dos recifenses com os americanos produziu mudanças significativas. As sociabilidades e a cultura local foram alteradas[114]. O inglês passou a ser segunda língua predominante, substituindo o francês.[115] Bares, prostíbulos, e hotéis preferiam clientes americanos ao invés dos brasileiros, pois era mais lucrativo se receber em dólar.[116] As mocinhas de boa família como convidadas constantes e exclusivas dos USOS (Organizações de Serviços Unidos, as quais atuavam como ponto de encontro de oficiais e soldados americanos), familiarizaram-se com os valores americanos, quando não fizeram mais, já que muitas engravidaram ou se casaram com os soldados[117].

O Diário, tendo à frente Aníbal Fernandes e o jornalista Paulo do Couto Malta, posicionou-se favorável tanto a essa presença americana, como a um maior estreitamento das relações entre o Brasil e os EUA. Os Estados Unidos eram mostrados

---

vizinhas, como em Natal e na Ilha de Fernando de Noronha – também seria um fato significativo, uma vez que a cidade passou a ter em seu círculo social a presença dos soldados estadunidenses. Estes, muitas vezes inseriam-se nos itinerários de sociabilidade local, misturando-se com os recifenses e com eles aprendendo a conviver no cotidiano da cidade e também deixando suas contribuições, modificando esses itinerários e o cotidiano".

[114] O Boletim da cidade e do Porto do Recife de 1943 relatando os acontecimentos mais importantes da cidade, menciona os seguintes eventos que se relacionam diretamente com a presença americana em Recife: vinda do Almirante Jonas Ingram, comandante da Frota Americana do Atlântico, para fazer uma inspeção nas atividades da Força do Atlântico sul; inúmeras comemorações pelo dia 4 de julho americano; e uma exposição acerca dos "Aspectos da vida americana", realizada sobre o patrocínio do OCIAA em colaboração com a Diretoria de Documentação e Cultura.

[115] "O primado da língua inglesa no Recife, sobre os demais idiomas estrangeiros, é hoje um fato incontestável. O garoto da rua vai se desembrulhando para tratar com o marinheiro; o chofer de praça sabe ao menos dizer o quanto custa a corrida do carro; o garçom do café e do restaurante consegue comunicar-se com o cliente e dizer-lhe os pratos do dia. (...) Às vezes, num ônibus de Boa Viagem, ouve-se falar tanto o inglês que se quisermos transmitir a alguém um segredo teremos de dizê-lo em português. Esse é um dos aspectos curiosos do Recife em guerra. Até nos colégios, os alunos se interessam muito mais pelo estudo da língua inglesa do que por qualquer outra língua estrangeira. As revistas que se vêem na rua são as que nos vêm de Nova Iorque…" (FERNANDES, Aníbal. DP, Recife, 04/08/1943.).

[116] RIVAS. Op.cit. p.302

[117] De acordo com Rivas (Idem, p.314), um censo realizado pelo DP, em dois cartórios da cidade, mostrou que entre 1943 e 1944 foram realizados 40 casamentos entre soldados americanos e moças brasileiras.

como a melhor opção para o futuro do país. Os americanos instalados no Recife, bem como os seus clubes e outras organizações, eram retratados de modo favorável. O artigo "Compreensão americana", de Aníbal Fernandes, expõe tal parcialidade:

> Vejo que se vai formando uma sólida amizade entre brasileiros e americanos. Em pouco tempo fizemos aqui duradouras simpatias. As organizações USO compreendem outras atividades, artísticas, educacionais e sociais. Não se trata de nenhum imperialismo (os nazistas sempre exploraram muito o que eles chamavam 'imperialismo' americano) mas de apertar os laços de camaradagem, de boa vizinhança, de vontade de cooperar e de servir. Não há que temer esses contatos, que dão ao nosso povo uma compreensão mais nítida e mais saudável da vida." (FERNANDES, Aníbal. "Compreensão americana". DP, Recife, 29/06/1944).

O redator chefe do Diário dizia não haver imperialismo dos EUA para com o Brasil, mas, apenas, um relacionamento saudável entre ambos, com ganhos particulares para o povo brasileiro, pois este aprendia a ter uma compreensão mais larga da vida. Essa bandeira, em prol dos americanos, foi levantada por Couto Malta, um assíduo frequentador dos clubes e festas norte-americanas que mostrou, através de uma série de artigos, sobre a vida social dos soldados e oficiais dos EUA, uma representação positiva desses novos visitantes. Em "Americanos num Moonlight Party", de 01/11/1942, pode-se ver a tendência pró- americanista desse jornalista:

> A presença de norte-americanos no Recife, cujo número e qualidade crescem à medida que a política de boa vizinhança deixa de ser tratado para ser 'fato', tem trazido à fisionomia da cidade sensíveis alterações de ordem mundana, mormente ao mundanismo considerado em suas afinidades com a nossa capacidade de diversão. Essa influência pode ser notada nas praias, nos clubes e nas ruas, mas onde mais se acentua é na maneira de vestir... mas onde terminará o começo da moda (que entre nós principia quando nos outros acaba), agora, que os "yankees" estão andando de calção curto? Não se afira, porém, daí, que eles vieram ao Recife ensinar aos nativos como devem se vestir nos trópicos, nem que queiram 'miamizar' o Recife, criar entre nós uma natureza especial com recursos artificiais. Andando, assim, os norte-americanos cedem aos costumes de se adaptarem ao ambiente e não se adaptarem aos costumes, o que é cousa muito diferente. Porque, nossos costumes contrariam a natureza.
>
> Um simpático médico do Hospital Knox – na verdade um dos mais encantadores homenzinhos deste mundo – o dr. Ross Herald, me dizia, outro dia, que a causa da maioria das afecções da pele, entre nós, era devido ao excesso de carne, 'à feijoada em particular', adiantou-me e 'às variantes de pratos onde a carne é o alimento básico'.

> Mas esse ‘espírito de satisfação’ dos americanos eu só o pude constatar cabalmente na segunda-feira última, em piedade, no transcurso de um ‘party’ ao luar.... (MALTA, Paulo couto. “Americanos num Moonlight Party”. DP, Recife, 01/11/1942).

A presença estadunidense em Recife era quantitativa e qualitativa. Os americanos ensinavam aos brasileiros a adaptação dos costumes aos ambientes, o que evitava o erro comum dos nativos de contrariarem a natureza. As atitudes dos americanos não eram, somente, baseadas em um bom senso. Elas tinham o aval da ciência, no caso, do Dr. Ross que anunciava como o costume brasileiro de comer alimentos pesados, em um clima tropical, era prejudicial. Assim, o texto acima expõe apenas aspectos positivos dos americanos, bom senso, espírito científico e de satisfação. Com tantas qualidades, a convivência dos americanos com os recifenses só poderia trazer benefícios.

Nem todos enxergavam somente as benesses dessa convivência. Mauro Mota, um dos integrantes da equipe do Diário e de acordo com Hélio José Pinto – à época jornalista do DP – o responsável juntamente com Aníbal Fernandes pela orientação política do jornal[118]·, no seu “Boletim Sentimental da Guerra no Recife” [119] narrou como os soldados americanos seduziam mulheres “ainda meninas” através de presentes vindos dos EUA e de falsas promessas sobre um futuro de sonho em Hollywood. As altas qualidades morais do povo americano, exaltadas por Couto Malta e Aníbal Fernandes, não são apresentadas pelo poeta, somente a dor, a angústia e o abandono de meninas que precisavam esconder a gravidez da família:

> Meninas, tristes meninas
> De mão em mão hoje andais
> Sois autênticas heroínas
> Da guerra, sem ter rivais
> [...]
> Tínheis de quinze a vinte anos
> Tipos de colegiais
> Diante dos americanos,
> [...]
> Iniciou-se então a fase
> De treino e convocação
> [...]

[118] Hélio José Rôla Pinto em entrevista concedida a Lêda Rivas (op.cit. p. 561) referindo-se a direção do DP afirma: “Importantes mesmo só havia Aníbal e Mauro, que conduziam a orientação política do jornal e que estavam constantemente a atender chamados da Polícia Política da época”.

[119] Este foi escrito especialmente para o Boletim da cidade e do Porto do Recife, o qual retratava as atividades realizadas na cidade entre os meses de janeiro e junho de 1943, mas, que só foi publicado em 1945.

Dentro de menos de um mês,
Sabíeis falar inglês.
E os presentes?
Eram vossa tentação.
Cousas que causavam aqui
Inveja e admiração.
Bolsas plásticas, a blusa
De alvas rendas do Hawai,
Bicicletas made in USA
[...]
E as promessas? As promessas
Eram vossa sedução.
Acreditáveis que elas
Não eram mentira, não.
Um "frazer"no aniversário,
Passeios de "Constellation",
Num pulo alcançar Miami,
Almoçar na Casa-Branca,
[...]
com tanto "it"e juventude
poderíeis ganhar,
ser estrelas de Hollywood,
[...]
ingênuas meninas grávidas,
o que é que fostes fazer?
[...]
saíste do pediatra para o ginecologista.
"Babies" saxonizados
que só mamam vitaminas
[...]
Meninas, tristes meninas,
Vossos dramas recordai,
Quando eles no armistício
Vos disseram "Good bye"
Ouvireis a vida toda
A ressonância do choro
Dos vossos filhos sem pai[120].

O poema revela um poeta entristecido pelos frutos da convivência entre brasileiros e americanos. Crianças sem pai, "babies saxonizados", que ao invés de mamarem leite, só tomavam vitaminas, foram os resultados da presença norte-americana. A americanização havia ocorrido, as meninas brasileiras sonhavam "o sonho americano", pensavam na Casa Branca e Miami, e desejavam os produtos made in USA.

Uma observação interessante é a de que o "Boletim Sentimental da Guerra no

[120] "Boletim Sentimental da Guerra no Recife". Fonte: Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife."Boletim da cidade e do Porto do Recife". jan-jun 1943, vl. 7-8. 1945. – Acervo de Obras Raras da FUNDAJ. Para ler o poema completo ver anexos.

Recife" foi dedicado ao jornalista Paulo do Couto Malta. Este era um pró-americanista fervoroso e frequentador assíduo de círculos americanos. Era a dedicatória do poema uma ironia, já que Malta nos seus artigos sobre os americanos só proclamava as suas virtudes? É provável.

3.3 Jornal do Commercio: germanófilo ou neutro?

Um dos jornais de mais difícil análise é o Jornal do Commercio. Fundado, em 1919, pelos irmãos Pessoa de Queiroz, que mais tarde criaram o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, este periódico por se opor aos revolucionários de 1930, teve a sua sede invadida, toda a sua maquinaria quebrada, e seu diretor (Francisco Pessoa de Queiroz) exilado na Europa, só voltando a ser reaberto em 1934. Com a instauração do Estado Novo, em 1937, o jornal continuou a sofrer a censura, que era praticada, pessoalmente, pelo próprio interventor.

O Commercio teve um discurso que se apresentou, de modo geral, como contido e conciliatório. Quando tecia elogios, estes eram feitos timidamente. Assim, é difícil avaliar se a linha editorial tinha uma parcialidade frente aos aliados ou aos eixistas. Enquanto a Folha se dedicava mais as matérias locais e no espaço reservado as notícias internacionais abordava uma temática principalmente concernente aos países do eixo; e o Diário se preocupava com assuntos do âmbito internacional, retratando com destaque os EUA e os países aliados; o JC trata de questões nacionais e internacionais, abordando nas últimas regimes totalitários e liberais com idêntica ênfase, pelo menos aparentemente.

Se na primeira página de uma edição eram exaltadas notícias sobre a indústria automobilística da Alemanha[121], sua economia[122], ou seus costumes[123], na mesma página poderiam também ser destacadas notícias sobre o poder da Inglaterra[124], a política democrática de Roosevelt[125] e o progresso e o comércio americano[126]. No dia 02/07/1938, por

[121] "Fabricação de automóveis populares". JC, Recife, 01/07/1938.
[122] "Potencial econômico da Allemanha". JC, Recife, 11/07/1940.
[123] "Costumes de anno bom, na Allemanha". JC, Recife, 25/01/1939.
[124] "Analyse da situação nas duas frentes de batalha na Europa". JC, Recife, 15/09/1939.
[125] "Com a educação das massas, a democracia há de triumphar" JC, Recife, 02/07/1938.
[126] "Arterias do commercio e do progresso". JC, Recife, 18/01/1939.

exemplo, o jornal relatou um dos maiores acontecimentos dos desportos alemães[127], e o discurso de Roosevelt sobre como a educação das massas levaria as democracias à vitória, já que os países totalitários estariam destinados ao retrocesso por destruírem universidades e expulsarem eruditos[128].

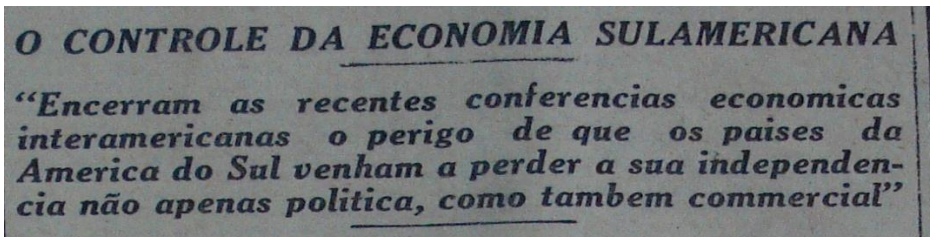
O Jornal do Commercio dedicou espaço tanto para países totalitários como a Alemanha como para países liberal-democratas como a Inglaterra e os EUA. Os assuntos mais focados eram os concernentes as duas principais potências desses regimes antagônicos, no caso a Alemanha e os Estados Unidos. Inclusive, a maioria das notícias do estrangeiro publicadas pelo JC provinha de uma agência norte-americana, a Associated Press, e de uma agência alemã, a Transocean, ambas tendentes a retratarem seu país de origem de maneira parcial. Tanto a Transocean como a AP tinham suas notícias destacadas de uma maneira, aparentemente, equânime pelo Commercio.

Seguindo essa linha de publicação de assuntos relacionados a países possuidores de ideologias tão diversas como os EUA e a Alemanha, o JC emitia notícias desfavoráveis e favoráveis a esses países. Ora se publicava um artigo sobre o apoio norte-americano às demais nações da América, como o transmitido pela Associated Press acerca de um plano de Washington para ajudar as economias sul-americanas a evitarem a dominação exista[129], ora se transmitia um artigo da Transocean sobre a crença em alguns círculos de Berlim de uma intenção dos Estados Unidos em conquistarem toda a América do Sul.[130] E, ao mesmo tempo, em que se publicava uma notícia da Transocean que desmentia planos de invasão da América pelo Reich[131], outra notícia sobre uma infiltração ideológica nazista na América do Sul, que seria perniciosa aos nacionalismos locais, era também expedida[132].

Assim, os Estados Unidos eram tanto representados pelo seu próprio discurso de guardiães da democracia, como eram retratados pelo discurso de serem gananciosos e terem sonhos imperialistas em relação à América Latina. Com a Alemanha acontecia a mesma coisa, a imagem produzida pelo governo hitlerista de uma Alemanha vitimizada pelas nações vencedoras da Grande Guerra era transmitida pelo periódico, bem como o seu oposto divulgado pelos EUA e as outras repúblicas democráticas – a imagem de uma Alemanha

[127] "Festa de educação physica, em Breslan". JC, Recife, 02/07/1938.
[128] "Com a educação das massas, a democracia há de triumphar" JC, Recife, 02/07/1938.
[129] "Governo de Washington estuda um plano para comprar, em larga escala, productos dos paises sulamericano". Ultima Hora, Informações telegráficas. JC, Recife, 03/07/1940.
[130] "O controle da economia sulamericana". JC, Recife, 14/08/1940.
[131] "Ninguem, na Europa, muito menos a Allemanha, declarou Goering, pensa na invasão da America do Norte ou do Sul". JC, Recife, 04/08/1940.
[132] "A influencia do Reich na America do Sul". JC, Recife, 06/07/1938.

insaciável com desejo de dominar o mundo. Essa atitude por parte do Jornal findava por atribuir-lhe um ar de neutralidade frente às diferentes ideologias políticas e regimes e em relação à própria guerra europeia.



O CONTROLE DA ECONOMIA SULAMERICANA

"Encerram as recentes conferencias economicas interamericanas o perigo de que os paises da America do Sul venham a perder a sua independencia não apenas politica, como tambem commercial"

Fig.18 – Artigo sobre uma possível intenção dos EUA em conquistar os países da América do sul, especialmente o Brasil.
Fonte: "O controle da economia sulamericana". JC, Recife, 14/08/1940. – FUNDAJ

NINGUEM, NA EUROPA, MUITO MENOS A ALLEMANHA, – DECLAROU GOERING – PENSA NA INVASÃO DA AMERICA DO NORTE OU DO SUL

Fig. 19 - Declaração de um marechal alemão sobre a falta de interesse do seu país em invadir o continente americano.
Fonte: "Ninguem, na Europa, muito menos a Allemanha, declarou Goering, pensa na invasão da America do Norte ou do Sul". JC, Recife, 04/08/1940. – FUNDAJ

Talvez fosse esse o objetivo do Commercio, mostrar neutralidade. Com esse fim, é publicado "Nem gregos, nem troyanos", editorial do dia 17/09/1939, onde o jornal alegou não ter partido ou preferências, por nenhuma nação, que estava em guerra. O partido do JC era o do Brasil. O editorial do jornal ainda declarou não ter influências de paixão ou sentimento, preocupando-se somente com a verdade. O JC colocava-se como um jornal isento de subjetivismos e defensor de um jornalismo sério, confinado a expor as notícias de maneira objetiva.

Neutralidade difícil de ser contestada, quando nos seus editorias o jornal ressaltava qualidades tanto de Hitler e Mussolini, como de Roosevelt e Chamberlain, ao mesmo tempo, em que evitava um posicionamento em prol das ideologias em conflitos. Assim no editorial do dia 17/07/1938, "Respeito à vida interna de cada paiz", o Commercio

elogiou o discurso de Roosevelt em favor do desarmamento mundial. Já no editorial "A repercussão do discurso de Hitler", de 02/02/1939, o periódico considerou Hitler como um arguto estadista. Referindo-se às reivindicações expansionistas, feitas, pelo líder nazista, o JC as chamou de surpreendentes e enfatizou a possibilidade delas serem conseguidas de maneira pacífica, o que seria ideal. Contudo, se não fossem obtidas por esse meio, uma guerra não era condenável, pois ela era um expediente, muitas vezes, necessário para se exigir direitos.

Em "O discurso do Presidente Roosevelt", editorial do dia 06/01/1939, o jornal enfocou as críticas feitas pelo presidente americano, em um discurso destinado ao congresso de seu país, ao desrespeito dos regimes totalitários contra indivíduos de diferentes e raças e contra a fé religiosa. Desrespeitos que, segundo o jornal, os países do continente americano procuravam evitar ao buscarem uma conciliação entre os direitos dos diferentes povos.

Entretanto, o jornal não sublinhou somente qualidades no discurso feito por Roosevelt. De acordo com o editorial, todos os povos tinham direito de autodeterminação, podendo escolher o seu modo do governo como liberal ou totalitário. Logo, não se poderia tecer críticas acerca da adoção de um sistema de governo por certo país, sem se abrir mão de um espírito democrático. Tal alegação era uma censura direta a posição do presidente americano, que combatia os governos totalitários. As críticas à Roosevelt não pararam por aí. O artigo, ainda, se opunha à afirmação do presidente dos EUA de que a América desejava regimes livres para todas as nações, pois Roosevelt ao falar em nome de todo o continente afrontava à soberania das nações latino-americanas.

O JC, ao avaliar as atitudes de Roosevelt, procurou agir de maneira imparcial, mostrando os erros e os acertos dessa personalidade. A busca dessa imparcialidade pode ser identificada no alerta feito pelo mesmo editorial acerca dos espaços não preenchidos pelo resumo telegráfico no qual o artigo foi baseado. A linha editorial do jornal tentava não se comprometer por suas análises, criando um posicionamento de difícil identificação.

Nos editoriais do dia 02/08/1938, "Novo aspecto do problema do racismo", e do dia 09/08/1938, "Aspectos relevantes da questão racista", criticou-se a política racista adotada por regimes totalitários europeus, expondo o primeiro artigo uma censura mais direta a tal política. Em o "Novo aspecto do problema do racismo" o JC considerou-se no direito de julgar o racismo um erro, já que a adoção dessa ideologia levava a um trágico inconveniente para a humanidade, a separação entre os homens. Ao pronunciar esse julgamento desfavorável às teorias racistas, o jornal explicava a sua atitude como sendo

baseada em questões de ordem pragmática, não se precisava de uma teoria que trouxesse mais separação num mundo já tão dividido.

Como adepto do racismo, o artigo cita a Alemanha. Porém, não obstante a condenação das teorias raciais do nazismo, o periódico não se mostrou desfavorável aos países eixistas. Nesse mesmo editorial do dia 02/08/1938, o JC exaltou a postura da Itália pela a adoção de uma teoria divulgada pela igreja que buscava a união da humanidade. E, os elogios ao regime fascista italiano ainda continuavam:

> ... é uma honra para o fascismo e para a sua política cuja visão realística dos fatos universais sempre se tem afirmado e confirmado, o modo como soube conciliar praticamente com os seus interesses os grandes princípios morais cujo mais alto defensor é o pontífice católico" ("Novo aspecto do problema do racismo", editorial. JC, Recife, 02/08/1938).

O fascismo italiano, por andar de acordo com a Igreja, não era repreensível. Já o racismo nazista o era, mas não o nazismo em si. Outro elemento não criticável era a postura antifascista dos países seguidores da democracia, os quais teriam o direito de tomar posições defensoras de seus princípios democráticos. Mais uma vez, o Jornal do Commercio buscava a conciliação, evitando expor favoritismos acerca dos países democráticos e autoritários.

O JC exaltou a administração Roosevelt que teve o ânimo de criar o New Deal e, de assim o fazendo, retirar o país da crise econômica. O pulso firme de Washington, em um tempo de conturbação social, de ameaça de guerra, e de defesa dos direitos democráticos foram, também, louvados. No entanto, se os feitos do presidente americano eram enaltecidos, os praticados pelos líderes de nações totalitárias não eram esquecidos. O catolicismo do fascismo era considerado como honroso, os governos de Hitler e Mussolini eram vistos como realistas, sendo Hitler inclusive considerado como um grande estadista que nunca deu um golpe em falso[133]. Com tantos discursos elogiosos acerca das duas ideologias polarizadoras do mundo durante os anos 30 e a Segunda Guerra Mundial, torna-se complexo não considerar o Commercio como neutro.

Todavia, para Tânia Regina de Luca (In PINSKY, 2005), não existe a

[133] "O realismo de Hitler, que se tem revelado, desde a sua ascensão ao poder, um dos mais argutos estadistas, não dando em falso até hoje o mínimo golpe, – não lhe permitirá deixar passar mais esta ocasião para obter sem guerra aquilo que deseja, a exemplo do que vem pondo em prática." ("A repercussão do discurso de Hitler", editorial. JC, Recife, 02/02/1939.).

neutralidade e a objetividade jornalística. A autora supracitada afirma que *"pode-se admitir... sem implicar qualquer limite ou óbice ao uso dos jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público"* (Idem, p.139). Ou seja, na seleção do material para a publicação e no modo de se narrar o que foi escolhido existe subjetividade e parcialidade. A neutralidade e imparcialidade que o Commercio tentava mostrar não existiam, era uma estratégia bem montada.

O Commercio não foi imparcial em relação às questões políticas, pois o próprio Agamenon Magalhães reclamava do desagrado do jornal com a maneira que o Estado Novo operava[134]. Além do mais, como mostrou Rivas (op.ci) em relação ao DP, a omissão dentro de um estado com sistemas de repressão fortemente instalados, como era o caso de Pernambuco, era, em si, um ato de repúdio e de crítica feito dentro do espaço possível, o das entrelinhas. O Jornal do Commercio, diferentemente dos jornais alinhados a Agamenon, como a Folha da Manhã, emitia elogios ao governo nos artigos recomendados pelo interventor, omitindo-se, de modo geral, de fazer referências sobre a administração agamenosiana ou varguista. Assim sendo, uma análise profunda do JC, evidencia ser a sua a neutralidade, em relação ao Estado Novo e a disputa entre os regimes liberais e autoritários, apenas aparente.

De acordo com Philomena Cordeiro (op.cit), após o reerguimento da Alemanha por Hitler e a intensificação da disputa pelo mercado brasileiro entre a Alemanha e os Estados Unidos, cresceu na cidade do Recife uma admiração pela civilização alemã, havendo um aumento da propaganda nazista na imprensa e nos meios cinematográficos. A autora destaca que muitos jornalistas pernambucanos admiravam as ideias nazistas e as propagandeavam através de seus artigos

Segundo Cordeiro, os jornais JC e Pequeno se preocuparam em noticiar chegadas, partidas, aniversários, festas e acontecimentos relacionados com autoridades alemãs e italianas ou membros proeminentes dessas comunidades. Sempre elogiando tais figuras ou seus governos, ambos os jornais findavam por mostrar suas simpatias. Com relação à divulgação de ideias nazistas pela imprensa pernambucana no período anterior a deflagração da guerra, Cordeiro afirma:

[134] Isto pode ser visto em uma carta de Agamenon a Góes Monteiro onde o interventor se refere à censura em Pernambuco: "Os discursos e entrevistas do Presidente, Ministros e interventores, tudo o que seja necessário divulgar, eu mesmo recomendo que todos os jornais publiquem. Ainda agora fiz publicar o discurso do Presidente em Resende, destacando até frases para as manchetes de toda a imprensa. Sei que tanto os jornais de Carlos como o da família Pessoa de Queiroz recebem essa recomendação de cara feia, mas publicam". (MAGALHAES apud PANDOLFI, op.cit. p.53)

> Ora, compreendemos que nesse período, não havia motivo para esconder as simpatias que os alemães e a Alemanha despertavam em muitos pernambucanos. Daí, entendermos a naturalidade com que eram divulgadas as notícias. Podemos perceber que assuntos relacionados aos alemães sempre eram referências para a imprensa da época: uma viagem do cônsul, a chegada de um cargueiro alemão, a passagem do aniversário de morte do ex-chanceler Hindenburg, etc, eram notícias de destaque. (CORDEIRO, op.cit. p.43-44)

No entender da autora supracitada, notícias sobre a Alemanha eram uma constante nos meios impressos do Recife, sendo as simpatias dos jornais mostradas de maneira evidente, já que não haveria nenhuma proibição acerca disso, como houve depois da declaração brasileira de neutralidade. O quadro só mudou, em 1942, quando os brasileiros se aliaram aos EUA, passou-se a considerar quinta colunismo ou traição à pátria qualquer atitude de crítica contra os aliados ou em louvor dos eixistas. Nesse momento construiu-se a imagem do quinta coluna, do traidor da pátria e aliado dos galegos alemães, através dos mesmos meios de comunicação recifenses que ajudaram a disseminar o ideário nazista.

Para expor a parcialidade do Jornal do Commercio, frente ao regime nazista, a autora cita um artigo do periódico sobre a visita de Mussolini a Alemanha um mês antes da instauração do Estado Novo no Brasil:

> A visita que Mussolini acaba de fazer á Alemanha forneceu-lhe oportunidade a que assistisse a um dos maiores desfiles dos últimos tempos. Aproveitando a ocasião, de certo bem propicia, o fuhrer quis dar aquela magnífica demonstração de força que vale por uma afirmativa eloqüente do poder militar que fez a Alemanha renascer das suas próprias ruínas. Foi, não há dúvida, um espetáculo surpreendente. E tanto mais forte e impressionante quanto é certo que só esses aparatos bélicos podem causar emoção e espanto ao mundo para o qual só existe, como solução das suas crises políticas e itinerário da sua vida a corrida armamentista, a civilização das armas... (JC, 01/10/1937; apud CORDEIRO; P.17).

O texto acima evidencia a admiração do jornalista pela Alemanha e pelo governo de Hitler que a fez *"renascer das suas próprias ruínas"* (Idem). Esse tipo de admiração pode ser visualizada nas edições de 1º de maio de 1936 e 1937, onde o JC prestou

homenagem à Alemanha e ao regime nazista, sendo apresentada nas primeiras páginas a cruz suástica. As matérias da edição de 1936 sobre o nazismo e a Alemanha foram complementadas com anúncios das casas alemães em Recife; já as de 1937, foram entremeadas por anúncios fornecidos pela colônia alemã, o que pode ser uma indicação de quem as patrocinou[135] (NASCIMENTO; 1967. P.185-187). Contudo, artigos desse tipo, que elogiavam os regimes totalitários, sem nenhuma restrição, eram difíceis de serem encontrados no JC, durante o período analisado por esse trabalho.

Essa raridade, talvez, possa ser atribuída ao que Gilberto Freyre chama de cautela dos irmãos Pessoa de Queiroz. De acordo com Freyre, o JC tinha uma certa parcialidade em relação ao nazifascismo nos anos iniciais da guerra, porém essa parcialidade não era algo estridente ou definitivo pelo fato de os Queiroz serem acima de tudo homens de negócios preocupados, principalmente, com a venda do jornal. A esse respeito Freyre declarou em entrevista a Rivas: *"No início da Guerra, o Jornal do Commercio teve uns "namoros" germanófilos, mas só namoros, porque os Pessoa de Queiroz eram cautelosos, eram homens de negócios."* (Rivas. Op.cit. p.636).

O JC apresentava preferência pela Alemanha nazista, mas esta preferência só se torna notória através de uma aprofundada análise do jornal, pois na maioria das vezes, o Commercio procurou narrar os acontecimentos da guerra abstendo-se de colocar sua opinião. Como foi mostrado, a visibilidade das simpatias do periódico era ainda mais complexa de ser percebida pela questão deste reservar espaços para notícias transmitidas pela Transocean, alemã, e, pela Associated Press, norte-americana, além de tecer em seus editoriais elogios contidos, tanto ao governo de Roosevelt como ao governo do Reich. A ambiguidade obscurecia suas escolhas.

Não obstante a sua política de não envolvimento e sobriedade, o jornal emitiu, no dia 12/02/1939, um editorial intitulado "Sobre as relações teuto-brasileiras" onde a simpatia da linha editorial do jornal pela Alemanha nazista é mais perceptível. Lê-se:

> [...] Alguns fatos ou, antes, algumas interpretações de fatos têm sido apresentados por algumas pessoas cuja boa intenção patriótica não pomos em dúvida, como podendo oferecer obstáculos ao desenvolvimento dessa orientação que não é apenas pacífica, mas, amiga. São eles a propaganda de doutrinas totalitárias, a existência de núcleos de imigrantes não assimilados e o aparecimento de questões decorrentes de concorrência comercial.

[135] De acordo com Nascimento em 1936 a Central Alemã de fomento ao Turismo patrocinava notícias sobre a Alemanha.

> Ora, a respeito do primeiro caso, não se evidenciou um empenho qualquer das entidades representativas de países estrangeiros. O ministro Oswaldo Aranha descreveu a situação real: nem essa propaganda é tão intensa assim – mesmo porque não despertou simpatias ponderáveis no seio de nossas populações – nem parece tratar-se de coisa mais séria do que um simples fenômeno de imitação, frequente no seio de povos jovens e impressionáveis. Estamos por consequência em condições magníficas para combater uma propaganda que é fraca em consequência da nossa mentalidade.
>
> Os grêmios estrangeiros, que tinham caráter político, submeteram-se às determinações legais e desapareceram. Alguns indivíduos mais ligados a esses grêmios e que não quiseram aceitar a proibição de manter ligação político-partidária com os seus países de origem, deixaram amigavelmente os nossos portos, sem que sofressem a mínima desconsideração. E, assim tudo se processou ou se vem processando com uma normalidade que é só explicável pela circunstância de ambos os países interessados estarem agindo dentro dos seus respectivos direitos e reconhecendo os direitos do outro.
>
> A política nacionalizadora que vamos seguindo em relação aos núcleos de imigrantes não assimilados não suscitou, ainda, o mínimo incidente. Talvez, se tivéssemos agido em tempo oportuno, o problema nem existiria... Se muitos não aprenderam a nossa língua, é que não fomos ensiná-la. E os poucos recalcitrantes que aparecem, vão demonstrando desejo de se incorporarem à nossa nacionalidade, não podem representar uma coletividade, justificando-se que as medidas primitivas tenham caráter meramente individual.
>
> E na parte que nos diz respeito quanto à concorrência mercantil, tudo vai bem caminhado pelo mesmo espírito de entendimento e cooperação.
>
> Desejosos, que somos, de manter paz e amizade com todos os povos e exigindo deles apenas o respeito devido à nossa soberania, ficamos regozijados com a declaração oficial de que um mesmo espírito anima a atitude da Alemanha para conosco e, de um modo geral, para com os nossos irmãos da América do Sul ("Sobre as relações teuto-brasileiras", editorial. JC, 12/02/1939).

O artigo distorceu a realidade em favor da Alemanha. Como foi exposto, no segundo capítulo, a perseguição brasileira ao nazismo dentro do território nacional gerou alguns problemas para o relacionamento Berlim-Rio. A Alemanha não aceitava às restrições impostas pelo governo brasileiro às suas organizações nazistas, nem tampouco as medidas nacionalizantes tomadas contra as comunidades alemãs. Foi devido a esse conflito de interesses entre Berlim e Rio, bem como a falta de tato dos representantes do governo alemão no Brasil, que a relações entre a Alemanha e o Brasil se enfraqueceram ao longo do ano de 1938.

A embaixada alemã no Rio de Janeiro e as autoridades governamentais em Berlim reagiram à campanha nacionalista brasileira de forma vigorosa. Primeiro, pleiteando

com insistência para que o governo revogasse as medidas nacionalistas e, posteriormente, fazendo uso de uma linguagem não diplomática para que seus termos fossem postos em prática. O embaixador alemão Karl Ritter acusou o governo brasileiro de perseguir os alemães. Depois que a sua argumentação não foi ouvida por Vargas ou pelo ministro das relações exteriores, o embaixador acabou por se envolver em vários problemas diplomáticos com o Itamarati que o levaram a ser declarado por Aranha como persona non grata (Seitenfus; op.cit).

Outro editorial de 12/02/1939, "Aspectos do nosso intercâmbio comercial com a Alemanha", também colocou a simpatia do JC para com a Alemanha. O artigo não só defendeu o comércio de compensação entre a Alemanha e o Brasil, como o considerou necessário, além de afirmar que o comércio feito com aquele país resultou em mais lucros e maior progresso para o Brasil. O editorial afirma: *"O intercâmbio do Brasil com a Alemanha cresce cada ano, como um desenvolvimento natural de velhas relações que se basearam em princípios honestos e necessidades recíprocas"*. Ou seja, o comércio entre o Brasil e a Alemanha era mais do que necessidade, tornava-se tradição.

O artigo "O estrangeiro e a defesa nacional", escrito abaixo, destacou a simpatia do jornal pela Alemanha:

> [...] já tivemos ocasião de salientar o surto verdadeiramente maravilhoso que caracteriza o povo germânico, cuja civilização, no mundo ocidental, é uma das mais impressionantes demonstrações de revigoramento da velha alma teutônica, que ressurgiu cada vez mais forte dos embates da grande guerra. Também não desconhecemos, antes proclamamos os resultados animadores que tem trazido, para o nosso progresso econômico e social o ramo étnico alemão, perfeitamente aclimatado ao nosso meio... ("O estrangeiro e a defesa nacional". Jornal do Comercio, Recife, 02/09/1937).

O autor do texto estava impressionado pela civilização alemã, pela sua força e pelo progresso trazido por sua etnia para o povo brasileiro. O reerguimento da Alemanha, por Hitler, após ela ter sido arrasada pelas consequências do conflito mundial, produzia grande admiração, aquele país passava a ser um modelo.

Contudo, essa admiração pela Alemanha não implicava em um repúdio aos países democráticos. O JC, por exemplo, apoiava uma intensificação no relacionamento do país com os EUA, avaliados como um excelente parceiro econômico do Brasil. Porém, diferentemente da Alemanha, os Estados Unidos eram retratados como astutos, sendo

preciso se ter cuidado para que não houvesse desequilíbrios na relação. Assim, no editorial "Abrir as portas com as chaves na mão", o Commercio aconselhava a abertura das portas do Brasil para uma maior aproximação com os EUA, mas com a autonomia e a independência asseguradas. [136]

Nem essa cautela em relação aos EUA, nem tampouco a admiração para com a Alemanha durariam indefinidamente. A partir do final de 1941, depois do ataque do Japão a Pearl Harbor, o Commercio passou a firmar uma visão simpática aos EUA e a defender um posicionamento do governo do Estado Novo solidário aos aliados. Sobre isso o editorial "A posição do Brasil", do dia 10/12/1941, declarou:

> O rompimento de hostilidade do Japão contra os Estados Unidos, logo realizado com um ímpeto tão intenso quanto inesperado, não provocou apenas a natural e indispensável reação do país atingido pelas providências belicosas do Império asiático. Não tardou muito que todas as Repúblicas assumissem também uma atitude clara e decidida...
>
> O Brasil foi um dos primeiros a se pronunciar com relação ao estado de guerra a que a poderosa República irmã não pôde nem poderia fugir...
>
> Isso estava aliás, implícito não só apenas nas decisões conjuntas tomadas pelo continente inteiro quando rebentou a guerra na Europa, como também no espírito geral da política americana sobretudo nos últimos tempos, segundo a manifestação realizada quando o incêndio da guerra não fora ateado no mundo. É o que consta na "declaração de Lima", redigida em dezembro de 1938 e cujo artigo 3 proclama "o interesse comum e a decisão de tornar efetiva a solidariedade "das nações americanas, no caso em que a paz, a segurança e a integridade territorial de qualquer uma delas se veja ameaçada por atos de qualquer natureza".
>
> (...)
>
> O governo ao assegurar a solidariedade oficial do país ao povo norte-americano, representa do modo mais integral os sentimentos coletivos da nacionalidade, toda ela cônscia do seu dever de amizade continental, de fidelidade aos nossos compromisso internacionais e de decisão em prol dos ideais de justiça.
>
> Circulam notícias de que o ilustre chanceler brasileiro snr. Oswaldo Aranha, em nome do nosso governo, estaria promovendo um entendimento de várias chancelarias para assentamento de uma ação comum. Também a essa iniciativa o povo brasileiro acompanha com sinceros aplausos, confiante que o governo agirá no sentido já traçado na reunião ministerial da coesão continental e de nossa completa solidariedade aos Estados Unidos.

De acordo com o texto, os EUA eram amigos e aliados do Brasil, sendo

[136] "Abrir as portas com as chaves na mão", editorial. JC, Recife. 26/02/1939.

necessário um direcionamento do governo favorável aos vizinhos. A mesma postura foi exibida pelo editorial do dia 09/12/1941, intitulado "A situação no Pacífico", que destacou como os EUA foram atirados à guerra devido às atitudes japonesas. O jornal, ao narrar a nova situação de guerra dos Estados Unidos, não mencionou a parcialidade deste país frente aos aliados desde o início da guerra, e, nem como tal parcialidade, justificava a ação das potências existas contra a república norte-americana. Os EUA não forneciam somente alimentos e armamentos para os países que combatiam o eixo, eles patrulhavam a Zona de Segurança em benefício dos ingleses[137]. Outro ponto não mencionado pelo jornal foi a ocupação da Islândia e Groelândia, pelos Estados Unidos, que disfarçada como atitude essencial para a defesa hemisférica tinha o objetivo de fornecer ajuda americana as tropas inglesas[138] (GELLMAN, op.cit). Assim, o jornal tomava uma posição pró-americanista sem avaliar as ações que puderam ter provocado o ataque japonês.

A partir de 1942, o jornal adotou uma visão mais americanista dos fatos, pois a Associated Press tornou-se a principal agência internacional distribuidora de notícias do estrangeiro para o JC. Após o bombardeamento alemão a embarcações brasileiras, o jornal passou a retratar os países eixistas como vilões e os EUA como mocinhos. No editorial "A resposta do Brasil", de 23/08/1942, referindo-se à declaração de guerra do governo brasileiro ao eixo, realizada, no dia anterior, por causa do afundamento de navios brasileiros pelos alemães, o JC denunciou a ação alemã como bárbara agressão, pois o Brasil agia, corretamente, com os súditos do Reich no país.

A imprensa recifense passava a combater os países eixistas, enquanto os aliados eram retratados, de maneira unânime, como amigos do Brasil, principalmente, os EUA, tanto por pertencerem ao mesmo continente como por terem enviados suas tropas para cá – atitude que era vista como um ato de solidariedade e de preocupação acerca da proteção do Brasil. Na coluna "Notas Avulsas", de 23/02/1943, pode-se registrar essa parcialidade benevolente para com os aliados, na maneira como são representados os soldados combatentes do eixo estabelecidos em Pernambuco. A coluna lembrou aos leitores a coragem e o sacrifício dos soldados de outros países convocados a servirem na cidade do Recife. O artigo, apesar de expor a existência de um certo desconforto por parte da população, acerca da escassez de produtos causada pela grande presença de soldados estrangeiros, afirma que a guerra contra a injustiça demandava um esforço de todos, sendo

[137] Ver segundo tópico do primeiro capítulo.
[138] "Tropas norte-americanas para ocupar a Islândia e assegurar o fornecimento de material de guerra à Inglaterra." Folha da Manhã, Recife. 04/07/1941; e, "Um passo decisivo para a entrada na guerra". Folha da Manhã, Recife. 10/07/1941.

obrigação dos civis colaborarem para a construção de um mundo pacífico e justo.

Em editorial do mesmo dia, intitulado "Aumento da produção", o JC comentou a entrevista do almirante Jonas Ingram[139] a jornalistas pernambucanos, atendo-se, especificamente, a referências do almirante acerca da capacidade econômica do estado. De acordo com o editorial, o jornal concordava com tudo que foi dito pelo almirante acerca da necessidade de se obter um aumento na produção em geral, pois a economia do tempo de guerra não poderia ser a mesma do tempo de paz. O texto declarava que as tropas americanas sediadas na cidade do Recife não deveriam ser culpadas pela escassez dos produtos na cidade. A culpa era do não aumento da produção e das dificuldades de transportes em um tempo de guerra, já que a maioria dos alimentos do estado vinha de regiões como o Rio Grande do Sul.

O JC adotou uma política em prol dos países combatentes do eixo. Os recifenses estariam em débito com esses soldados, devendo, ao menos, abastecê-los com suprimentos e reconhecer o esforço que faziam. O "namoro germanófilo" do Commercio era coisa do passado, desde o final de 1941 ele defendia a causa americana. Porém, à sua maneira, sem muito estardalhaço ou muito envolvimento com os assuntos referentes à guerra, fazendo seu posicionamento reconhecido através de um ou outro artigo escrito com um tom mais fervoroso.

Em agosto de 1942, foi exibido nos cinemas do Recife um filme americano, anteriormente, vetado pela censura federal pelo seu conteúdo ridicularizador do nazifascismo: O Grande Ditador (CORDEIRO; op.cit. p.152). O JC, por exemplo, fez a propaganda de uma das maiores críticas cinematográficas feitas à Hitler, e, para que se compreendesse sobre o que a propaganda tratava, havia um texto fazendo todas as explicações necessárias:

> Uma das notícias mais alviçareiras que vem circulando é a volta de Charlie Chaplin, no seu grandioso e esperado filme, O Grande Ditador.
> E como vai voltar Chaplin? Numa predisposição eloquente de devastar com os supostos "super-homens"que ensanguentam o mundo, com a prepotência de senhores absolutos, para que mais tarde caiam num ostracismo impiedoso que lhes votará a humanidade...

[139]Jonas H. Ingram encontrava-se no Brasil desde junho de 1941, quando, ainda, era contra-almirante e comandante da Task Force 3, a qual era responsável pelo patrulhamento de um grande triângulo entre Trinidad, Cabo de São Roque e Cabo Verde –sendo a base da Task Force a cidade de Recife. Em setembro de 1942, Ingram se tornou comandante da IV Esquadra norte-americana, passando a usar o título de comandante da Força Naval do Atlântico Sul

> Aguardamos, pois, o mês de setembro para admirar Charlie Chaplin, autor, diretor e intérprete do mais sensacional filme já enviado pela cidade do cinema, para o mundo e que será apresentado ao público do Recife no Parque.

Depois da entrada brasileira na guerra, contra os governos totalitários europeus, a ridicularização pública dos ditadores europeus era permitida. O Brasil havia, definitivamente, rompido com eixo, a construção de uma imagem negativa dos inimigos do país não era, somente, aceitável, era uma necessidade. Para influenciar a opinião da população, o Estado Novo fez uso dos meios de comunicação, ajudando, inclusive, o OCIAA a combater a propaganda eixista e a promover uma propaganda pró-aliada e pró-americanista[140].

Mas, Chaplin não era tudo que chegava ao Brasil em 1942. A Kibon, o repórter Esso, as revistas em quadrinhos, o chiclete e as tropas americanas também desembarcavam no Brasil. A Associated Press e a United Press dominavam a transmissão de notícias internacionais. Os produtos e as notícias vinham agora dos EUA, ocorria o que foi chamado por Gerson Moura (1986; op.cit) de a invasão americana, só que agora não havia a propaganda eixista para contrabalançar a influência norte-americana. A diversidade de opiniões acerca de Tio Sam, na imprensa, era proibida, não se falava mal do aliado político, econômico e militar do Brasil. Os EUA passaram a ser representados de uma única maneira, como os bons amigos do Brasil. Se a imprensa nacional falhasse em produzir, espontaneamente, representações positivas sobre os Estados Unidos havia o OCIAA incentivando publicações de propagandas, revistas, livros, filmes, e notícias favoráveis à república norte-americana[141]. Os EUA penetravam a cultura brasileira sem sofrerem censura governamental.

---

[140] A respeito da política aliadófila e americanista dos EUA Lêda Rivas declara: "Os Estados Unidos tentaram, de todas as formas, através do escritório e de outros organismos, incutir nas nações latino-americanas o espírito de solidariedade e a simpatia para com a "tendência democrática" assumida por todos os governos daquela nação desde a sua independência. Se, no início da guerra o que procuraram foi o seu poderio, provando a superioridade americana sobre as potências do Eixo, depois... a intenção era a de exibir o American Way of Life como o mais saudável, prático e lógico estilo de vida". (RIVAS; op.cit. p.239)

[141] Sobre a propaganda realizada pelo escritório do Office Rivas afirma: "Através do escritório, alguns folhetos promocionais se tornaram bastante populares, como o "Em Guarda", "Lídice", "Heróis verdadeiros" e "Sonho alemão", além de mapas, pôsteres e caricaturas favoráveis à causa aliada. "A marinha de dois oceanos", "Não deixemos o Eixo meter suas garras nas Américas", "Lutamos pela liberdade de todos" e "A união faz a força". Não faltavam tampouco, nesse trabalho de coação psicológica, a distribuição de bandeiras dos Estados Unidos e fotografias dos presidentes George Washington e Franklin D. Roosevelt". (RIVAS; op.cit. p.240-241).

Fig.20 – Propaganda da Pan American Airways. De acordo com Moura (1986), nos anos 40, os brasileiros trocaram a Lati e a Condor, pertencentes a países eixistas, pela subsidiária americana da Pan American.
Fonte: JC, Recife. 08/10/1944 – FUNDAJ

Essa penetração não ocorria sem contestações. Segundo Lêda Rivas, em Recife, os universitários, mesmo os que se engajaram na campanha aliada, eram os principais adversários da presença americana na cidade, e do que eles chamavam do "monopólio americano" em certos lugares, como o bar "Tabu" onde o cardápio era em inglês e a conta era cobrada em dólar. A autora declara ter havido vários incidentes entre os "service men" e os recifenses, mas afirma que nenhum chegou a ser divulgado pela imprensa. Referindo-se a um desses incidentes, Rivas relata como uma pequena briga entre um brasileiro e um marinheiro americano acabou se transformando num confronto generalizado, entre brasileiros e americanos, nas principais ruas do Recife Antigo.

O depoimento de Fernando da Cruz Gouvêa a Rivas, também, mostra a não aceitação da presença americana no Recife por certos grupos:

> Da presença das forças americanas no Recife, em número enorme e sentida em todos os setores da sociedade, lembro um fato engraçado. No carnaval de 1944 ou 1945, um grupo considerável de jovens organizou um cordão, quase um clube de rua, e percorria as ruas Nova, Palma e outras, cantando uma marchinha que refletia a indignação dos rapazes com a barração que sofriam no USO (United Service Organization). Tratava-se de um clube para

> marinheiros e soldados americanos, instalado na Rua do Sol, onde apenas moças brasileiras podiam entrar. Brasileiros homem, não. A musiquinha era banalíssima e dizia:
> Não somos do USO, mas gostamos das usadas
> dessas mocinhas americanalhadas,
> que vão toda noite pro USO, ai, ai, ai
> E ficam até tarde no faz que vai, mas não vai
> E nesse vai e vem
> Sai um bebê também. (Depoimento de Fernando da Cruz Gouvêa a Rivas; apud RIVAS; op.cit. p.612-613).

Os rapazes recifenses estavam com inveja dos americanos que roubavam o afeto e a atenção das moças da cidade. Entretanto, isso não era tudo. Com o estabelecimento das tropas norte-americanas não havia produtos alimentícios para abastecer a todos, assim, faltava alimentos para a população. A escassez de produtos e a inflação decorrente desta se tornaram comuns na cidade do Recife, bem como a atribuição da culpa, por esses problemas, à presença americana.

Mas não era, somente, a população que via com suspeitas a americanização e o americanismo na cidade do Recife. O Interventor Agamenon Magalhães em carta ao general Góes Monteiro declara:

> ...não tenha dúvidas o meu ilustre amigo. O americanismo está servindo de cortina de fumaça para certas atividades da esquerda. Quem é anti-clerical, maçom, comunista ou tiver recalques contra o regime está aproveitando a hora. (Carta de Agamenon para Góis Monteiro de 18/06/1942 apud CORDEIRO; P.137).

Para Agamenon, indivíduos contrários ao regime estado-novista usavam a ideologia americanista para combater o estado. O americanismo servia assim para encobrir atividades da esquerda. É a associação do governo entre americanismo e esquerda que levou a Sociedade dos Amigos da América[142], que se propunha a combater os regimes totalitários e

[142] A sede e as filiais da Sociedade dos Amigos da América foram fechadas por ordem do governo em 1943, e sendo reabertas em 1945, quando exerceram um papel importante no processo de redemocratização do país. No recife, as pessoas interessadas em abrir a filial dessa sociedade foram investigadas desde 1943, sendo proibida a publicação pela imprensa de qualquer notícia referente a essa sociedade (Serviço especial do agente secreto P.CP. 19/01/1943 – Prontuário funcional: Sociedade dos Amigos da América, Fundo SSP 1517, Pasta 529 D, documento 13; Cópia NSCIC – 01/11/1943 – Prontuário funcional: Sociedade dos Amigos da América, Fundo

a pregar a união pan-americana[143], a ser investigada pelo DOPS no Recife, sendo inclusive acusada por um dos agentes dessa delegacia de estar envolvida com a Terceira Internacional (Prontuário da entidade Sociedade dos Amigos da América, Fundo SSP 1517, Pasta 529).

A influência americana crescia nos anos 40, tanto no Brasil como na cidade do Recife, contudo, essa expansão não se efetuou pacificamente. Apesar de o Brasil estar combatendo os países totalitários e suas doutrinas no campo externo, no campo interno o governo temia qualquer discurso defensor da liberdade. Os discursos nacionais recheados de um americanismo, com um tom mais liberal, eram vigiados.

Malgrado todos os problemas e contradições, foi durante a Segunda Guerra Mundial que a supremacia estadunidense se firmou no Brasil e no restante da América Latina de maneira notória. A partir daquele momento, a República democrática norte-americana se expandiu por todo o continente, alargando a sua influência econômica, política e cultural às nações americanas[144].

SSP 1517, Pasta 529 D; e Cópia: OFF Diretor Deip Recife- 281 – 13/101944 – Prontuário funcional: Sociedade dos Amigos da América, Fundo SSP 1517, Pasta 529 D,).

[143] Seu presidente e vice eram, respectivamente, o general Manoel Rabelo e o ministro Oswaldo Aranha, ambos pertencentes a uma ala mais liberal do governo Vargas e defensores de uma aproximação comercial e política entre o Brasil e os EUA.

[144] Cf. BLACK, 1977.

Considerações Finais

> "I had the story, bit by bit, from various people, and, as generally happens in such cases, each time it was a different story."[145]
>
> Edith Wharton, "Ethan Frome".

A história narrada por essa dissertação se assemelha a de Ethan Frome. Ambas foram obtidas aos pedaços, de diferentes pessoas, gerando cada depoimento uma outra história. Logo, o que se relatou aqui não foi uma única história, mas uma compilação. Uma compilação formada pelas histórias ditas pelos teóricos utilizados, pelos jornais selecionados, pelos livros que me influenciaram. Lembra, embora distante no tempo e nas intenções, grandes epopéias da antiguidade que, ao serem contadas por décadas ou séculos a fio, incorporavam aspectos, estilos e narrativas diversas, assim é a história contada por cada pessoa. A minha não foi diferente.

O texto apresentado se propôs a mostrar a diversidade com que eram representados os EUA, durante o período estado-novista, nos mais importantes jornais recifenses e como essa pluralidade cedeu espaço para um único ponto de vista, o dos próprios Estados Unidos – divulgado pelos seus órgãos oficiais com a colaboração da administração Vargas. Em 1942, depois da entrada dos americanos na guerra, do rompimento das relações com o eixo na Conferência de Ministros do Rio e de muitos acordos políticos, comerciais e militares, o Brasil passou a assumir um posicionamento pró-americanista, considerando qualquer simpatia em favor dos países nazi-fascistas como quinta colunismo, e, portanto, como um caso de traição a pátria. Os Estados Unidos eram aliados do Brasil, falar mal do primeiro indicava uma crítica a aliança efetuada pelo governo brasileiro.

Estava estabelecido o elo que permitiu a americanização nacional. Americanização que obedeceu a um planejamento ideológico e de conquista de mercado, interessada em assegurar o alinhamento brasileiro ao lado dos americanos (MOURA; 1986, p.11). Produtos (bebidas, carros, filmes, livros, eletrodomésticos e etc...) e serviços (companhias aéreas, agências de notícias internacionais, cursos de inglês, palestras e exposições), que disseminavam o estilo de vida americano, eram disponibilizados para a

[145] "Eu tive a história, pedaço por pedaço, de várias pessoas, e, como geralmente acontece nesses casos, cada vez foi uma história diferente". [tradução nossa]

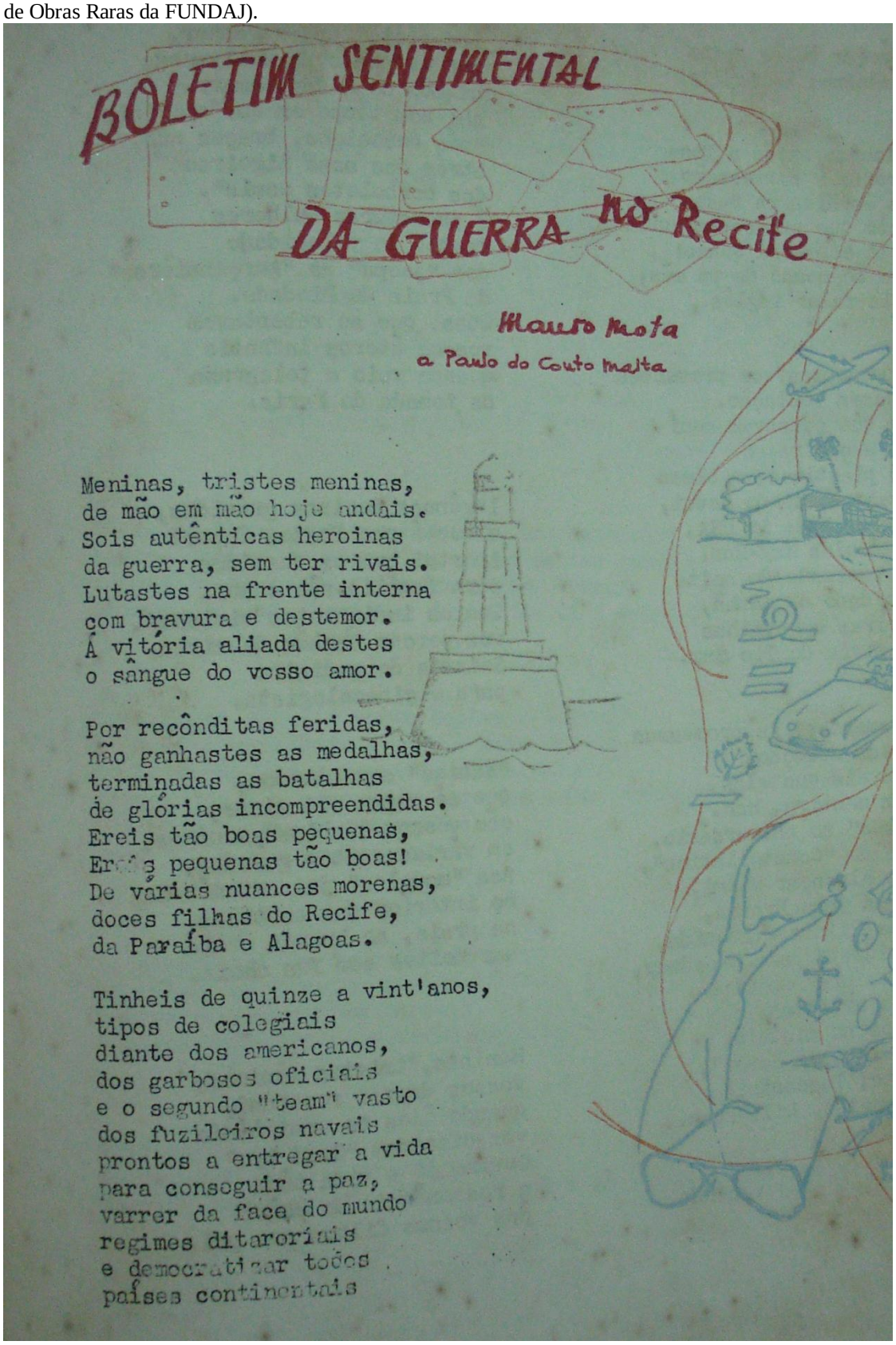
população com a ajuda, ou pelo o aval, do governo Vargas.

Para expor como foi possível esse auxílio estatal à invasão norte-americana, durante um regime nacional-desenvolvimentista, foi relatado como o desejo de Vargas em promover o avanço do país findou por sabotar o seu projeto nacionalizante. E, para compreender a efetivação do imperialismo dos Estados Unidos por uma política propagandeadora da liberdade e da democracia continental, buscou-se evidenciar a associação entre imperialismo e democracia na história dos EUA, a tendência agressiva da sua política externa para com a América Latina e a agenda escondida da política de boa vizinhança de Roosevelt.

Feitas essas considerações, resta-me ressaltar a existência de outros textos que abordaram, tangencialmente, as representações dos Estados Unidos nos jornais do Recife, como o texto de Rivas Rios (1983), de Arraes (2009) e de Cordeiro (2005). A temática trabalhada por Rivas foi o Diário de Pernambuco durante a Segunda Guerra Mundial, aludindo à imagem dos americanos retratada por aquele jornal quando analisa o posicionamento do Diário em relação à guerra. Arraes enfocou a instauração do paradigma americano na cidade do Recife (1940-1946), utilizando alguns periódicos como fontes. Já Cordeiro pesquisou a construção do quinta colunismo, usando como base os discursos de Mário Melo que combatiam a quinta coluna e divulgavam os EUA. Assim, espero que essa publicação, pelo seu aspecto inédito, possa trazer contribuições aos estudos históricos e que as futuras narrativas sobre esse assunto possam usá-la como referência.

Anexos

Anexo A: Poema “Boletim Sentimental da Guerra no Recife”. (Fonte: Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife.“Boletim da cidade e do Porto do Recife”. jan-jun 1943, vl. 7-8. 1945. – Acervo de Obras Raras da FUNDAJ).



BOLETIM SENTIMENTAL

DA GUERRA no Recife

Mauro Mota

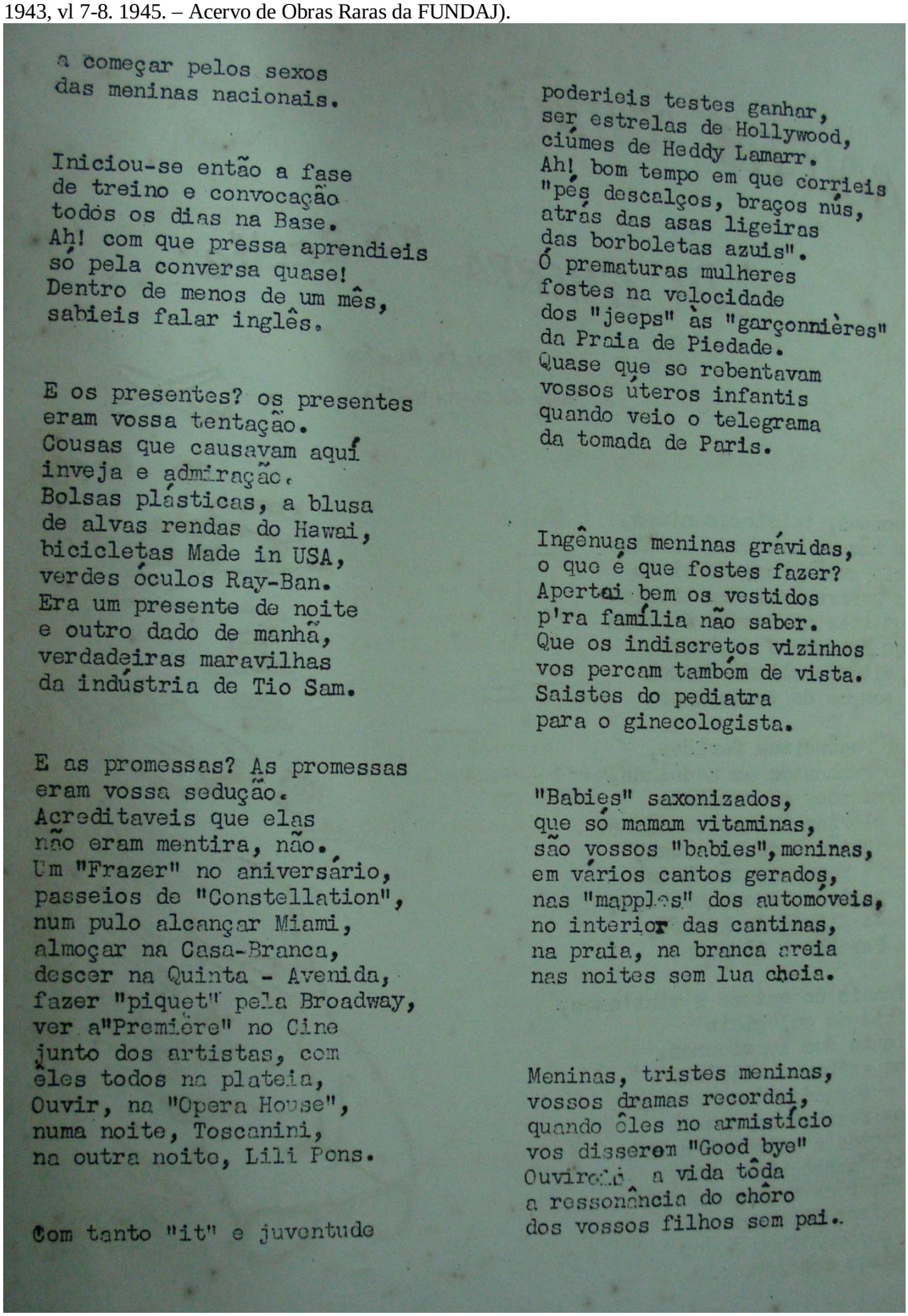
a Paulo do Couto Malta

Meninas, tristes meninas,
de mão em mão hoje andais.
Sois autênticas heroinas
da guerra, sem ter rivais.
Lutastes na frente interna
com bravura e destemor.
Á vitória aliada destes
o sângue do vosso amor.

Por recônditas feridas,
não ganhastes as medalhas,
terminadas as batalhas
de glórias incompreendidas.
Ereis tão boas pequenas,
Eraes pequenas tão boas!
De várias nuances morenas,
doces filhas do Recife,
da Paraíba e Alagoas.

Tinheis de quinze a vint'anos,
tipos de colegiais
diante dos americanos,
dos garbosos oficiais
e o segundo "team" vasto
dos fuzileiros navais
prontos a entregar a vida
para conseguir a paz,
varrer da face do mundo
regimes ditatoriais
e democratizar todos
países continentais

Anexo A (continuação) : Poema "Boletim Sentimental da Guerra no Recife".(Fonte: Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife."Boletim da cidade e do Porto do Recife". jan-jun 1943, vl 7-8. 1945. – Acervo de Obras Raras da FUNDAJ).



a começar pelos sexos
das meninas nacionais.

Iniciou-se então a fase
de treino e convocação
todos os dias na Base.
Ah! com que pressa aprendieis
só pela conversa quase!
Dentro de menos de um mês,
sabieis falar inglês.

E os presentes? os presentes
eram vossa tentação.
Cousas que causavam aqui
inveja e admiração.
Bolsas plásticas, a blusa
de alvas rendas do Hawai,
bicicletas Made in USA,
verdes óculos Ray-Ban.
Era um presente de noite
e outro dado de manhã,
verdadeiras maravilhas
da indústria de Tio Sam.

E as promessas? As promessas
eram vossa sedução.
Acreditaveis que elas
não eram mentira, não.
Um "Frazer" no aniversário,
passeios de "Constellation",
num pulo alcançar Miami,
almoçar na Casa-Branca,
descer na Quinta - Avenida,
fazer "piquet" pela Broadway,
ver a"Première" no Cine
junto dos artistas, com
êles todos na plateia,
Ouvir, na "Opera House",
numa noite, Toscanini,
na outra noite, Lili Pons.

Com tanto "it" e juventude
poderieis testes ganhar,
ser estrelas de Hollywood,
ciúmes de Heddy Lamarr.
Ah! bom tempo em que corrieis
"pés descalços, braços nús,
atrás das asas ligeiras
das borboletas azuis".
Ó prematuras mulheres
fostes na velocidade
dos "jeeps" às "garçonnières"
da Praia de Piedade.
Quase que se rebentavam
vossos úteros infantis
quando veio o telegrama
da tomada de Paris.

Ingênuas meninas grávidas,
o que é que fostes fazer?
Apertai bem os vestidos
p'ra família não saber.
Que os indiscretos vizinhos
vos percam também de vista.
Saistes do pediatra
para o ginecologista.

"Babies" saxonizados,
que só mamam vitaminas,
são vossos "babies", meninas,
em vários cantos gerados,
nas "mapples" dos automóveis,
no interior das cantinas,
na praia, na branca areia
nas noites sem lua cheia.

Meninas, tristes meninas,
vossos dramas recordai,
quando êles no armistício
vos disserem "Good bye"
Ouvireis a vida tôda
a ressonância do chôro
dos vossos filhos sem pai.

Fontes Pesquisadas

1– Periódicos:

Folha da Manhã: 1938-1942 – APEJE (Hemeroteca)

Jornal Diário de Pernambuco: 1930, 1934, 1937-1942 – FUNDAJ (Setor de Microfilmagem).

Jornal do Commercio: 1930, 1934, 1937 -1944 –APEJE (Hemeroteca) e FUNDAJ (Setor de Microfilmagem).

2– Prontuários Funcionais:

Prontuário da Sociedade dos Amigos da América –APEJE – DOPS (Fundo SSP 1517, Pasta 529 D).

Prontuário da Sociedade Cultural Brasil Estados Unidos –APEJE – DOPS (Fundo SSP 1517, Pasta 529 D).

3– Geral:

Boletim da cidade e do Porto do Recife – FUNDAJ (Setor de Obras Raras)

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste*. Recife: FJN, Ed. Massangana; SP: Cortez, 2001. 338 p.

ALMEIDA, Hérica Lene e Alcyene Castro de. *A influência norte-americana no padrão de jornalismo brasileiro: análise comparativa dos jornais A Gazeta e The Boston Globe*. Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:cPIVXoJDmCQJ:www.bocc.uff.br/pag/lene-hericainfluencianorteamericana.pdf+a+influencia+americana+no+padrao+de+jornalismo+brasileiro&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESheqRqPNa4Xsoiigh2JKkwGTt5GDl0PsFroAg6PMtBkcjVXZtN9lwlJzQQ2HP4UQPWnOW55wsR_4ae7XqOz56EMHyoJfDSIkSAOiRMMVT2Bk47dq0YLC0BKX_kddWB9dGhBBAf&sig=AHIEtbS5_ZXWBd8pj84WkLHYquq96tG2xQ. Acesso em: 25 de janeiro de 2009.

ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde de. *A construção da verdade autoritária*. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 317p.

ALSTYNE, Richard W. Van. *The Rising American Empire*. New York- London: W. W. Norton & Company, 1974. 215 p.

ANDRADE, Emanuelle Lins. *"As Conexões entre a modernidade, a solidão e a estetização da vida no Recife dos anos de 1930".* Monografia. Recife: a autora, 2006. P.76

ANDRADE, Maristela Oliveira de. Cultura e tradição nordestina: ensaios de história cultural e intelectual. Jõao Pessoa: Fundação Jõao Fernandes da Cunha, 2000. 208 p.

AQUINO, Maria de Aparecida. A América vai à guerra. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Segunda Guerra um balanço mundial: um balanco histórico*. SP: Xamã:Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. 1995. 501p.

ARRAES, Marcos Alexandre de Melo Santiago. *Discursos Sedutores: a difusão cultural estadunidense e um novo paradigma do moderno no Recife (1940-1946).* Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 2009. 133f.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica.* Livraria Martins Editora, 1964. 248 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil.*Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 682 p.

BARBOSA, Marialva. *Hitória Cultural da imprensa: Brasil –1900-2000.* RJ: Mauad

X, 2007. 262p.

BARROS, Natália Conceição Silva. As mulheres na escrita dos homens: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife no anos vinte. Dissertação de Mestrado. Recife: a autora, 2007. 154f.

BARROS, Souza. *A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação.* Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1985. 325 p.

BHABHA, Homi. *O local da cultura.* UFMG: Belo Horizonte, 2001. 395 p.

BLACK, Jan Knippers. *United States Penetration of Brazil*. USA: University of Pennsylvania Press, 1977. 313 p.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. 192 p.

CADERNOS de Comunicação. (Série Memória 10). *Getúlio Vargas e a imprensa*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social/Prefeitura do Rio, 2003. 116p.

CANCLINI, N. *Culturas híbrida: estratégias para entrar e sair da modernidade*. SP: EDUSP, 2006. 416 p.

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de Novo?* IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. RJ: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V.2). 374 p.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes. *O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005. Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:gNHEhEAAskJ:www.dialogos.uem.br/include/getdoc.php%3Fid%3D535%26article%3D183%26mode%3Dpdf+chartier,+roger.+o+mundo+como+representacao&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjIpFajDPWeUqqvCQLqhEfsJtE1dQVRKPidv4AXNgkmEW1byaGzF8af1zSMUMpWcrM9xFDMxdFVK6iOEIpZ7ppJ74uEg1tQEXllNp1MoOVDp8oOjgjg1yOh2VK2z0bbtQPgWRD&sig=AHIEtbTxoyvErN8S_F3FS2pZhpOgt_ff1w. Acesso em: 20 de abril de 2010.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. RJ: Forense Universitária, 2002.

_____,_____. *A Invenção do cotidiano: 1. as artes de Fazer*. RJ: Vozes, 2005. 351 p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre: práticas e representações*. RJ: DIFEL, 2002.

_____, _____. *O mundo como representação*. Estud. av. Vol.5, n.11, São Paulo, Jan/Abril 1991. pp. 173-191. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-

40141991000100010&script=sci_arttext. Acesso em 23 de abril de 2010.

COELHO, Teixeira. *Guerras culturais: arte e política no novecentos tardio*. SP: Iluminuras, 2000. 222p.

CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. *Ascensão das idéias nazistas em Pernambuco: a quinta coluna em ação (1937-1945).* Recife: o autor, 2005. 186p.

_____, _____. Guerra de palavras: a construção do inimigo "Quinta Coluna"pela imprensa Pernambucana durante a Segunda Guerra Mundial. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Janeiro/ Fevereiro/ Março de 2009. Vol. 6 Ano VI. Disponível em:www.revistafenix.pro.br. Acesso em 18 de marco de 2010.

CRUNDEN, Robert. M. *Uma breve história da cultura americana*. RJ: Editora Nórdica Ltda, 1994.

DANIEL, Érica Gomes. A Guerra como Slogan: Um estudo sobre as publicidades da Revista Seleções do Reader's Digest (1942-1945). Disponível em: In:*www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Erica%20Gomes%20Daniel.doc* –. Acesso em 19 de janeiro de 2009.

DARNTON, Robert. Os esqueletos no armário: como os historiadores brincam de ser Deus. IN: *Os dentes falsos de George Washington*: *Um guia não convencional para o século XVIII*. CIA das Letras: SP, 2005. 228 p.

DE CICCO, Claúdio. Hollywood na cultura brasileira: o cinema americano na mudança da cultura brasileira na década de 40. SP: Convívio, 1979. 129 p.

DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estruturas de poder, relações de classe*. IN: FAUSTO, Boris (Org.).O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). Vol III. SP: DIFEL, 1983. 604 p.

ESPINOSA, J. Manuel. *Inter-American Beginnings of U.S. Cultural Diplomacy, 1936-48. Cultural Relations Programs of the U.S.* Department of State: Historical Studies. Number 2. Bureau fo Educational and Cultural Affairs (Dept. of Staet), Washington, D.C. 1976. Disponível em: http://docs.google.com/gview?a=v&pid=gmail&attid=0.2&thid=1219d754fc4f690c&mt=application%2Fpdf&url=http%3A%2F%2Fmail.google.com%2Fmail%2F%3Fui%3D2%26ik%3D3bca90cd8e%26view%3Datt%26th%3D1219d754fc4f690c%26attid%3D0.2%26disp%3Dattd%26realattid%3Df_fvflr6yg1%26zw&sig=AHByhbGCvOtEo5ZxZv2C425F2B6yO38KQ&pli=1. Acesso em: 15 de maio de 2009.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

345 p.

FELDHUES, Paulo Raphael. Imprensa e Cultura Política: Caminhos do Espaço Público no Estado Novo pernambucano. In: Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008. Disponível em: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria. Acesso em: 19 de janeiro de 2009.

FILHO, Andrade Lima. *China Gordo: Agamenon Magalhães e sua época*. Recife: Editora Universitária, 1976. 251 p.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. SP: Ed. Símbolo, 1977. 175 p.

GELLMAN, Irwin F. *Good Neighbor Diplomacy: United States Policies in Latin America, 1933-1945*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1979. P. 296.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. RJ: Jorge Zahar, 2002. 234p.

GINZBURG, Carlo. Estranhamento. Pré-história de um procedimento literário. IN: *Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância.* CIA das Letras: SP, 2001. 320 p.

GOMES, Ângela de Castro (org). Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980. 501p.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza Americana X Mucambópolis – O Estado Novo na Cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Dissertação de Mestrado. Recife: a autora, 1997.164 f.

GRUZINSKI, Serge. Mistura e Mestiçagens. IN: *O pensamento mestiço.* SP: CIA das Letras, 2001. 416p.

HARKNESS JUNIOR, Albert. *Esboço histórico da cultura americana*. RJ: Oasis, [S. D.]. 66 p.

HILTON, Stanley. *Brazil and the Great Powers, 1930-1939: the Politics of trade Rivalry*. Austin & London: University of Texas Press, 1975. 304p.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terrance. *A invenção do cotidiano.* RJ: Paz e Terra, 1984.

HONORATO, Cézar Teixeira; BEAUCLAIR, Geraldo. A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. IN: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Segunda Guerra um balanço mundial: um balanco histórico.* SP: Xamã:Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995. 501p.

JAMBO, Arnaldo. *Diário de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas*. Recife: Diário de Pernambuco, 1975. 466p.

LEUCHTENBURG, Willian. Franklin D. Roosevelt and the New Deal. New York:

Harper Torchbooks/ The University Library/ Harper & Row, 1965. 390 p.

LEWIS, Susan. *Indesejáveis e perigosos na arena política : Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945).* Recife : O Autor, 2005. 241 p.

LIMA, Alceu Amoroso. *A realidade americana: ensaio de interpretação dos Estados Unidos.* RJ: Agir, 1954. 281 p.

LINS, Alin Maria Grego; LIRA, Ana Paula Araújo. *A Imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX*. Disponível em: ***www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/impressa/a_lins.doc.*** **Acesso em 20 de janeiro de 2009.**

LOPES, José Sérgio Leite. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113. Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:K4nmrq9MiXoJ:www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia_hoje_roger_chartier.pdf+LOPES,+Jos%C3%A9+S%C3%A9rgio+Leite.+A+HIST%C3%93RIA+HOJE:+d%C3%BAvidas,+desafios,+propostas.+Estudos+Hist%C3%B3ricos,+Rio+de+Janeiro,+vol.+7,+n.+13,+1994,+p.+97113&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgDWktfaqjpN9IqyxH6mTcdGiCNWbRMKrIpPIxQdjvgbqfpHDSAVCXmiFGQQ4hZixXWm6ztKFwcrt1gnWFzYTrz1gnlvsRuglPRjjkLFeeFlLPyHWFQUsXoLd4HYRU_yliNh&sig=AHIEtbTwxbfvaEP-qX2bVHJ6J5c7HsnYtQ. Acesso em: 20 de abril de 2010.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o passado. IN: Proj. História, São Paulo, (17), nov. 1998. p. 63- 181.

LUCA, Tânia Regina de. *Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. IN: PINSKY, C. B (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. 304 p.

MACIEL, Ayrton. Carlos de Lima Cavalcanti: todo poder ao Rei. Recife: Assembéia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. 60 p.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A Alemanha no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). Segunda Guerra um balanço mundial: um balanco histórico. SP: Xamã:Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995. 501p.

McCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. 396 p.

MEAD, Walter Russel. *Uma orientação especial: a política externa norte-americana e sua influência no mundo.* RJ: Biblioteca do Exército Editora, 2006. 482 p.

MOTA, Carlos Guilherme. Aideologia da cultura brasileira (1933-1974). SP: Ática, 1978. 303 p.

_____, _____. Cultura e política da boa vizinhança: dois artistas norte-americanos no Brasil. IN: COGGIOLA, Oswaldo (org.). Segunda Guerra um balanço mundial: um balanco histórico. SP: Xamã:Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995. 501p.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a1942*. RJ: Nova Fronteira, 1980. 194 p.

_____,_____. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. SP: Brasiliense, 1986. 92 p.

NASCIMENTO, Luiz de. História da imprensa de Pernambuco (1821/1954). Vol. I. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968. 210 p.

_____,_____. História da imprensa de Pernambuco (1821/1954). Vol. III. Diários do Recife (1901/1954). Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1967.484 p.

_____,_____. Dicionário de pseudônimos de jornalistas pernambucanos. Recife: Editora Universitária UFPE, 1983. 231 p.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 224 p.

_____,_____. *Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio*. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. RJ: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V.2). 374 p.

_____,_____. O Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. Dossiê, nº 12, 2008. p. 13-21. Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:AWzt8yKyNlIJ:www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewPDFInterstitial/7633/7005+Estado+Novo+e+a+conquista+de+espa%C3%A7os+territoriais+e+simb%C3%B3licos&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESht91GpdS81uSd48haj364BxqmiBFyDJ7cuXLOmd3jYCDg78XlS4oHv0FEZUMHwtMdoAKh8ZLqn3Q6hBgOb_nhb6f0p2S5pxBYaV5Sc1WcnuSKnS2uRkRX5uuVrFIr54AfqxXTg&sig=AHIEtbTI7A7Dwhn9Y7mX6aMFIhysJZMjJw. Acesso em: 1 de maio de 2010.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. SP: Brasiliense, 2003. 148p.

_____, _____. *A modernidade e a tradição brasileira*. SP: Brasiliense, 2001. 222p.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco –Editora Massangana, 1984. 224p.

_____, _____. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

_____, _____. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. RJ: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V.2). 374 p.

PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950.* Recife: Ed. da UFPE, 2001. 269 p.

PRADO, Eduardo. A ilusão Americana. Versão para eBook. Livraria e Oficinas Magalhães, 2002. Disponível em: www.ebooksbrasil.org/eLibris/ilusao.html. Acesso em 14 de setembro de 2009.

REZENDE, Antônio Paulo. Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997. 204 p.

RIBEIRO, José Adalberto. *Agamenon Magalhães: uma estrela na testa e um mandacaru no coração.* Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. 67p.

RIOS, Lêda Maria Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a Segunda Guerra Mundial: o conflito visto por um jornal de província*. Vl. 1, 2, 3. Dissertação de Mestrado. Recife: o autor, 1988. 764 f.

Rocha, Rafael Pires. *Propaganda política e censura no Estado Novo em Pernambuco* (1937- 45). Dissertação de Mestrado. Recife : O Autor, 2008. 118 f.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. SP: Cia das Letras, 1996. 459 p.

SEITENFUS, Ricardo antônio. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial.* SP: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1985. 488 p.

SEVCENKO, Nicolau. Uma arqueologia do nazismo. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). Segunda Guerra um balanço mundial: um balanco histórico. SP: Xamã:Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995. 501p.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo.

IN: PANDOLFI, Dulce Chaves.(org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

SILVA, Carlos Eduardo da. *O adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro.* SP: Summus, 1991. 155 p.

SILVA, Jaílson Pereira. *O Encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20*. Dissertação de Mestrado Recife: o autor, 2002. 138 f.

SILVA, Marcília Gama da. *O D.O.P.S. eo Estado Novo: os bastidores da repressão politica em Pernambuco.* Dissertação de Mestrado. Recife: a autora, 1996. 188 f.

SMITH, Joseph. *The United States and Latin America: A history of American diplomacy, 1776-2000.* London and New York: Routledge, 2005. 208 p.

_____, _____. *Unequal Giants: Diplomatic Relations Between the United States and Brazil, 1889-1930*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991. 296 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. SP: DIFEL, 1983. 148 p.

SOIHET, Rachel. *O povo na rua: manifestações culturais como expressão da cidadania.* IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. RJ: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V.2). 374 p.

SOTERO, Paulo; BUDNY, Daniel (org). Brazilian Perspectives on the United States. Disponível em: http://www.wilsoncenter.org/topics/pubs/Brazilian.Perspectives_E.pdf. Acesso em 1 de junho de 2009.

SOUZA, Bartyra Queiroz. *Perseguição aos catimbozeiros e extinção dos mocambos: representação de duas campanhas na Folha da Manhã (1938 – 1945).* 2006. Monografia (graduação) –curso de bacharelado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006. 63 f.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. *Sonhos de Nabucodonosor: aspetos da propaganda do Estado Novo pernambucano.* Tese de doutorado. Recife: o autor, 2005. 284 f.

_____,_____. *Propaganda política no populismo brasileiro: o caso pernambucano (1937 – 45)*. Campinas, Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2006. Disponível em: www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/jose_maria_neto.pdf. Acesso em: 1 de maio de 2010.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade: o Recife de princípios do século.* Dissertação de Mestrado. Recife: o autor, 1994. 171f.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: americanizacao do Brasil na época da Segunda Guerra*. SP: CIA das Letras, 2005. 235 p.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. IN: *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política do Estado Novo.* IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. RJ: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V.2). 374 p.

VIEIRA, Márcio José. A Atuação de Oswaldo Aranha no Processo de Engajamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos. Universidade Católica de Brasília. Professores orientadores: Professor MSc. Carlos Eduardo Vidigal e Professor MSc. José Romero Pereira Júnior. Junho, 2007. Disponível em: http://br.monografias.com/trabalhos3/oswaldo-aranha-processo-engajamento/oswaldo-aranha-processo-engajamento4.shtml. Acesso em 8 de abril de 2010.

WHITE, Hyden. O fardo da história. IN: Trópicos do discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura. SP: Edusp, 2001. 312 p.

Web pages:

American Empire: Noam Chomsky interviewed by Matthew Kennard. Global Empire: Interviste su globalizzazione, dominio petrolifero, libertà, Roma: Datanews, 2005 [interview conducted on November 21, 2004]. Disponível em: http://www.chomsky.info/interviews/20041121.htm. Acesso em 17 de setembro de 2009.

Culltura sem fronteiras: Entrevista com Nestor Gárcia Canclini. Disponível em: <http://www.edusp.com.br/cadleitura/cadleitura_0802_8.asp>. Acesso em 15 de setembro de 2009.

Naked Imperialism: An Interview with John Bellamy Foster. MR ZINE, a project of the Monthly Review Foundation, 17/11/06. Disponível em: http://www.monthlyreview.org/mrzine/foster171106.html. Acesso em 14 de setembro de 2009.